

MARIA TEREZA DE QUEIROZ PIACENTINI

O USO DA INTERNET NA AMPLIAÇÃO DO CAPITAL LINGÜÍSTICO:
língua-padrão.com.brasil

Florianópolis

2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**O USO DA INTERNET NA AMPLIAÇÃO DO CAPITAL LINGÜÍSTICO:
língua-padrão.com.brasil**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências em Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Nilcéa Lemos Pelandré
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Profa. Dra. Magda Becker Soares
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Marco Antonio Esteves da Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina

MARIA TEREZA DE QUEIROZ PIACENTINI

Florianópolis, 27 de abril de 2004

AGRADECIMENTOS

PELO CORREIO ELETRÔNICO

Agradeço

firmeza&confiança@ nilcéa_lemos_pelandré. Minha gratidão sempre.

generosidade&brilho@ magda_becker_soares. Com grande admiração.

capacidade@ marco_rocha. Obrigada pelo convite aceito.

delicadeza&simpatia@ gilka_girardello. Tuas ponderações foram bem-vindas.

camaradagem na qualificação@ rosely_perez_xavier. Grata pelas sugestões.

afeto&solidariedade@ olinda_evangelista.

ótimas aulas@ maria_luiza_belloni&edel_ern.

alegria@ colegas do mestrado. Agradecimento especial à Simone pelos empréstimos.

orientação&disposição de ajuda@ paulo_meksenas.

amizade&atenção@ lucídio_bianchetti. Sem o teu incentivo eu não teria iniciado esta (a)ventura.

carinho&inspiração&boa-vontade@ ione_valle.

presença irmã e imprescindível em tudo o que escrevo@ perpétua.

apoio (logístico)@ fabiana, afilhada-filha, anjo que me caiu do céu há vinte anos.

AMOR@ vi_dulce_vítor.

“What is success?”

That’s one of the questions that I asked people in the first linguistic interviews I put together. One man told me that it’s figuring out what you want to do, and then getting someone to pay you to do it. Another man said it’s making use of everything that ever happened to you. I like both ways of defining it, but I usually look at it another way: if you get to be 70 years old, and you can look back without feeling that you’ve wasted your time, you’ve been successful.

William Labov, 1997

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. *O uso da internet na ampliação do capital lingüístico*: língua-padrão.com.br. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

Trata-se de pesquisa empírica realizada por meio de questionário enviado pelo correio eletrônico a usuários de um saite idiomático, tendo por objetivo moldar um perfil do sujeito que consulta uma página na internet voltada a tirar dúvidas e ensinar português. Ao mesmo tempo, busca-se investigar sua motivação nesse empenho de adquirir mais conhecimentos de língua portuguesa e sua opção pela consulta via rede mundial de computadores. Verifica-se que os informantes têm um elevado grau de letramento ou, nos termos de Pierre Bourdieu, um capital que é valorizado no mercado das trocas lingüísticas porquanto consubstanciado na língua usada pelas classes privilegiadas e que circula nas esferas sociais de prestígio. Não dominar a língua-padrão – assim chamada por Bourdieu mas denominada de norma-padrão por Marcos Bagno, um dos lingüistas brasileiros que sustentam a discussão teórica – pode importar em estigma ou preconceito. Entendida no senso comum como “norma culta”, é essa variedade lingüística que os informantes desejam ampliar, motivados tanto pela curiosidade epistemológica – no sentido de uma autoformação – quanto pela necessidade profissional, como revelam os resultados da pesquisa. Constata-se também que, a par dos instrumentos tradicionais de expressão como dicionários e livros de gramática, os informantes se utilizam da internet para esclarecer dificuldades e aumentar seus conhecimentos lingüísticos em virtude da praticidade e rapidez que este novo meio tecnológico de comunicação oferece.

Palavras-chave: Internet, língua portuguesa, capital lingüístico

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. The use of internet to increase linguistic capital: standard-language.com.brazil. 2004. Dissertation (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ABSTRACT

This is an empirical research by means of a questionnaire sent out electronically to users of a website dedicated to solving idiomatic doubts and teaching Portuguese in order to make a profile of the individuals who usually consult it. At the same time it investigates their motivation for acquiring more knowledge about the Portuguese language and why they prefer to use the Internet in such case. It was possible to find out that the informers are highly educated or, as Pierre Bourdieu puts it, that they own a capital which is valuable in the market of linguistic exchanges inasmuch as it consists of the usage of the privileged classes, i.e., the type of language that circulates in the prestigious social spheres. Not mastering the standard language – such as called by Bourdieu but denominated “standard norm” by Marcos Bagno, one of the Brazilian linguists who support the theoretical discussion – may attract stigma or discrimination. Considered in the common sense as “the cult language”, this is the linguistic variety that the informers wish to enlarge, motivated by epistemological curiosity – in the sense of self-learning – as well as by professional necessity, as the results of the investigation reveal. One may also verify that, besides the traditional instruments of expression such as dictionaries and grammar books, the researched individuals also make use of the Internet in order to conquer difficulties and increase their linguistic knowledge due to the practicability and rapidity that this new technological means of communication offers.

Key-words: Internet, Portuguese language, linguistic capital

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Nomenclatura relativa a norma culta	23
Gráfico 1 – Percentual de mulheres e homens participantes da pesquisa	38
Gráfico 2 – Percentual de participantes por grupos de idade	40
Gráfico 3 – Percentual de participantes por formação	41
Gráfico 4 – Percentual de freqüência por área do curso realizado	42
Gráfico 5 – Percentual dos cursos freqüentados nas Ciências Humanas	43
Gráfico 6 – Freqüência de leitura de jornais	44
Gráfico 7 – Freqüência de leitura de revistas	44
Gráfico 8 – Freqüência de leitura de livros de literatura	44
Gráfico 9 – Freqüência de leitura de livros técnicos	45
Gráfico 10 – Freqüência de leitura de material de trabalho	45
Gráfico 11 – Freqüência de leitura de textos virtuais	45
Gráfico 12 – Freqüência de leitura das várias modalidades por número de pessoas	46
Gráfico 13 – Instrumentos usados para a solução de eventuais dúvidas de redação por número de consulentes	54
Gráfico 14 – Razões para escrever a um saite idiomático, por número de pessoas	63
Gráfico 15 – Número de informantes que indicaram “curiosidade e vontade de aprender mais”, por formação	67
Gráfico 16 – Número de informantes que indicaram “necessidade profissional”, por formação	67
Gráfico 17 – Número de informantes por categoria profissional	69
Gráfico 18 – Número de informantes que indicaram “é mais prático e rápido”, por formação	93

SUMÁRIO

CONVERSA ENTRE ASPAS	10
1 PONTO DE PARTIDA	16
2 PONTO DE INTERROGAÇÃO: DE QUE LÍNGUA ESTAMOS FALANDO?.....	21
2.1 NORMA CULTA E LÍNGUA-PADRÃO	21
2.2 VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA, NORMA E GRAMÁTICA	24
Puristas e purismos	28
Hipercorreção	29
Estrangeirismos	31
Voltando às variações	32
3 SUJEITOS EM PAUTA	37
3.1 SEXO & IDADE	37
3.2 FORMAÇÃO	41
3.3 LEITURA	43
Letramento	48
3.4 INSTRUMENTOS DE EXPRESSÃO – APOIO À REDAÇÃO	51
4 MOTIVAÇÃO PONTO A PONTO: VISTA GERAL	61
5 CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA & O IMPERATIVO DA PROFISSÃO	66
5.1 PROFISSÃO ENTRE PARÊNTESES	68
5.2 CAPITAL LINGÜÍSTICO & LÍNGUA LEGÍTIMA	72
5.3 UMA QUESTÃO DE PRECONCEITO	81
6 INTERNET: PONTO A FAVOR	86
6.1 A INTERNET NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS	88
6.2 USABILIDADE: INFORMAÇÕES PRÁTICAS E RÁPIDAS	92
PONTO FINAL.....	98

REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A	107
APÊNDICE B	109
APÊNDICE C	120
APÊNDICE D	124
ANEXO	131

CONVERSA ENTRE ASPAS

*“Penso que é impossível sermos educadores,
no sentido mais pleno do termo, se não
tivermos claramente uma utopia a iluminar e
conferir sentido ao nosso trabalho.”*

Marli Auras, UFSC

Tenho verificado ao longo de muitos anos de prática de revisão e, nos últimos seis, de aulas de português para bacharéis e operadores do Direito, que a maior parte deles, embora já imersos em sua língua, sente dificuldade de escrever um bom texto. Podem ter superado a “síndrome da folha/tela em branco”, mas ainda apresentam uma redação pouco fluente, eivada de deficiências da mais variada natureza. Quando têm clareza na exposição das idéias, faltam-lhes o conhecimento dos aspectos formais dos textos com que trabalham no seu cotidiano: petições, ofícios, cartas, requerimentos, relatórios, petições, acórdãos. Às vezes carecem de um vocabulário mais rico e preciso, o que advém de leitura atenta e freqüente. Enfim, em todos os cursos encontro adultos capazes de comportamentos escolares de letramento, que se saíram bem na escola, mas sem as habilidades necessárias para lidar eficientemente com os usos cotidianos da língua em contextos não escolares, como diria Magda Soares (2001).

Meu propósito inicial, ao ser selecionada para o mestrado, era verificar que tipo de dificuldade estariam essas pessoas encontrando na produção de um texto, qual a natureza de tantos questionamentos: seriam mais de gramática normativa, de estilística, de questões semânticas ou pragmáticas? Imaginava que com uma boa sondagem num rol de perguntas feitas a um saite¹ voltado à língua portuguesa eu poderia chegar a uma conclusão satisfatória

¹ Apesar de termos a palavra portuguesa "sítio", correntemente usada em Portugal mas não no Brasil, deixo de aproveitá-la por causa da confusão com seus outros significados, mais comuns, como “terreno, povoação, fazendola, chácara, a roça”, a não ser que esteja associada ao nome próprio de uma página eletrônica, como “sítio Língua Brasil”. Tampouco o termo “site” me agrada, pois sendo inglês deveria ser grafado em itálico, conquanto tenha a abonação da Academia Brasileira de Letras (1999), que não se importou em atribuir um valor ilegal ao grafema, e seja assim usado em praticamente todos os jornais e revistas brasileiros. Preferi ficar com a adaptação da pronúncia à grafia do português.

com relação ao que adultos escolarizados que usam a internet querem conhecer sobre a língua materna, ou que aspectos formais de uso do idioma são mais procurados.

Entretanto, ao me debruçar sobre um *corpus* de 600 consultas de português que eu havia previamente selecionado do saite Língua Brasil (a ser descrito no capítulo 1), percebi que seria mais importante, antes de tudo, conhecer a motivação desses sujeitos na busca pela ampliação de tais conhecimentos.

Sendo os usuários do Língua Brasil na maioria adultos plenamente escolarizados e inseridos no mercado de trabalho, ficava a me perguntar o motivo de tanta pergunta sobre matéria que afinal se pressupunha vista e batida em sala de aula, como por exemplo o uso da crase e do hífen, a diferença entre *este* e *esse*, entre *a* e *há*, a abreviatura de *página*, a grafia das horas. Não estaria a instituição escolar dando conta de informar suficientemente sobre o melhor uso do português brasileiro e de formar pessoas com o esperado e desejável nível de letramento? Uma das minhas hipóteses de fato relacionava a busca de conhecimento lingüístico via internet a uma falta de proficiência e níveis baixos de letramento por “culpa” da escola. Pensava se tratar de uma aprendizagem reparadora mais do que autônoma. Porém foi a aprendizagem autônoma que avultou na pesquisa, pois realmente é difícil ou até impossível a escola cobrir, em poucos anos, todo o uso cotidiano da língua, dar conta de todo um contexto social e pragmático, onde há formas de modularização e etiquetas de uso. Na escola também se aprendem regras, mas sua inconsistência acaba gerando inseguranças e mais dúvidas.

Paulo Freire, por outro lado, ao dizer que o ser humano é epistemologicamente um ser curioso (Pelandré 2002, p.55) nos permite pensar que as pessoas consultam sites e fazem perguntas porque estão sempre querendo aprender. E está aí a internet, um novo e atraente meio eletrônico, que facilita qualquer pesquisa e portanto possibilita suprir com rapidez e eficiência eventuais dúvidas de redação. Então me perguntei também em que medida a internet, com seus inúmeros sites idiomáticos e vantagens comunicacionais, seria o elemento indutor dessa busca. O que motiva alguém a se dirigir a um professor virtual e desconhecido para formular uma pergunta como “Qual o plural de café?” (V. Apêndice D). O seu desejo é aprender realmente? É suprir uma necessidade ou curiosidade de modo mais fácil do que ir a um dicionário ou compulsar um livro de gramática?

Inegavelmente, a aprendizagem via internet atrai cada vez mais pessoas em busca de revisão, atualização e aperfeiçoamento pelo descompromisso ou descontração que envolve, gerados principalmente pela falta de cobrança e avaliação de uma autoridade como o professor. Acessa quem quer. Aprende quem gosta. Privacidade e anonimato – se desejado –

estão garantidos. A comodidade também: pode-se aprender em casa ou no trabalho. Nas vinte e quatro horas do dia as lições estão lá. As consultas serão respondidas a tempo, *online* ou por correio eletrônico. E para cada gosto há um estilo de saite e de professor, enfim uma grande variedade de informações.

Em sua pesquisa “Sexo, afeto e era tecnológica”, realizada na Universidade de Brasília sob a coordenação de Sérgio D. Porto e que resultou em livro do mesmo nome, os responsáveis verificaram que a principal motivação de acesso à internet é a busca de informação e diversão; já o fundamental nos *chats* é o interesse em conhecer pessoas e assuntos novos, concluíram os pesquisadores (Porto 1999, p. 17). E no nosso caso? Apesar de haver diversos saines idiomáticos à disposição, ainda não se sabe por que as pessoas os estão usando. Tantos saines... tantas consultas... por quê?

Parti desse questionamento para estabelecer o **objetivo geral** da dissertação: realizar pesquisa junto a um grupo de consulentes de um saite idiomático com vistas a entender a razão e o significado da demanda por conhecimentos de língua portuguesa pela internet.

Como **objetivos específicos**, fixei dois:

- ✓ Investigar quem é e traçar o perfil do usuário-padrão de um saite idiomático, qual seja, um sítio eletrônico dedicado à língua portuguesa.
- ✓ Verificar as razões que levam o usuário sujeito da pesquisa a fazer consultas de português, em primeiro plano, e sua opção pela consulta via internet.

No tocante à **metodologia**, cumpre registrar a realização de pesquisa empírica através de questionário eletrônico, o qual nos forneceu os dados quantitativos necessários à discussão teórica.

Principiamos a pesquisa com um questionário enviado pela internet a 343 consulentes do Língua Brasil, ou seja, 10% de um total de consultas disponível até aquela data (julho de 2003). Elaborado no programa Excel, ele consistiu de três perguntas com opções de respostas que nos permitiriam aferir o nível de letramento do informante, como ele enfrenta as dificuldades de redação e as razões para o uso da internet com esse intuito. Inicialmente ele devia preencher 4 campos e clicar em outros 5, compondo assim um pequeno perfil biográfico e profissional. A primeira pergunta – *Com que frequência você lê?* – oferecia quatro alternativas de clique [diariamente /semanalmente /de vez em quando /nunca] para cinco

opções: jornais /revistas /livros de literatura /livros técnicos /material de trabalho como manuais, relatórios, pareceres, ofícios, etc. /textos virtuais (no computador).

A segunda pergunta – *Como você soluciona eventuais dificuldades de redação?* – apresentava cinco opções de resposta, podendo o informante assinalar todas elas: consulto dicionário /consulto livro de gramática /procuro a ajuda de colega ou professor /faço consulta pela internet /resolvo o problema de outra maneira. Neste último caso, ele poderia, num espaço ali disponível, descrever qual.

“*Por que você escreveu ou escreve a um saite de português como o Língua Brasil?*” era a pergunta final, a qual introduzia uma série de questões, sendo várias delas passíveis de escolha pela mesma pessoa:

- para resolver questões de português não aprendidas na escola
- por ter esquecido o que aprendi na escola
- por curiosidade e vontade de aprender mais
- por necessidade profissional
- estou me preparando para vestibular/concurso e preciso desse conhecimento
- é mais gostoso e interessante do que consultar uma gramática
- é difícil de localizar nos livros as questões que desejo conhecer
- é difícil de compreender as informações contidas nas gramáticas
- não tenho livros específicos em casa/no trabalho
- não tenho a quem perguntar
- suponho que as informações sejam mais atuais
- porque não custa nada
- a resposta é individualizada
- é mais prático e rápido.

Um espaço adicional foi reservado a quem desejasse expor algum motivo que não tivesse sido contemplado acima.

Foi observada, por estatística, a proporção em comum das experiências apontadas e os aspectos das estruturas individuais que manifestaram uma unidade geral. Os modelos estatísticos (são 18 gráficos no total) utilizados no decorrer deste trabalho não se mostram complexos – seu propósito foi simplesmente servir de apoio e ilustração para a identificação dos sujeitos e a classificação dos motivos mais relevantes indicados pelos informantes para o uso da internet objetivando a ampliação de seus conhecimentos lingüísticos. Os dados numéricos propiciaram uma base de análise descritiva confiável, mas não sei até que ponto

generalizável (as pesquisas empíricas a rigor permitem generalizações). A partir deles, e tomada de precaução, optei por um enfoque fenomenológico de análise no sentido de que as generalidades devem ser compreendidas e interpretadas no âmbito do estudado (Triviños 1987, p. 41-9). Em outros termos, o que vale para este grupo de informantes pode não valer para outro, em outras circunstâncias. Todavia, de acordo com Triviños (1987, p. 48), na pesquisa fenomenológica em Educação “o contexto cultural onde se apresentam os fenômenos permite, através da interpretação deles, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e uma busca de significados da intencionalidade do sujeito frente à realidade”.

Assim sendo, dos 122 informantes brotou o sentido do fenômeno investigado, que não se pretende – repito – generalizar para todas as pessoas que consultam na internet em todo o país, até pelo fato de sempre haver um outro sujeito para quem o mesmo fenômeno se veste com outras roupagens. Mas algumas considerações gerais foram possíveis e serão levantadas no **Ponto Final**.

Dada a peculiaridade da pesquisa, que apresentou resultados sugestivos de reflexões teóricas distintas, como norma culta & língua-padrão, preconceito & capital lingüístico, internet & autoformação, não dedicamos um capítulo único à revisão bibliográfica e à fundamentação teórica de todos esses pontos. Ambas são oferecidas na medida da necessidade ao longo de toda a dissertação.

No primeiro capítulo – **Ponto de partida** – identifica-se o saite idiomático de onde se originaram os sujeitos da pesquisa e também se extraíram as perguntas-consultas que ilustram algumas questões em discussão. Essas consultas se encontram no Apêndice **D** com o nome completo do consulente ou tão-somente as iniciais do seu nome, de acordo com autorização expressa no momento em que foram elaboradas em formulário próprio do saite Língua Brasil. No corpo da dissertação elas foram transcritas *em itálico*, com as iniciais do nome, a profissão e a cidade de origem.

No capítulo 2 surge a primeira reflexão teórica, que visa responder a uma interrogação inicial: **De que língua estamos falando?** Procura-se então expor vários entendimentos a respeito de norma culta e língua-padrão, terminologia que, conquanto possa apresentar variações, traduz o conceito de uma língua ideal cujo domínio é muito cobiçado e que se inclui num espectro de variedades lingüísticas que vai das formas estigmatizadas às puras, aquelas isentas de estrangeirismos e atentados à gramática tradicional.

No capítulo 3 – **Sujeitos em pauta** – busca-se chegar ao perfil do usuário-padrão de um saite idiomático por meio da análise das características informadas pelos sujeitos pesquisados quanto a sexo, idade, formação, tipo e frequência de leitura, além dos

instrumentos de expressão (dicionários e gramáticas) por eles usados como apoio à redação, dados que colocam em evidência o nível de letramento do grupo de informantes.

Os três últimos capítulos têm por escopo apresentar os resultados da pesquisa que respondem ao segundo objetivo específico da dissertação. O capítulo 4 – **Motivação ponto a ponto: vista geral** – abre caminho para os seguintes descortinando as razões assinaladas e descritas pelos sujeitos no sentido da realização de consultas de português pela internet. Cumpre registrar que, para ficarem diferenciadas das perguntas-consultas enviadas ao Língua Brasil, as manifestações espontâneas dos informantes no questionário (constantes do Apêndice C) foram transcritas na fonte Courier New em redondo, e em itálico apenas o primeiro nome da pessoa.

Os dois motivos que sobressaíram no questionário são examinados em mais detalhes no capítulo 5, intitulado **Curiosidade epistemológica & o imperativo da profissão**, sendo discutidos à luz da teoria das trocas lingüísticas do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com algumas considerações acerca do preconceito lingüístico sob a perspectiva sobretudo de lingüistas brasileiros como Eni Orlandi e Marcos Bagno.

O terceiro fator motivante, qual seja, a usabilidade da internet em termos de praticidade e rapidez, é o foco do capítulo 6, onde também se destaca o uso da rede mundial de computadores para a autoformação continuada à distância, que configura uma outra forma de capital lingüístico, agregando-se às indiscutíveis vantagens desse novo meio de comunicação, razão pela qual o capítulo final denomina-se de **Internet: ponto a favor**.

1 PONTO DE PARTIDA

“A questão agora é como podemos ser humanos perante a ascensão incontrolável da tecnologia.”

Baudrillard, 2003

Desde que começou a chegar aos computadores pessoais, no início dos anos 1990, a internet tem se mostrado de grande valia como facilitadora do fluxo e transferência de informações dentro e fora da sala de aula, constituindo-se em poderoso instrumento de ensino e aprendizagem. As novas tecnologias da comunicação e informação podem, nesse sentido, ser um meio bastante útil para quem quer continuar desenvolvendo seus conhecimentos sobre a língua, sobretudo na modalidade escrita. “A capacidade de utilizar a linguagem escrita para informar-se, expressar-se, documentar, planejar e continuar aprendendo ao longo da vida é um dos principais legados da escola”, afirmam Ribeiro, Vóvio & Moura (2002, p. 57). Gostaria de chamar a atenção para a frase “aprendendo ao longo da vida” por retratar uma das situações que caracterizam o trabalho dos sites idiomáticos, corroborada, no caso desta pesquisa, no fato de a maioria dos consulentes informantes ter acima de 30 anos, idade em que já completaram sua escolaridade formal mas continuam aprendendo e estudando por sua conta.

Há uma grande e crescente demanda social pela proficiência em leitura e escrita. À medida que a sociedade vai se tornando mais complexa, os modos de vida vão se transformando e novas exigências se apresentam às pessoas letradas. O desenvolvimento tecnológico vem substituindo, em ritmo acelerado, o trabalho braçal pelo qualificado, que requer habilidades no trato de informações. Conseqüentemente, o mercado de trabalho exige pessoas com níveis de formação sempre mais elevados (Pelandré 2002, p. 35).

A internet, pois, tem servido de suporte tanto para a aquisição quanto para a manutenção, ampliação e domínio da língua de prestígio, que Bourdieu (1996) chama de “língua legítima”.

Na rede eletrônica está disponível um bom número de páginas dedicadas à língua portuguesa, que estamos denominando de **saites idiomáticos**², os quais Marcos Bagno inclui no que ele chama depreciativamente de “comandos paragramaticais” (“arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, ‘consultórios gramaticais’ por telefone e por aí afora...”, 2003b, p. 76-7) por ver nesses “novos defensores da língua” (2001a, p. 174) somente “falsos especialistas que se apoderaram dos meios de comunicação” (2003b, p.154), embora lhes reconheça algum proveito quando faz a seguinte generalização:

O que os *comandos paragramaticais* poderiam representar de utilidade para quem tem dúvidas na hora de falar ou escrever acaba se perdendo por trás da espessa neblina de preconceito que envolve essas manifestações da (multi)mídia. Assim, tudo o que elas fazem de concreto é perpetuar as velhas noções de que “brasileiro não sabe português” e de que “português é muito difícil” (Bagno 2003b, p. 77).

A existência e proliferação de saites idiomáticos se justifica em razão de uma grande procura nessa direção. Brasileiros e até mesmo estrangeiros aprendendo português têm buscado, com bastante frequência, equacionar e resolver problemas lingüísticos por meio da internet em vez de consultar dicionários, livros e material impresso que se propõem a ensinar português. “Gostemos ou não, *existe uma demanda social por regras, por normas*. As pessoas têm dúvidas, sim, na hora de escrever um texto mais monitorado”, diz Bagno (2003a, p.155, grifo no original).

Essa demanda é constatável no site **Língua Brasil**, que teve seus trabalhos iniciados em março de 2000 com 900 cadastros (basicamente jornais, jornalistas e advogados) e quatro anos depois conta com mais de 10.000 clientes cadastrados, sem que tenha havido propaganda ou marketing direcionado à sua expansão – esta se deu espontaneamente, boca a boca ou por intermédio de jornais e outros órgãos de comunicação³ que publicam a coluna *Não tropece na língua*, carro-chefe do Língua Brasil, uma iniciativa de Luiz Fernando de Queiroz, jornalista e advogado, seu patrocinador, que para tanto criou o Instituto Euclides da Cunha, entidade sem fins lucrativos estabelecida em Curitiba/PR, do qual também faço parte.

² Podemos citar alguns: www.primapagina.terra.com.br , www.linguaportuguesa.com , www.portugues.com.br , www.pauloherndes.pro.br , www.redacaoonline.pro.br , www.educaterra.terra.com.br/sualingua , www.sergionogueira.com.br, www.cursoanglo.com.br/mport, www.estado.com.br, www.dicasdeportugues.pro.br, www.hildebrando.com.br, www.gramaticaportuguesa.com.br .

³ Dentre eles podemos destacar: O Estado do Paraná, Jornal do Tocantins, Diário do Sul (Tubarão/SC), Jornal de Brasília, O Lutador (MG), A Palavra (Alegre/ES), A Tribuna (Piracicaba/SP), Diário do Povo (Pato Branco/PR), A Semana (Canoinhas/SC).

O ponto de partida escolhido para esta pesquisa de dissertação foi então o saite Língua Brasil, cujo principal objetivo é colaborar graciosamente com as pessoas que manifestam o desejo de conhecer melhor e mais profundamente o nosso idioma, a partir da publicação semanal no URL⁴ <http://www.linguabrasil.com.br> de um tema ou lição de português – a coluna *Não tropece na língua* –, que é também enviada toda quarta-feira ao endereço eletrônico das pessoas cadastradas. Esse artigo eu preparo com base nas perguntas levantadas pelos leitores, que geralmente são feitas em formulário próprio no *Mural de Consultas*, onde se solicita, além do nome, endereço eletrônico, cidade/estado de origem e a profissão do consulente. Na seção *online* do Mural de Consultas estão disponíveis algumas das respostas aos consulentes (315 até o momento), as mais comuns e rápidas, que em princípio não comportam um artigo todo (em torno de 70 linhas ou 500 palavras). Pode-se optar entre consultas gratuitas (com prioridade para as que versam sobre tema de interesse coletivo, mas sem prazo para resposta) e pagas. A quase totalidade dos consulentes solicita a gratuita, cuja média é de 80 por mês, um número significativo quando se considera que o artigo encaminhado semanalmente aos leitores não explicita a possibilidade de serem feitas perguntas *online*, ou seja, não é feita divulgação dessa prestação de serviço. As pessoas o descobrem navegando no saite ou se dirigindo ao endereço eletrônico do Instituto, que consta no envio da quarta-feira.

O Língua Brasil dispõe ainda de um *Mural de Visitas*, um *Fórum* de opinião e discussão entre os leitores, um vocabulário de *Palavras Compostas* com mais de 1.600 frases de exemplo e uma seção destinada à venda de livros – *Publicações* (V. cópia da página principal no final deste capítulo).

O que tenho podido observar desde o início desse meu trabalho é que grande parte das perguntas formuladas consiste no uso adequado das convenções da escrita – ortografia, acentuação, crase, pontuação –, ou seja, aspectos formais e estruturais da escrita, e certos formalismos técnicos e protocolares, como abreviaturas, citações, fórmulas de tratamento, endereçamentos e fechos de correspondência. São igualmente alvo de perguntas – porém em menor número – os tópicos de gramática normativa como flexões de feminino e plural, concordância, verbos de maneira geral. Outras se voltam ao significado, compreensão e uso de palavras, além de questões sobre o uso de vocábulos e estruturas que ainda não se encontram nos dicionários ou livros de gramática: aqui, sim, entra a questão do *certo* ou *errado*, *pode* ou *não pode*, *existe* ou *não existe*. Em suma, observa-se um consulente que tem

⁴ URL é sigla usada em inglês (Uniform Resource Locator = Localizador de Recursos Uniforme) para indicar a forma do endereço em rede em que determinado saite pode ser acessado.

o hábito de ler e escrever mas não domina um tipo particular de discurso, muitas vezes casos excepcionais, marginais, um conhecimento que é do seu interesse e que ele vai buscar, pois “a aprendizagem da escrita implica o domínio de técnicas que se aprendem pelo exercício e pela reflexão metalingüística” (Britto 2003, p. 182). E, ademais, não estando pronta, a língua exige aprendizagem constante.

Tenho procurado convencer meus leitores de que há um manancial de possibilidades, a diversidade é riqueza, as escolhas são suas diante da amplitude de caminhos. Contudo, sinto a hesitação e o receio das pessoas em fazer o percurso sem o aval de um gramático: “Mas o Napoleão diz que ‘em anexo’ não existe!” E às vezes nem a garantia de um livro de gramática resolve. Foi o caso – para exemplificar – da regência direta do verbo visar no sentido de “almejar, ter por objetivo”: ao apresentá-la como correta me servi da Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Cunha & Cintra (1985, p. 525), e de uma frase de Euclides da Cunha ali estampada (“O ataque visava cortar a retaguarda da linha de frente”). Mesmo assim, dois consulentes escreveram indignados com tal condescendência.

De qualquer modo, os leitores deixam as divergências à parte e continuam cadastrados, acredito que pelo benefício de uma via de formação autônoma, de resolução de dúvidas de português que nem sempre eles conseguem dirimir nos meios tradicionais, como os manuais de gramática e os dicionários. Estes freqüentemente trazem informações parciais, como por exemplo apenas o plural de palavras marcadas por uma excepcionalidade, e não das que atendem à regra básica de acréscimo de um -s, daí a necessidade de recorrer a outros expedientes, a outras pessoas. Uma interessante ferramenta de ajuda que os usuários de computador encontram são os corretores ortográficos. Embora se destinem a nos auxiliar – e geralmente auxiliam – na escrita sinalizando em verde as questões que devem ser revistas do ponto de vista gramatical, e em vermelho as palavras que julgam ter grafia errada, indo ao ponto de fazer a revisão automática de palavras mal digitadas, nem sempre tais programas dão conta do que o escritor deseja, uma vez que não consideram o contexto discursivo em que se dá a comunicação. E, de outra parte, mesmo podendo ter o seu texto revisado, corrigido, muitas pessoas desejam ter o conhecimento das normas lingüísticas. Uma possível explicação para isso reside no fato de o sujeito se constituir pela e na linguagem (Bakhtin, 2002 [1929]); então, para se considerar proficiente no uso da língua ele necessariamente precisa dominar o conhecimento que o grupo social considera “correto”, “aceitável”, o conhecimento que é legitimado socialmente. Seria o que se chama de norma culta, de língua-padrão? É o que veremos no próximo capítulo.

[página que contém a homepage do site Língua Brasil

– ver www.linguabrasil.com.br]

2 PONTO DE INTERROGAÇÃO: DE QUE LÍNGUA ESTAMOS FALANDO?

*“As palavras são tecidas a partir de uma
multidão de fios ideológicos e servem de
trama a todas as relações sociais
em todos os domínios.”*
Bakhtin

Quando se dirigem à internet e acessam um saite para fazer uma consulta de português, em que modalidade de língua as pessoas estão interessadas?

Na língua-padrão, sem dúvida. Ou na norma culta, como popularmente é chamada. A motivação dessas consultas é focalizada nos capítulos 4, 5 e 6. Antes, precisamos deixar claro de que língua estamos tratando: a nomenclatura usada e a que exatamente ela se refere.

2.1 NORMA CULTA E LÍNGUA-PADRÃO

Mesmo que não se mencione terminologia específica, é evidente que se lida no dia-a-dia com níveis diferentes de fala e escrita. É um truísmo dizer que as pessoas querem “falar e escrever melhor”, querem dominar a língua dita culta, a correta, a ideal, não importa o nome que se lhe dê. Para os lingüistas, porém, há uma língua circulante, correta, que é diferente da ideal, imaginária. Nos termos de Orlandi, “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (2002, p. 22).

Em *A língua de Eulália*, uma atraente “novela sociopolítica”, Bagno (2001a) coloca na boca das personagens, de maneira simples e clara, a distinção entre o *real* e o *ideal*: a língua concreta com todas suas variedades de um lado e de outro uma norma ou padrão ou modelo abstrato do que é “bom” e “correto”. Ou, dito de outro modo por Lucchesi (2002, p. 63), “à heterogeneidade real do comportamento lingüístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”, que se consubstancia numa escrita mais refinada, “mais monitorada, usada para fins estetizantes e retóricos” (Bagno 2002b, p.188).

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de “norma-padrão” ou “língua-padrão” (Faraco 2002, p. 40).

O padrão de língua ideal a que as pessoas querem chegar é, pois, aquele convencionalmente utilizado nas instâncias públicas de uso da linguagem, como livros, revistas, documentos, jornais, textos científicos e publicações oficiais; em suma, é a que circula nos meios de comunicação, no âmbito oficial, nas esferas de pesquisa e trabalhos acadêmicos. Para Britto, trata-se do “nível hipotético da língua, paradigma de correção, representação ideológica do que seja certo” (1997, p. 76), o qual ele denomina de “norma canônica”.

Começa aqui uma certa confusão entre a norma canônica ou padrão e a norma culta. Para os lingüistas fica claro que há dois estratos diferenciados: um praticamente intangível, representado nas normas preconizadas pela gramática tradicional, que comporta as irregularidades e excrescências da língua, e outro concreto, o utilizado pelos falantes cultos, qual seja, a “linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população” (Bagno 2003a, p. 51). Sendo cultos (na acepção sociolingüística) os sujeitos que produzem os jornais, documentação oficial, trabalhos científicos, é culta a língua que produzem – eis a ilação.

Embora o padrão não se confunda com a norma culta, está mais próximo dela do que das demais normas, porque os codificadores e os que assumem o papel de seus guardiões e cultores saem dos estratos sociais usuários da norma culta. Se esse é um fator de aproximação, é também um fator de tensão, porque o inexorável movimento histórico da norma culta tende a criar um fosso entre ela e o padrão, ficando este padrão cada vez mais artificial e anacrônico, se não houver mecanismos socioculturais para realizar os necessários ajustes (Faraco 2002, p. 42).

O fosso é percebido pelos falantes brasileiros, mesmo os “cultos”. Até porque a língua que falam e os textos que produzem nem sempre se coadunam com as regras rígidas impostas pela gramática normativa e divulgada na escola e em outras instâncias como o vestibular. Daí o povo entender que esse padrão elevado de linguagem deva ser chamado de culto. Para ele, é a norma culta.

Antes de fazermos uma passagem pela gramática normativa, mencionada acima, visualizemos no quadro 1 a nomenclatura utilizada na descrição das modalidades de língua de que estamos falando, ensejada pela pluralidade lingüística, que veremos adiante.

	Língua concreta dos falantes cultos	Língua ideal ligada à tradição gramatical normativa
Bagno, Marcos	norma culta	norma-padrão
Britto, L. Percival	norma culta	norma canônica
Bourdieu, P.		língua-padrão ⁵ , língua legítima
Senso comum		norma culta
Outros		língua padrão língua oficial língua exemplar língua literária língua culta dialeto-padrão variedade-padrão

Quadro 1 – Nomenclatura relativa a NORMA CULTA.

Se se quisesse fazer uma outra polarização, a norma-padrão ou canônica se contraporiria ao conjunto das variedades existentes no Brasil, incluindo a norma culta (não a do senso comum, mas a dos dois autores citados).

Muitos brasileiros têm noção de que existem diferentes registros e variedades lingüísticas. Alguns, mesmo não sendo da área, conhecem a terminologia usada, embora associem culta a padrão:

Qual a forma culta, padrão (mas sem ser ridícula), e modernamente aceita:

- *Em todo (o) caso (há variações em função das gramáticas);*
- *Todo (o) mundo (há uma peça Todo o mundo e ninguém, mas pouco se vê tal forma). G. C., economista, Pully/Suíça [grifo meu]*

⁵ Bourdieu não usa reiteradamente o sintagma “língua padrão” (ou o substantivo composto “língua-padrão” – o uso do hífen é discutível e por isso inconstante, mas resolvi adotá-lo), contudo deixa-o patente no subtítulo “La langue *standard*: un produit «normalisé»” (1982, p.28). A palavra *standard* só foi escrita em itálico pelo fato de ser estrangeira (inglesa), por isso não há necessidade de grifar *padrão*, como se encontra na tradução brasileira (Bourdieu 1996).

Ou simplesmente associam culta a correto:

*Já li que “primeiramente” não existe e também que **além de correto é norma culta**. Pergunto: Usar primeiramente é correto? Qual a sua classe gramatical? Porque ninguém usa secundamente? G. P. K., advogado, Rio de Janeiro/RJ [grifo meu]*

Ou nesta outra, em que o sujeito se refere à norma culta da maneira como ela é vista no senso comum, conquanto ele esteja tratando de um caso que é exclusivo da norma-padrão, pois o uso do verbo *ter* como impessoal, sem sujeito, é comuníssimo e bem-aceito na linguagem falada e escrita das instituições e pessoas tidas como cultas, em alternância com o verbo *haver* (o estilo e até mesmo a eufonia é que presidem a escolha de uma ou outra forma):

*Quando fiz o segundo grau, meu professor de português costumava dizer que o verbo *ter* só poderia ser utilizado no sentido de possuir. Portanto, pela **norma culta**, eu somente posso dizer “Há dois lugares ali” ou “existem dois lugares ali” e, nunca, “Tem dois lugares ali”. Gostaria de saber se isto é realmente correto. A. C., arquiteto, Curitiba/PR [grifo meu]*

2.2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NORMA E GRAMÁTICA

As línguas variam, mudam, se expandem, morrem. As línguas comportam variações e mudanças no tempo, no espaço, na forma, no seu funcionamento (Beline 2003). Encontram-se, portanto, variações geográficas (vocabulário e prosódia mudam de região para região); sociais (com as variáveis de classe, sexo, idade, grupo étnico, escolaridade e fatores individuais); de registro (formal e informal); estilísticas, semânticas, lexicais e fonológicas. O sotaque, por exemplo, é visivelmente marcado no inglês e no francês (cf. Bagno, Stubbs & Gagné 2002), bastante mais do que no português brasileiro, onde o problema é o uso “errado”, como falar “nóis apresentemos, nóis encontremo o Zé, nós se encontramos); na língua escrita, podemos ilustrar o caso com certas variações morfossintáticas como “vende-se casas/fizeram-se pesquisas” e “cheguei em/a São Paulo”.

Há, então, uma realidade heterogênea que, por abrigar diferenças de uso que refletem a dinâmica social, exclui a possibilidade de imposição ou adoção como única de uma língua-

modelo baseada na gramática tradicional, a qual, por sua vez, se estriba nos grandes escritores da língua, sobretudo os clássicos (Silva, 2000 e 2002), tornando-se pois conservadora. E justamente por se valer de escritores é que suas prescrições e proscricções se verificam mais na escrita do que na fala. De acordo com Petter (2003, p. 19),

a gramática tradicional, ao fundamentar sua análise na língua escrita, difundiu falsos conceitos sobre a natureza da linguagem. Ao não reconhecer a diferença entre língua escrita e língua falada passou a considerar a expressão escrita como modelo de correção para toda e qualquer forma de expressão lingüística. A gramática tradicional assumiu desde sua origem um ponto de vista prescritivo, normativo em relação à língua. [...] essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há preocupação em desenvolver e fortalecer uma língua padrão.

Silva (2000, p. 13) realça a idéia de que a norma-padrão é freqüentemente vista como elemento de unidade e coesão social:

Se transpomos, entretanto, para hoje, aquilo a que a gramática tradicional remete podemos ver que ela reforça o ‘dialeto da elite’, que ela reforça padrões de uso que são próprios a uma classe dominante, que o seu ensino (quer bem ou mal feito) faz silenciar os outros usos.

Quero frisar que não estamos discutindo a gramática em seu sentido simbólico, de produto sócio-histórico que se configura na sistematização dos fatos da língua (Melo, 1968) ou, conforme Franchi (*apud* Britto 1997, p. 74), num “sistema de princípios e regras formais de construção e interpretação das expressões de sua língua, interiorizada pelo falante”, isto é, um sistema notacional convencional, inscrito no inconsciente coletivo, na memória social das gentes. Estamos nos referindo às normas e convenções agregadas num corpo que se chama de gramática tradicional, a qual, segundo Silva (2000, p.12), “numa atitude normativo-purista que lhe é inerente, tem a veleidade de determinar qual a variedade de língua é a melhor”.

A gramática assim concebida vai ignorar o “como se diz” para se fixar no “como se deve dizer” (Silva 2002, p. 298). Nascem daí as inúmeras questões de “certo e errado” que atribulam a vida do brasileiro, mesmo os mais letrados, como percebo no meu trabalho profissional e como atesta Rodrigues (2002, p. 13): “Freqüentemente o padrão ideal é uma regra de comportamento para a qual tendem os membros da sociedade, mas que nem todos cumprem, ou não cumprem integralmente”. Mais adiante, ao se referir à escola, ele professa que nem mesmo os professores de Língua Portuguesa escapam a esse destino: “Comumente, entretanto, o mesmo professor que ensina essa gramática não consegue observá-la em sua própria fala nem mesmo na comunicação dentro de seu grupo profissional” (2002, p. 18).

Também Bagno (2001a, p. 173) sustenta que “mesmo os falantes cultos, aquelas pessoas que têm acesso às regras padronizadas, incutidas no processo de escolarização, se mostram muito inseguras no momento de usar essas regras conservadoras”. Ou seja, é comum a hesitação ou a perplexidade diante de certas construções, de que podem servir de exemplo as consultas abaixo:

Quando exatamente se deve usar “aonde” ou “onde” numa frase? Sei que “aonde” é o advérbio de lugar, portanto deve ser usado quando indique algum local, mas e o “onde”? C. G., TV producer, Fort Lauderdale/USA

Gostaria de saber se é correta a frase abaixo: “10% da população mundial são considerados pacientes especiais”. L. M., administradora, Ribeirão Preto/SP

Trabalhamos na companhia de eletricidade do RS, e aqui no departamento surgiu a seguinte dúvida: à pergunta “que dia é hoje?”, é correto responder “são 11 de dezembro”? N. S. M., eletricitária, Porto Alegre/RS

Minha dúvida é a seguinte: está certo pluralizar nome de família, como fez Eça de Queirós em “Os Maias”? M. R.C.F., advogada, Mairiporã/SP

O contato com normas conservadoras ao lado de outras mais flexíveis pode confundir as pessoas, provocando-lhes a incapacidade de reconhecer diferenças de uso:

A rede globo de televisão está veiculando a seguinte informação: vende-se bicicletas, e não vendem-se. Porém, escrevemos: compram-se lojas, alugam-se lojas. Por quê? G. A. S., advogado, Barbacena/MG

Em o “Manual de Redação e Estilo” de Eduardo Martins, Editora Moderna pág. 85-86, indica para não usar a contração da preposição com o artigo quando fazem parte do sujeito, e do pronome com o artigo quando funcionam como sujeito ou o determinam. **Em o** final do verbete, porém, observa que há gramáticos que aceitam essa contração. Como resolver esse impasse? Eu prefiro o uso da contração. G. R., revisor de textos e professor, São Paulo/SP [grifei]

Nesta última consulta, o profissional da língua chega a trocar a fórmula usual, a contração “no” – sua preferência! – por “em o” nos adjuntos adverbiais porque fez uma leitura errônea da regra conservadora estabelecida no manual [que se refere a “apesar **de o** Brasil **ser** um país rico”, por ex.], movido talvez pela observação final do verbete sobre a aceitação da contração neste caso.

É preciso, pois,

reconhecer que tudo o que a Gramática Tradicional chama de “erro” é na verdade um “fenômeno” que tem uma explicação científica perfeitamente demonstrável. Se milhões de pessoas (cultas inclusive) estão optando por um uso que difere da regra prescrita nas gramáticas normativas é porque há alguma regra nova sobrepondo-se à antiga. Assim, o problema está com a regra tradicional, e não com as pessoas, que são falantes nativos e perfeitamente competentes de sua língua (Bagno 2003b, p. 143).

Numa época em que “**ensinar o certo é errado**” (apropriando-me de expressão que ouvi de Luiz Percival Britto durante palestra em Florianópolis no dia 27.11.03⁵), as pessoas freqüentemente perguntam “É certo dizer assim?”:

Gostaria de saber qual a expressão é a correta: Tinha que ter (pego) ou tinha que ter (pegado)? C. M. S., funcionário público, Cascavel/PR

Gostaria de saber a pronúncia correta do verbo pegar, por exemplo: “Ele foi pego (é com som de ‘ê’ ou ‘é’?) pela polícia. Paulo Vargas, estudante universitário, Campo Grande/MS

Uso correto da expressão ‘ao nível’. Claudia, funcionária pública, Fortaleza/CE

Gostaria de saber o seguinte: o certo é entrar ou adentrar. Quando fiz faculdade de jornalismo, um dos professores dizia que jamais poderíamos usar “adentrar”, só que leio constantemente nas melhores publicações, jornalistas colocando em suas matérias o verbo adentrar no lugar de entrar. E agora? V. C., assessor financeiro, São Paulo/SP

Essa preocupação com o certo e o errado acaba levando a exageros:

⁵ Seminário sobre “Letramento, Educação Lingüística e Política Lingüística” promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis nos dias 27 e 28 de novembro de 2003, tendo como debatedores Marcos Bagno, Luiz Percival Leme Britto e Gilvan Müller de Oliveira.

Gostaria de saber qual o correto ao cumprimentar uma pessoa: “tudo bom” ou “tudo bem”. F. P., estudante, São Paulo/SP

E leva também a confusões, alimentadas sem dúvida pelos puristas que apregoam o uso de certas formas anacrônicas, algumas jamais utilizadas no Brasil, como esta:

É correto usar “anos oitentas”, “anos noventas” etc.? I. W., professora, Niterói/RJ

Sobre o assunto, Faraco (2002, p. 43) assim se pronuncia:

Como a distância entre a norma culta e o padrão artificialmente forjado era muito grande desde o início, enraizou-se, na nossa cultura, uma atitude purista e normativista que vê erros em toda parte e condena qualquer uso – mesmo aqueles amplamente correntes na norma culta e em textos de nossos autores mais importantes – de qualquer fenômeno que fuja ao estipulado pelos compêndios gramaticais mais conservadores.

Puristas & purismos

Ninguém no Brasil se admite purista, certamente. Mas as investidas que têm em mira uma língua pura, ornamental e escoimada de “erros” ainda estão por aí...

Purismo, com efeito, qualifica uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo da língua e não tolera nenhum desvio em relação a esse modelo predefinido, quaisquer que sejam as condições objetivas da vida lingüística da comunidade. A norma purista deve ser única e permanente (Rey 2001, p. 137).

É o mesmo autor quem complementa: “O purista não se deixa impressionar, portanto, pelo caráter social de um discurso, não aceita as variantes combinatórias da norma objetiva, recusa dobrar-se à pressão estatística do uso” (Rey 2001, p. 137). Parece, assim, que o purista ignora ou faz questão de ignorar “todo o conhecimento científico da língua para melhor recusar a realidade do uso” (Rey 2001, p. 143).

O conhecimento científico a que Rey se refere é a noção da pluralidade lingüística de que vimos tratando e que Yaguello explicita:

O purista nega o que está na natureza mesma da língua: a evolução e a variação – a proliferação de dialetos sociais ou regionais, de registros e jargões diversos. A mudança lingüística é movida por duas forças distintas: uma procede da língua mesma, é inerente à sua lógica interna; a outra procede da comunidade lingüística e das condições sócio-históricas de seu devir (Yaguello 2001, p. 281).

Hipercorreção

Bagno aponta as “cartas dos leitores ou das colunas especializadas na ‘vida da língua’” como instâncias em que o purismo se perpetua e se desenvolve. Mas isso quando o autor das cartas e colunas é purista, devo ressaltar. De qualquer modo, essas instâncias têm seu efeito. Não se pode negar que o falante culto se influencia por elas e pela pressão do ambiente: “Às vezes o contexto formal ou tenso da interação pode levá-lo à hipercorreção, fazendo ele dizer ‘*houveram* coisas estranhas’, ‘eu penso *de que* não se deve fazer isso’, etc.” (Bagno 2001a, p. 164-5).

Não só o desejo ou a vontade de se apropriar das formas da fala ou da escrita de prestígio induz o sujeito a cometer deslizes ou excessos – Geraldi (1996, p.62) dá como “exemplo radical” de hipercorreção a pessoa passar a falar *nas-cer* quando aprende que *nascer* se escreve com *sc* – mas também o induz a se colocar na posição de juiz da produção lingüística alheia, como Bourdieu explica em seu texto “Gostos de classe e estilos de vida” (in Ortiz 1983, p. 115):

É manifesta a relação entre a ânsia de conformidade cultural que determina uma busca ansiosa de autoridades e de modelos de conduta e que leva à escolha de produtos seguros e certificados (como os clássicos e os prêmios literários) e a tendência à hipercorreção lingüística, espécie de rigorismo que leva a fazer demais pelo medo de não fazer o bastante e a perseguir, em si e nos outros, as incorreções – como em outros campos a incorreção e o erro moral.

Como ilustração, vejamos algumas perguntas dos consulentes imbuídas de atitudes hipercorretivas:

Um exemplo que vi na parte do “por quê” me chamou a atenção: “O prefeito convocou uma reunião mas não compareceu ninguém, só Deus sabe porquê.”

*Para mim, o correto seria: “O prefeito convocou uma reunião **mas ninguém compareceu**, só Deus sabe por quê.”* J. P. O., analista de sistemas, Brasília/DF

Se eu escrever para o Instituto Euclides da Cunha, vou ter “maiores informações”, como está na página principal, ou “mais informações”? N. F., professor, Linhares/ES

Sou carioca e mudei-me para Manaus ano passado. Sei que existem “linguagens” diferentes em cada estado deste Brasil enorme, mas encontrei aqui expressões que todos falam e inclusive os professores de português dizem estar corretas. Por exemplo, aqui falam assim: “Vou pedir do meu pai um brinquedo” ao invés de “Vou pedir ao meu pai um brinquedo” ou “Pergunta dele o que achou da festa” ao invés de “Pergunta a ele o que achou da festa”. Estou certa ou eles estão certos? Pode haver essa variável? C. L. J. S., contadora, Manaus/AM

Uma outra maneira de explicar as ocorrências de hipercorreção consta em Possenti (1996, p. 80):

Saber uma língua é, entre outras coisas, dispor de um conjunto articulado de hipóteses sobre as regras que a língua segue. De alguma maneira, estamos sempre incorporando e manipulando hipóteses desse tipo. Além disso, parece certo que nosso conhecimento de uma língua não é um rol de frases prontas, mas um conjunto de regras que acionamos conforme as circunstâncias. Acontece às vezes que os falantes formulam, interiorizam e acionam hipóteses equivocadas, principalmente no que se refere à forma das palavras ou à sua significação, ou estendem em excesso a aplicação de hipóteses corretas.

Se Bourdieu⁷ afirma que a hipercorreção é “fenômeno característico do falar pequeno-burguês” (no original: “phénomène caractéristique du parler petit-bourgeois”), Soares (1986, p. 59) lembra que é também típico “do aluno que procura responder às expectativas do professor, é uma estratégia de censura prévia”, um esforço de assimilação da língua-padrão ou língua legítima por pressão social, para se identificar com as pessoas das classes privilegiadas.

⁷ Em intervenção oral no Congrès de l’AFEF, em Limoges, França, 30 de outubro de 1977, quando falou sobre *Ce que parler veut dire*. Transcrição encontrada em www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/entrevue. Sua tradução em português consta da coletânea: Bourdieu, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Já aqueles que dominam essa linguagem legítima podem se permitir a hipocorreção – pequenas transgressões lingüísticas – sem que saiam chamuscados, porque detêm outras características sociais que revelam que ele “poderia falar corretamente” se e quando quisesse.

Estrangeirismos

Além da hipercorreção, outra consequência de uma visão purista da língua são os ataques aos estrangeirismos que aterrizaram no Brasil – para falar do nosso caso –, especialmente depois que a informática aqui se instalou com força, trazendo consigo não só a tecnologia americana mas a língua inglesa, intocada em termos como *hardware*, *software*, *backup*, *nick*, *zip*, *hacker*, *e-mail*, *link*, e adaptada em outros como deletar, printar e atachar.

A crítica ecoa alarmista porque, novamente, as pessoas não se dão conta do fenômeno da variabilidade lingüística:

Ao tomar-se equivocadamente a escrita como essência da linguagem, perde-se de vista a base biológica das línguas naturais, cuja essência é a fala, dotada de vitalidade incontável por desígnios humanos. Isso quer dizer que as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade lingüística, de uma geração para outra, sendo o contato entre os dialetos e línguas uma força motriz comum e de grande relevância nesse processo. Ou seja, empréstimos, sempre houve e sempre haverá (Garcez & Zilles 2002, p. 47).

A importação estrangeira, não podemos deixar de lembrar, é uma das fontes de formação lexical (Melo 1968, p. 263). É implacável, inevitável, mas não constitui uma ameaça, como podem pensar algumas instâncias mais conservadoras e preocupadas com a contaminação do inglês. Quem é preconceituoso no emprego de empréstimos lingüísticos imagina que atualmente eles são mais volumosos ou poderosos, a sugerir a decadência da língua, ameaçada na sua integridade.

O debate sobre estrangeirismos, então, revela um esforço de setores da classe dominante em manter sob seu controle estrito a definição da língua do poder diante de novos elementos de repertórios lingüísticos externos e reforça ainda mais a ideologia lingüística brasileira, segundo a qual somos uma nação monolíngüe, uma unidade nacional forjada e mantida pela unidade lingüística – talvez a maior fonte de preconceitos lingüísticos na nossa comunidade e a chave invisível, mas legitimada, das práticas excludentes (Garcez & Zilles 2002, p. 51).

O uso de palavras provenientes de outras línguas – o inglês principalmente – é uma questão de aceitabilidade, de disposição às mudanças, na compreensão de que a variação está

inscrita na língua, é inerente a ela, razão por que “nunca ninguém deteve a evolução de uma língua, a não ser deixando de falá-la” (Yaguello 2001 p. 281).

Voltando às variações

Está certo: não somos uma nação monolíngüe, não existe uma unidade lingüística imutável. Embora as pessoas possam não ter consciência das mudanças no tempo – para pegar um aspecto da questão –, é esse traço peculiar à língua que enseja perguntas como estas:

Quando tenho que obrigatoriamente utilizar “de” ou “que”. Ex: Tenho de estudar ou Tenho que estudar. N.M.S.T., professora, Campo Grande/MS

1) Há uma oração, na igreja, que diz... “infundi em nós...” (fico pensando, não seria ‘infunde’? se não é por que?

2) Repetir. Ouço no rádio: “repita isto”. Não seria “repete isto”?

*3) Uma outra dificuldade que tenho: Tem **que** ser ou tem **de** ser.*

E. O. F., professor aposentado, Presidente Prudente/SP

Pessoas que costumavam ouvir “tenho de ir, tenho de fazer” têm razão em questionar o uso de “tenho que ir, tenho que fazer”, forma que atualmente ouvem mais, justamente porque a língua não é imutável. “O fato de as línguas passarem por mudanças no tempo é algo que pode ser percebido de mais de uma forma. Uma delas é o contato com pessoas de outras faixas etárias. Quanto maior a diferença de idade, maior a probabilidade de encontrarmos diferenças na forma de falar de duas pessoas”, explica Chagas (2003, p. 141).

A própria norma prescritiva não se põe a salvo dos empréstimos, das inovações, das flutuações de uso (o verbo obedecer, por exemplo, antigamente era transitivo direto, passou a indireto e está voltando aos tempos clássicos na forma de “obedecer ordens, obedecer o papai” etc.).

Britto (2003, p. 28) ratifica essa posição ao destacar que “mesmo a norma canônica admite variação, é objeto de polêmica e não demonstra a mesma força coercitiva em todas as situações”. É rígida na ortografia e na concordância verbal e nominal, razoavelmente explícita na colocação pronominal e na regência, e mais livre na pontuação, categoriza Britto. No que

toca aos gêneros profissionais (acadêmicos, jurídicos, técnicos), assevera o autor que “o uso do jargão é mais significativo do que a obediência ao cânone” (Britto 2003, p. 28).

Essa variação é visível também no interior de um mesmo veículo de comunicação, como os grandes jornais e revistas, que podem apresentar formas mais tensas ou frouxas dependendo da seção. Ou seja, na imprensa escrita se encontra simultaneamente o uso da norma canônica e das outras variedades lingüísticas, muito embora o consenso seja de que os jornais e revistas de grande circulação são paradigmas da norma culta, pois produzidos por pessoas de escolarização completa, como os jornalistas, e circulam num estrato social urbano identificado como “culto”, de camadas da população que apresentam história de letramento familiar e amplo acesso aos bens de consumo, cultura e lazer.

Enfim, não só os estrangeirismos mas toda contravenção lingüística parece atentar, no imaginário dos brasileiros, contra a unidade e a força do português brasileiro. A questão de uma norma aparentemente imutável está muito ligada à idéia de corrupção e empobrecimento da língua. As pessoas vêm a quebra das normas, ou o relaxamento de certos cânones lingüísticos, como uma ameaça à sobrevivência da língua portuguesa falada no Brasil (porque “em Portugal se fala um português escoreito”, cf. Bagno 2003b).

“O sentimento geral dos falantes é de que a língua (identificada, em certo imaginário social, com o padrão) é estática; e, desse modo, eles tendem a confundir a mudança com uma idéia de decadência, degeneração, desintegração da língua”, corrobora Faraco (2002, p. 49). Isso porque a mudança é lenta, embora inexorável.

Essa concepção de declínio (que aliás não é peculiar à língua portuguesa – Yaguello 2001, p. 279, por exemplo, mostra o sentimento de que o francês está se degenerando resumido na frase “*France, ton français fout le camp!*”) está na boca do povo, de que é porta-voz um dos pesquisados quando ao final do questionário assim se manifesta:

Acho que a língua portuguesa pode sobreviver se for
compartilhada, debatida, exibida e, ao fim, bem usada.
Jayme, publicitário e escritor

Apenas um exemplo! O que diriam esse e outros leitores do saite Língua Brasil, então, sobre o uso do pronome reto ele/ela como objeto, ou o oblíquo “mim” como sujeito?

Se ainda não vi nenhum (bom) escritor usar as formas “para mim escolher, para mim pesquisar” em textos monitorados, já encontrei muitas vezes os pronomes *ele/ela* no lugar dos clíticos *o/a* em crônicas de jornal e obras literárias, principalmente na transcrição de diálogos

e linguagem familiar. Contudo, ainda entendo como “ousadia” – que registro com prazer – o fato de os autores Luiz Percival Leme Britto e Marcos Bagno nos seus últimos livros se valerem dessas construções com a maior naturalidade, como neste exemplo: “[a língua] é uma ferramenta que nós criamos exatamente enquanto vamos **usando ela** (Bagno 2003a, p. 20, grifo meu).

Questão de aceitabilidade. Existe inegavelmente uma luta entre as pressões que a norma-padrão exerce sobre as variedades mais cultas e as pressões que as variedades menos cultas exercem sobre aquelas. Ainda que certas formas estejam em uso na língua falada dos indivíduos cultos, elas encontram uma barreira no seu emprego pelos meios que veiculam a língua-padrão escrita. É o caso de *ele/ela como objeto direto*, que acabamos de ver, e da construção *para + mim + infinitivo*, a qual, diz Bagno (2001a, p.180), “já se insinua na fala de muitos falantes cultos, mas ainda encontra resistências para se incorporar definitivamente às variedades [+ cultas]”. É por isso que cabe ao professor explicar este fenômeno, mostrar que tem sua lógica – o que justifica seu uso desde o português arcaico (Coutinho 1968, p. 67) – e, “ao mesmo tempo, destacar o *valor social* que é atribuído aos usos lingüísticos: *para mim fazer* sofre preconceito, é considerado erro, é estigmatizado... A construção *para eu fazer* goza de prestígio, abre portas...” (Bagno 2001a, p. 187, grifos no original).

É preponderantemente sobre pontos relacionados à língua de prestígio que os consulentes em geral e os pesquisados se debruçam. Querem saber, por exemplo, se no relatório que estão preparando devem pontuar assim ou assado, chamar o diretor de “V.Sa.” ou “V.Exa.”, objetivando com isso ter sua redação reconhecida como boa, distinta, correta. Alguns exemplos:

Desejo saber o plural do substantivo: Força tarefa. É com hífen ou sem? E. S. S., aeroviária e secretária, Rio de Janeiro/RJ

Qual a construção correta:

1. *Melhor fariam V. Sas. se a fatura viesse acompanhada **por** um pedido de desculpas.*
2. *Melhor fariam V. Sas. se a fatura viesse acompanhada **com** um pedido de desculpas. G. F. S., advogado, Rio de Janeiro/RJ*

Acabei de recomendar a um colega de trabalho que corrigisse um documento que ele havia feito, acrescentando o trema às palavras que mereciam. Entretanto ele

me rebateu dizendo que o trema foi abolido da nossa língua. Isto é correto? M. S., analista de sistemas, Rio de Janeiro/RJ

*Como escrever “o senhor” como pronome de tratamento? Vejo em entrevistas transcritas usos como “o que o Sr./sr/Senhor/senhor acha sobre...?” qual é a maneira correta ou, pelo menos, **melhor aceita**?* S. D. J. S., tradutor, São Paulo/SP

Fiz o grifo na última consulta para salientar que já existe uma consciência da aceitação social ou não de certos usos lingüísticos. Isso significa que as mudanças absorvidas pelos mais cultos acabam se incorporando à norma-padrão. De qualquer maneira, “a norma-padrão está sempre em atraso em relação às variedades vivas da língua, onde as formas novas não param de surgir, concorrendo com as mais antigas até eliminá-las ou transformá-las em fósseis lingüísticos” (Bagno 2001a, p. 171). Seria este o caso do emprego do verbo deixar? A construção *deixar + pronome oblíquo + infinitivo* [como em “deixa-o falar”] aparentemente já se fossilizou na língua falada. Mas na escrita? Há hesitação, como se observa:

O certo é: deixa eu ver ou deixa-me ver. F. S., administrador de empresas, Recife/PE

Fica evidente em todas as consultas recebidas no saite Língua Brasil que as pessoas transitam pela norma culta e norma-padrão sem fazer distinção entre as duas, pois é realmente tênue a linha demarcatória entre elas. Tanto é assim que Bourdieu, como vimos no quadro 1, se aproxima do senso comum ao não separar uma da outra. Ele mesmo justifica essa imbricação ao enunciar que “a língua legítima é uma língua **semi-artificial**” (1996, p. 48, grifo meu); não seria artificial nem tão abstrata como a pretende Bagno (2003a). É esta linguagem legítima ou norma culta que os consulentes e informantes querem aprender, discutir, ampliar, envolvendo-se no seu jogo de operação e mudanças. Como a língua não é um sistema pronto, acabado, mas está sempre sendo recriada, há forças permanentemente em movimento: forças internas agindo sobre ela (fatores gramaticais) e externas que nela atuam (os fatores sociais, como o contato com outras línguas, por exemplo), abrigando o surgimento de inovações a todo o momento: “O crucial é que nem toda inovação vinga, nem toda inovação é incorporada ou difundida pelos falantes de uma determinada comunidade”, diz Chagas (2003, p. 150).

Essas inovações convivem por um tempo com as formas vigentes, enraizando-se depois e podendo elas próprias ser ultrapassadas com o correr do tempo, pois as gerações jovens se apropriam da língua e a mudam.

“A língua envelhece, aparentemente, com aquele que a fala e que se identifica com ela. Mas o homem não quer envelhecer; ele lê na evolução da língua sua própria decadência. Assim, ele deseja conservar a língua na pureza, na integridade de sua juventude” (Yaguello 2001, p. 280).

O importante é a convivência de todas as variedades; não só a tolerância mas a aceitação da pluralidade, sem os preconceitos de que falaremos no capítulo 4. Devemos nos abrir a novos horizontes, voltados, como bem sublinha Soares (2002a, p. 173) a “uma nova concepção de língua: uma concepção que vê a língua como enunciação, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização”.

3 SUJEITOS EM PAUTA

“Si donc mon discours est décevant, voire parfois déprimant, ce n'est pas que j'aie quelque plaisir à décourager, au contraire. C'est que la connaissance des réalités porte au réalisme.”

Pierre Bourdieu, 1977

Qual o perfil do sujeito desta pesquisa? Mais homens ou mulheres? Da região Sul ou Sudeste? Quantos responderão? Essas eram algumas das minhas curiosidades quando os questionários começaram a ser enviados no início de julho de 2003.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados primeiramente por sua condição de mais assíduos ao *Mural de Consultas* – nessa categoria entraram 20 pessoas. As três centenas restantes foram escolhidas de um arquivo de consultas que mantenho desde o ano 2000, cujo total chegava a 3.200. A cada 10 consultas, uma era destacada, e quando coincidia o nome, apanhava-se a mais próxima.

Resultou que, dos 343 formulários enviados, 68 não chegaram ao seu destino. Isso aconteceu principalmente com as consultas mais antigas – era razoável supor que haveria troca de endereço eletrônico nesse meio tempo. Das 275 pessoas que receberam o questionário, 122 deram retorno, o que corresponde a 44,4% do total de destinatários.

Trabalhamos, então, com 122 informantes, cuja maioria procede do Estado de São Paulo, presença marcante no *Língua Brasil*. Aos paulistas seguem-se cariocas, mineiros e catarinenses como os que mais freqüentam o saite. Somados, os três Estados sulinos não chegam ao percentual de participação do Estado de São Paulo.

3.1 SEXO & IDADE

Mulheres temos 53; homens, 69. O percentual pode ser observado no gráfico 1:

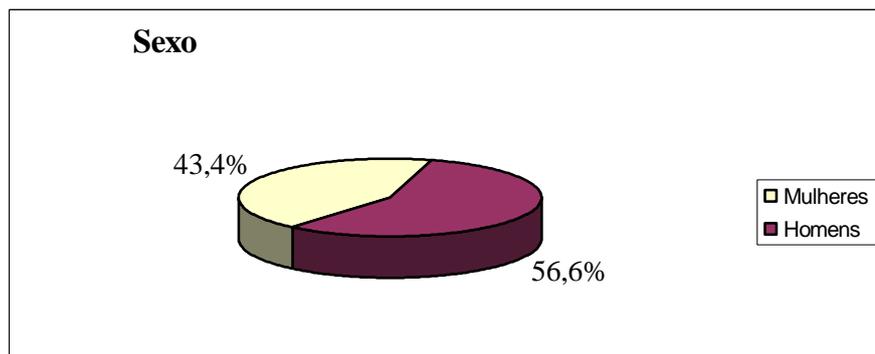


Gráfico 1 – Percentual de mulheres e homens participantes da pesquisa.

Essa preponderância masculina de 56,6% reflete com precisão o que tenho sentido ao longo de três anos de trabalho de consulta na internet: os homens se manifestam muito mais do que as mulheres, seja no *Mural de Visitas* ou no *Fórum*, seja em mensagem particular para expor um ponto de vista, elogiar, criticar, ou mesmo no próprio *Mural de Consultas*. Isso não condiz com a assertiva de Bourdieu (1996 [1982]) de que as mulheres estão “mais propensas a investir na aquisição das competências legítimas” (p. 71), isto é, “mais prontas a adotar a língua legítima” (p. 37) por conta de uma docilidade que é condição mesma de mobilidade social. Segue o autor com sua opinião e justificativa:

As mulheres parecem mais predispostas a aceitar desde a escola as novas exigências do mercado de bens simbólicos. Tal atitude ocorre, de um lado, porque elas são condenadas a uma postura de docilidade em relação aos usos dominantes e, por outro, por conta dos efeitos derivados da divisão do trabalho entre os sexos, tendente a especializá-las no domínio do consumo. Enfim, são também movidas pela lógica do casamento que constitui para elas a via principal, e talvez a única, de ascensão social, permitindo-lhes circular de baixo para cima (Bourdieu 1996, p. 37).

Aos homens se tornaria mais difícil romper com sua classe e seus valores, pois aceitar o estilo dominante docilmente seria, para Bourdieu, renegar sua virilidade, na medida em que a docilidade, “disposição imposta à mulher pela divisão sexual do trabalho (e pela divisão do trabalho sexual)” (p.77) tende a ser vista como traço “afeminado”. Temos que levar em conta o ano de produção desse trabalho de Pierre Bourdieu: 1980 (embora publicado na França em 1982), e baseado em pesquisas da década de 1970. Com todas as conquistas femininas e feministas dos últimos 25 anos, seria insensato afirmar a esta altura que a única maneira de a mulher ascender socialmente é pelo casamento, tanto quanto seria um disparate ironizar sobre a “divisão do trabalho sexual”.

Enfim, se fosse possível generalizar eu diria que os homens brasileiros de hoje não temem se identificar com a cultura dominante, não receiam se apropriar das competências legítimas. Ao contrário, os homens pesquisados se mostraram até um pouco mais curiosos e mais predispostos a isso do que as mulheres. Uma explicação possível para essa diferença pode estar no fato visível de que as mulheres estão menos expostas à internet do que os homens (“a maioria dos internautas são homens”, indica Porto 1999, p. 63). Estes geralmente trabalham fora, e é bom lembrar que a presença do computador nas empresas, nos escritórios, facilita o uso dos recursos disponíveis na rede. Isso não significa que as mulheres não trabalhem fora de casa. Na verdade, já na década de 1990 elas representavam mais de 40% da população ativa no Brasil. No entanto, ocupam postos subalternos ou socialmente desvalorizados, em que não têm acesso ao computador. Das trabalhadoras brasileiras, 20% são empregadas domésticas ou diaristas⁶ e “de cada dez, apenas uma é executiva, professora, tem uma profissão liberal”, disse a socióloga Helena Hirata em entrevista à revista *Época* em novembro de 2003. “O poder continua em mãos masculinas”, conclui ela.

Em todo o caso, ainda que menos expostas à comunicação informática, as mulheres revelam um interesse crescente pelos computadores. Informa Cora Rónai, em sua página InternETC⁷:

Vejam só: a agência Conte com Elas, das publicitárias Maria Célia Salgado e Helena Lopes, que estuda o comportamento do público feminino, encomendou uma pesquisa sobre o universo delas, em que foram entrevistadas 600 cariocas.

Uma das descobertas mais interessantes foi que o curso que elas mais têm vontade de fazer é o de informática. Disparado! Para 32% das entrevistadas, ele é o *must* do momento. O inglês, num modestíssimo segundo lugar, conta com a preferência de apenas 7,6% das mulheres. As demais 60,4% estão interessadas num mundo pulverizado de assuntos: culinária (4,5%), cabeleireiro (3,8%), corte e costura (2,9%), pós-graduação (2%), decoração (1%), fotografia (0,9%), espanhol (0,7%)...

E continua comentando:

A preferência pela informática faz todo o sentido. Primeiro, há uma noção muito clara, hoje, de que saber usar computador é fundamental para progredir no trabalho. Depois, mesmo para as poucas mulheres que não trabalham, ele é importante no relacionamento com os filhos. Finalmente, há tempos as máquinas deixaram de ser caixas-pretas exclusivas para iniciados e viraram fontes de informação, lazer e comunicação.

Boa parte do interesse pode ser atribuída à internet. Não estar conectada hoje equivale a

⁶ Dados extraídos da revista *Época* nº 288, de 24/11/03, em “Abaixo as painéis”, reportagem de Ana Magdalena Horta com a brasileira nascida no Japão e radicada na França Helena Hirata. p. 25, 28-9.

⁷ Extraído de www.cora.blogspot.com em 21.1.04, às 15 horas. Texto com data de 12.1.04.

não ter televisão há algumas décadas; a percepção de que a rede é uma poderosa aliada do conhecimento e do entretenimento já é, felizmente, geral.

Quanto aos **grupos etários**, o espectro é grande: varia de **21** anos a **76**. Assim como obtivemos respostas de dois brasileiros aposentados (E. M. dos Santos, 76, e P. Frota, 74), contamos com gente bastante jovem: duas garotas de 21 anos (V. Hirata, de Cuiabá, e M. F. Domingos, de Florianópolis) e uma moça e um rapaz de 22 (Renata, de São José/SC e M. S. Fontes, de Florianópolis). O maior volume de respostas se concentra na faixa de 30 a 39 anos, com 40 respondentes, seguida de perto pela faixa de 40 a 49 anos, com 37 respondentes. Obtivemos 26 respostas entre os mais jovens (de 20 a 29), 14 entre aqueles situados entre os 50 e 59 anos, e 5 respostas de pessoas com mais de 60 anos. O percentual, grupo a grupo, está no gráfico 2:

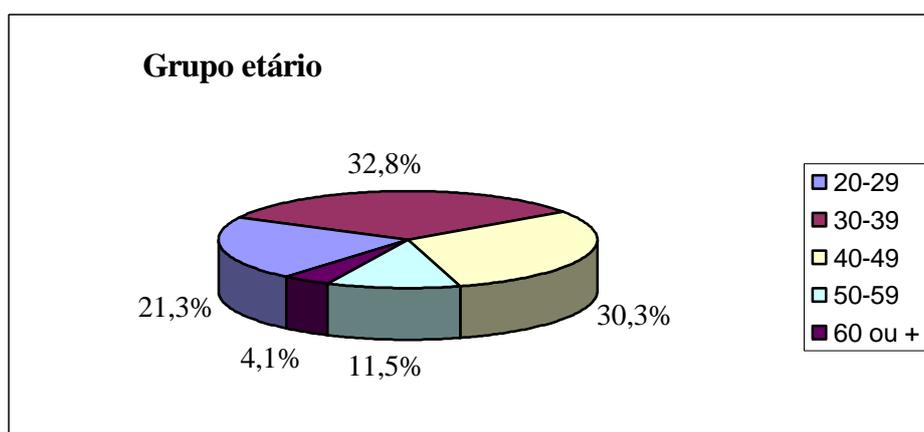


Gráfico 2 – Percentual de participantes por grupos de idade.

Nenhum adolescente se manifestou, o que corrobora nossa concepção de um saite voltado não para estudantes de ensino médio, que ainda estão envolvidos com aulas de Língua Portuguesa, mas para universitários ou profissionais que queiram rever questões lingüísticas ou se atualizar, uma vez que a língua é dinâmica e as próprias formalidades e convenções da escrita estão sujeitas a alterações. Trata-se pois de uma autoformação, com as características de educação continuada à distância, de que falaremos no capítulo 6.

O peso maior (63%) dos sujeitos entre 30 a 50 anos, isto é, de pessoas que estão em plena atividade profissional, é fortemente indicativo da necessidade de domínio da língua-padrão suscitada pelo mercado de trabalho, o que foi corroborado em resposta que veremos à frente. Esse dado também significa que a maioria deles freqüentou a escola – Ensino Fundamental e Médio – nas décadas de 70 e 80, quando se esboçava o movimento reformador

do ensino de Língua Portuguesa. Ou seja, a maior parte se formou nos moldes da escola antiga, com aulas de redação e gramática tradicional.

3.2 FORMAÇÃO

Dos 122 pesquisados, **74** (60,6%) assinalaram “ensino superior”, sendo 58 completo, 12 em andamento e 4 incompleto. Dos **41** da pós-graduação (33,6% do total), 29 já completaram o curso, 1 não completou e 11 ainda a estão realizando. Isso significa que temos 98 sujeitos com ensino superior completo (mais 12 cursando uma faculdade), contra **11** com ensino médio completo e **1** com ensino fundamental. Agrupando estes dois últimos níveis, teremos 10% em contraponto a 90% de pessoas com formação universitária integral. Para fins de análise estatística nesta pesquisa, trabalharemos com os números absolutos que resultaram dos campos assinalados, independentemente de ser o curso completo, incompleto ou em andamento, conforme se vê no gráfico 3:

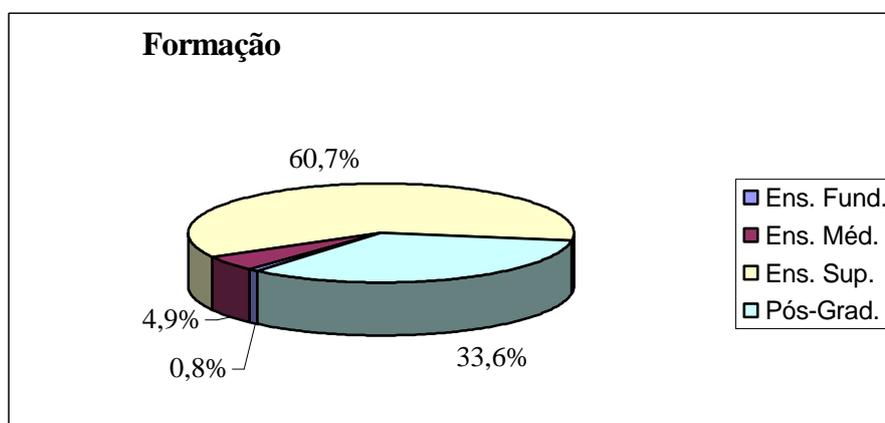


Gráfico 3 – Percentual de participantes por formação.

Embora um terço dos questionários tivesse sido encaminhado a pessoas com formação de nível médio e fundamental, somente um décimo delas respondeu. Silêncio eloquente? Impossível não pensar nesse oximoro quando se constata que o índice de retração dos dois primeiros graus de ensino foi tão elevado. Devo registrar que essa equação é aproximativa porque os consultantes não declinam seu nível de escolaridade quando preenchem o formulário do *Mural de Consultas*, onde se pede somente a profissão. Deduzi que tinham formação superior aqueles [os 343 a quem encaminhei o questionário] que informaram ser

“advogado, juiz, engenheiro, arquiteto, jornalista, publicitário, professor, biólogo, revisor, administrador de empresa”, englobando no segundo grupo [nível médio ou fundamental] os que disseram ser “estudante, dona de casa, balconista, assistente administrativo, compradora, secretária, funcionário público” e outras profissões em que não se podia ter certeza da escolaridade exigida.

Bourdieu (1996, p. 59) roborava essa situação de retraimento dos menos escolarizados ao comentar que, “colocados em situação oficial, os dominados estão fadados ao silêncio ou ao discurso arrevesado, também registrado freqüentemente pela pesquisa lingüística”.

Solicitou-se, no questionário, que fosse discriminado o curso realizado e a respectiva área. Obtivemos 115 respostas entre os que assinalaram ensino superior ou pós-graduação: 69 fizeram curso na área de Ciências Humanas, 36 na de Exatas, 8 na de Biológicas e 2 não declinaram a área. Desses 115 informantes, 110 completaram o curso universitário e 5 começaram a fazer uma faculdade mas a interromperam – consta aqui a sua opção, de qualquer maneira. Os cursos foram os mais diversos, dentro das três áreas relacionadas no gráfico 4, em que consta o percentual de preferência:

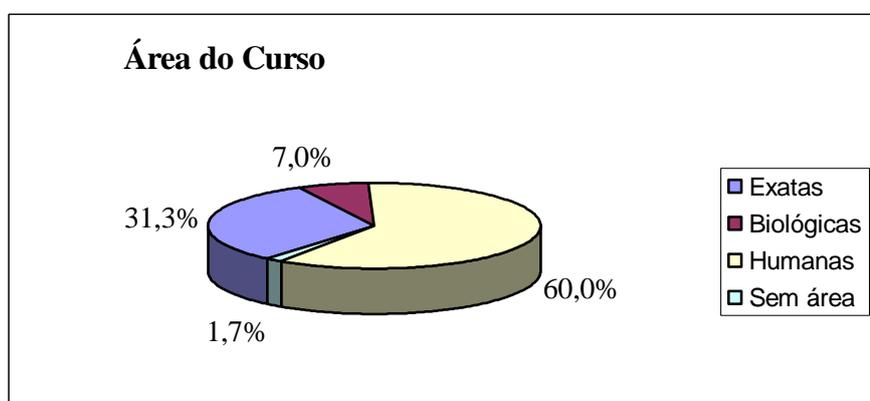


Gráfico 4 – Percentual de frequência por área do curso realizado.

Preponderância das Ciências Humanas, como era de se esperar. Nesta área, anotamos os quatro cursos mais freqüentados: Direito, Letras, Jornalismo e Pedagogia. Confira no gráfico 5:

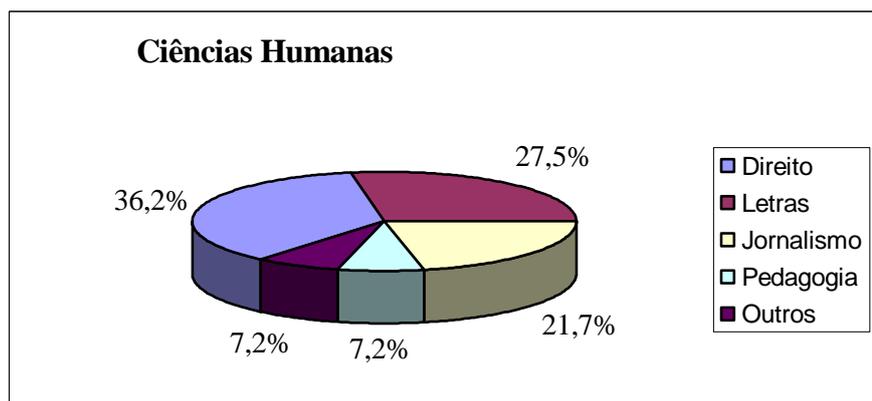


Gráfico 5 – Percentual dos cursos freqüentados nas Ciências Humanas.

Convém ter em mente que “quanto mais escolarizado o falante, maior a pressão da norma-padrão” (Bagno 2001a, p. 167).

3.3 LEITURA

Vou me permitir iniciar esta parte com um pequeno trecho – que considero uma preciosidade – escrito pelo educador Paulo Freire (1989) sobre o ato de ler:

Me parece indispensável [...] dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (p. 11-12).

Como “a dimensão individual do letramento compreende os processos fundamentais de leitura e escrita” (Pelandré 1999, p. 27), quisemos saber de nossos sujeitos qual tipo de leitura faziam e com que freqüência liam. Ou seja: qualidade mais intensidade. No questionário, depois das perguntas de caracterização do sujeito, propusemos: “Com que freqüência você lê?” e sugerimos, na resposta, um rol abrangente: jornais; revistas; livros de literatura; livros técnicos; material de trabalho como manuais, relatórios, pareceres, ofícios, etc.; e textos virtuais, esclarecendo entre parênteses, por via das dúvidas, que se tratava de leitura no computador. Em cada modalidade surgiam quatro opções, devendo o respondente clicar apenas uma delas: *diariamente*, *semanalmente*, *de vez em quando*, *nunca*. Com a opção

“nunca” pôde-se evitar uma pergunta anterior sobre o que o sujeito lia [Você lê jornais? SIM. NÃO.]. Vejamos uma a uma as modalidades de leitura e respectivo percentual de frequência.

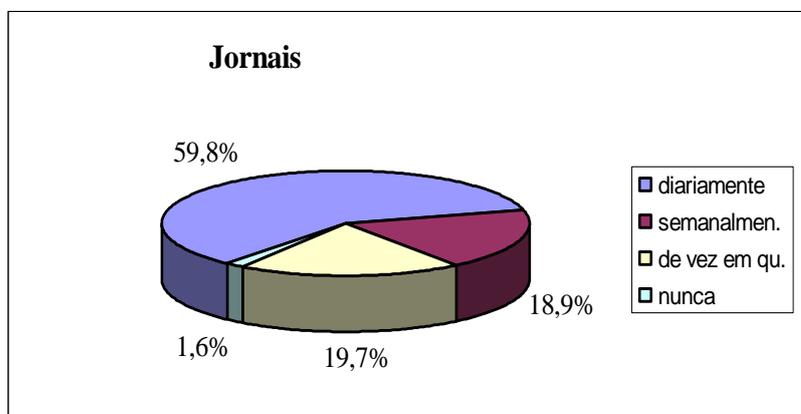


Gráfico 6 – Frequência de leitura de jornais.

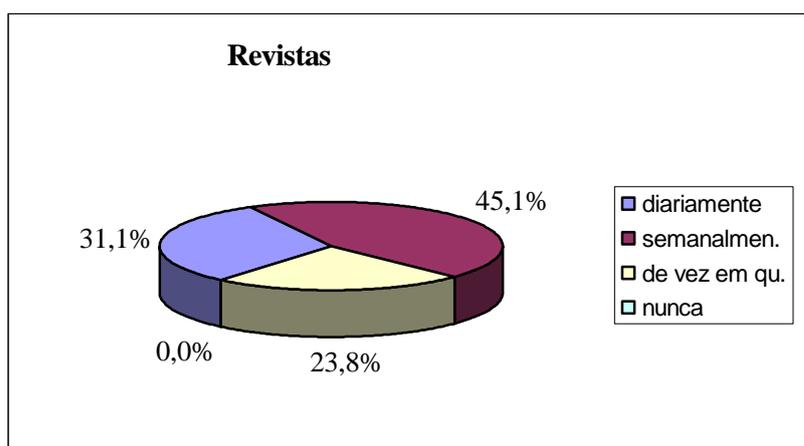


Gráfico 7 – Frequência de leitura de revistas.

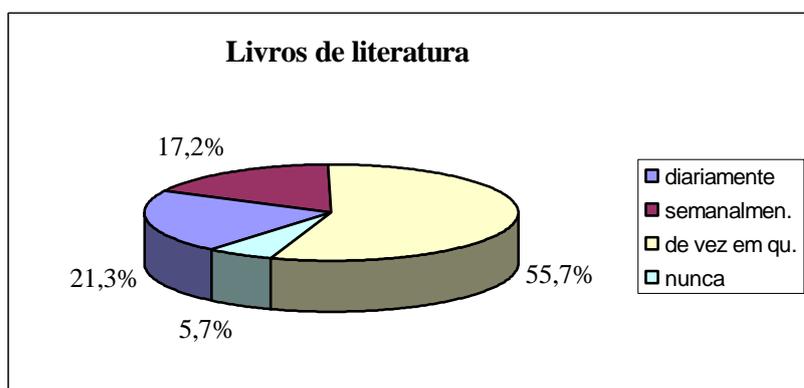


Gráfico 8 – Frequência de leitura de livros de literatura.

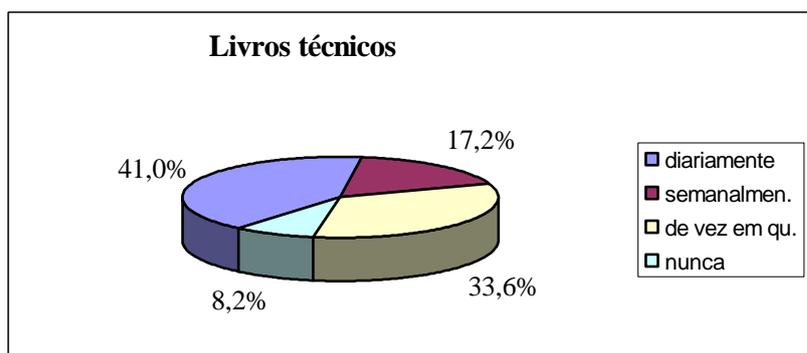


Gráfico 9 – Frequência de leitura de livros técnicos.

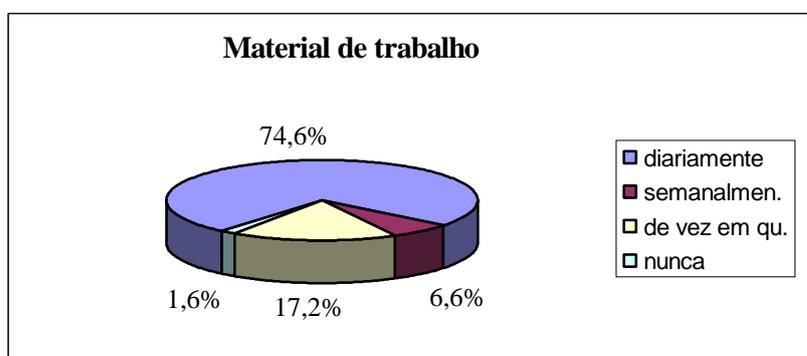


Gráfico 10 – Frequência de leitura de material de trabalho.

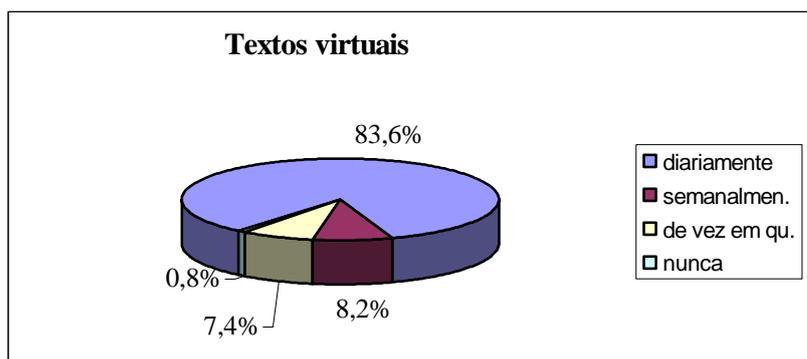


Gráfico 11 – Frequência de leitura de textos virtuais.

Quanto à leitura **diária**, constata-se que a maioria lê textos virtuais, material de trabalho e jornal todos os dias: 102 informantes dizem ler no computador, 91 lêem material de trabalho e 73 algum jornal. Também diariamente são lidos livros técnicos, revistas e literatura, mas por menor número de pessoas: 50, 38 e 26, respectivamente.

Em relação à leitura **semanal**, nota-se a precedência das revistas (55 indivíduos), seguida dos jornais (23), livros de literatura e técnicos empastados (21), textos virtuais (10) e material de trabalho (8).

Na questão da leitura **ocasional**, tem-se um peso maior nos livros: 68 indivíduos lêem literatura apenas de vez em quando e 41 os livros técnicos. Em seguida vêm as revistas (29) e os jornais (24). Depois, material de trabalho (21) e os textos virtuais (9).

São muito poucos os sujeitos que nunca se dão à leitura: 10 não lêem livros técnicos, o que indica não haver necessidade disso (e não falta de habilidade); ninguém apontou que jamais lê revistas; duas pessoas do Ensino Superior afirmaram que nunca lêem jornal, e 7 afirmaram o mesmo em relação à literatura: 1 da Pós-Graduação e 6 do Ensino Superior; uma única pessoa (do Ensino Fundamental) não lê textos virtuais e apenas duas (do Ensino Superior), material de trabalho.

O gráfico 12 nos permite uma visualização melhor da frequência de leitura entre os participantes da pesquisa:

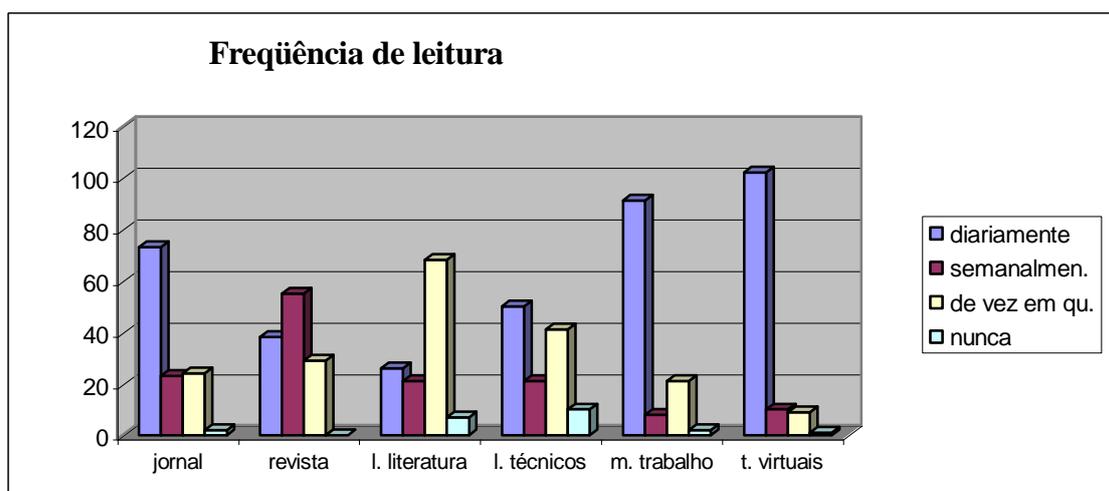


Gráfico 12 – Frequência de leitura das várias modalidades por número de pessoas.

Pode-se concluir que a internet propicia muitas maneiras de ler, que os jornais gozam de bastante popularidade e que o trabalho ou profissão exige muita leitura. Enfim, todos já atingiram a capacidade de leitura com compreensão, reflexão, identificação e interpretação de informações específicas – são leitores na acepção plena do termo, de acordo com Britto (2003, p. 152-3):

Será “leitor” aquele indivíduo que, além da alfabetização e do domínio pragmático do código escrito e independentemente de considerações subjetivas, tais como o gosto ou valores morais, manipule com relativa freqüência, por razões de sua inserção social, os valores, sistemas de referência e processos de significação autorizados pelo discurso da escrita.

E como se dá esse processo de aprendizagem da leitura e de construção do leitor?

Tomada em seu conceito mais amplo, e segundo Pelandré (1999 e 2002), a leitura envolve tanto a capacidade de decodificação, a qual implica o conhecimento cabal das convenções de que faz uso o código escrito, quanto a reconstrução de sentido, que por sua vez depende de estratégias metacognitivas, como o conhecimento e ampliação do vocabulário, familiaridade com diferentes tipos de conversação e com linguagem figurada, memória lexical e semântica, habilidades de compreensão oral, de organização de idéias, inferências, comparações, anáforas e de consciência metalingüística. “A leitura resulta, portanto, da interação de vários processamentos, da informação que vem da folha, dos conhecimentos internalizados, sejam eles especificamente lingüísticos, sejam de conhecimento de mundo ou enciclopédicos que se vão entrelaçando”, destaca a autora (1999, p. 27) e continua explicando:

Na leitura proficiente interagem as representações fonológica, ortográfica, sintática, lexical, semântica e pragmática. Além dessas habilidades, o uso de estratégias que não são específicas da leitura, como as metacognitivas (planejamento, elaboração de hipótese, monitoração, inferência), complementa o processo, possibilitando a chegada ao que comumente se chama de leitura das entrelinhas. O que possibilita a interpretação de textos orais e escritos são os níveis mais altos de desenvolvimento intelectual (Pelandré 2002, p. 93).

Feito o percurso para uma leitura bem-sucedida – que todos os pesquisados já trilharam – tem-se o leitor que domina o texto:

Quando o leitor é proficiente, a decodificação se dá de forma automática e as pistas para o fatiamento são processadas adequadamente através do reconhecimento de vírgulas, conectivos subordinantes ou coordenantes, pontos, recuos indicativos de parágrafo e outros conhecimentos que são desenvolvidos com o próprio exercício da leitura. Esses conhecimentos, por sua vez, interagem com os conhecimentos morfológicos e sintáticos mais complexos e o leitor alcança o nível de leitura suficiente para a construção do sentido do texto (Pelandré 1999, p. 27).

O sujeito, então, se faz leitor por uma questão pessoal, interna, de interesse com vistas à fruição, ao prazer estético, ou por razões mais pragmáticas, como a necessidade profissional. Tanto num como noutro caso, ele está auferindo o lucro de dominar a arte de ler, o qual, numa sociedade que privilegia a leitura e a escrita, coloca-o num patamar de superioridade,

granjeia-lhe admiração e reconhecimento ao torná-lo uma pessoa bem-informada e culta, confere-lhe poder. Na leitura proficiente, refletida, o sujeito começa a amearhar seu capital cultural. É também com a terminologia de Bourdieu que Britto (2003, p. 153) argumenta:

Há, é evidente, um tipo de comportamento característico de um segmento intelectualizado das classes sociais privilegiadas que tem na leitura intensiva e densa sua marca distintiva, inclusive de outros segmentos da mesma classe, que se constitui ou por determinação profissional ou pelo tipo de vínculo com o saber que estabelecem certos indivíduos em função de sua história de vida e, muito comumente, pelos dois fatores. Neste caso, a leitura se constitui em um capital individual com valor de mercado e de “status” no meio social imediato. Não se pode, no entanto, estabelecer a partir disto um critério geral de definição do que seja “leitor” nem tomá-lo como padrão ideal.

De fato, não podemos inferir, pelo questionário, o padrão ou a qualidade em si da leitura que fazem os participantes desta pesquisa. É possível assegurar, no entanto, que tendo passado pelo ensino superior, na posse de um nível de leitura conspícuo e significativo e sendo também de origem urbana, a maioria absoluta deles se enquadra no que o projeto NURC¹⁰ e outras pesquisas denominam de falantes cultos. Eles configuram, por conseguinte, um grupo de pessoas com elevado grau de letramento. O que se quer dizer com letramento é o que veremos a seguir.

Letramento

“O debate em torno da Educação Lingüística – o ensino da leitura, da redação, dos usos do saber e dos valores que se constituem sobre ela – ganhou novos contornos com a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento” (Britto 2003, p. 9), o que coincide com o desenvolvimento dos estudos sobre a escrita em face do aumento da demanda social pelo domínio desse sistema de modo que o sujeito possa melhor participar de uma sociedade grafocêntrica, atuando e intervindo “nos espaços sociais organizados em função da escrita” (Britto 2003, p. 11).

Esse novo conceito, que somente em 2001 veio a ser dicionarizado no Brasil (“PED[AGOGIA] conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito [...]; por influência do ing.[lês] *literacy*” - Dic. Houaiss), embora tímida e

¹⁰ Para ser informante do NURC - Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta do Brasil (Oral), criado em 1970, e para portanto ser caracterizado como falante culto (urbano), a pessoa deve ter formação universitária completa.

parcialmente – já que se refere apenas a material escrito –, é expresso de forma mais ampla e precisa por Soares (2001, p. 72):

Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social.

Ainda que muitos autores em alguma circunstância não se refiram explicitamente à leitura, esta habilidade está implícita, embutida na escrita. No quadro teórico do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹¹, encontra-se:

Letramento pode ser definido como a capacidade de um indivíduo se apropriar da escrita, sendo capaz de utilizá-la em diversas situações exigidas no cotidiano. Segundo os PCN, a aptidão para ler e produzir textos – dos mais variados gêneros e temas – com proficiência é o mais significativo indicador de um bom desempenho lingüístico e, conseqüentemente, de letramento.

O PISA demonstra sua aceitação de um conceito ampliado do termo ao falar em “*letramento em Leitura, letramento em Matemática e letramento em Ciências*” para descrever um largo espectro de capacidades a serem avaliadas nas pesquisas que promoveu em 2001.

Vale registrar que o conceito de letramento tem tomado ainda outras e maiores proporções: “É que estamos vivendo, hoje, a introdução, na sociedade, de novas e incipientes modalidades de práticas sociais de leitura e escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica – o computador, a rede (*a web*), a Internet” (Soares 2002b, p. 146). Dessa forma Soares mostra como se amplia a compreensão do letramento para abarcar as novas práticas digitais de leitura e escrita, as quais se configuram diferentemente das quirográficas e tipográficas. Em suma, as novas tecnologias da informação e comunicação começam a redefinir o tipo de linguagem a ser utilizada neste século 21.

O termo letramento ou “literacy” também tem sido usado com referência a outras áreas, encontrando-se expressões como “computer literacy” e “television literacy”. É nessa direção que Buckingham (1993) discute o “letramento televisivo”, a educação das crianças e jovens para a mídia, em especial a televisão. Também já se fala em letramento digital ou letramento eletrônico quando se trata da capacidade de usar todos os recursos do computador

¹¹ O relatório completo pode ser localizado em www.inep.gov.br/internacional/pisa.

(teclado, tela) e do próprio meio (reconhecer links, fazer buscas, inserir textos, copiar, colar etc.), fatores que dependem, em princípio, do letramento alfabético (cf. Buzato 2001, p. 229-267).

Apesar da intermediação da internet para as leituras e consultas no saite Língua Brasil, o foco desta pesquisa não vai no sentido de um letramento eletrônico, nem tampouco no de letramento cibernético ou internético, pois não é o novo português escrito nos espaços interativos da *net* que está em análise. De qualquer modo, vale consignar que não pudemos sentir ainda nenhuma alteração considerável na comunicação *online* ou no aspecto formal das mensagens enviadas a nós. Na verdade, não há muita diferença entre o português que se utiliza na internet e o que se escreve no papel, a não ser nos *chats*, onde a urgência da comunicação leva os interlocutores ao uso de formas abreviadas (como *vc* por *você*, *pq* por *porque*) e à eliminação de acentos gráficos e da pontuação adequada. E quanto à leitura de textos virtuais pelos consulentes, não nos propusemos a avaliar como tem sido feita. Estamos falando tão-somente de CMC¹²: Comunicação Mediada pelo Computador, baseada na internet. O que podemos asseverar é que a rede WWW e o correio eletrônico têm sido apenas um meio para a obtenção de informações e conteúdos lingüísticos, aliás um meio confirmadamente prático e rápido, como veremos no capítulo 6.

A escolaridade e o rol de profissões dos participantes da pesquisa fazem pressupor que eles detenham um elevado nível ou grau de letramento. A respeito dessa graduação, é oportuna a ponderação de Tfouni (2002, p. 23): ao mostrar que o termo “iletrado” não pode ser usado como antítese de “letrado”, uma vez que inexiste o letramento “grau zero”, ela esclarece que o que “existe de fato nas sociedades industriais modernas são ‘graus de letramento’”. O ser humano não atinge um letramento pleno, acabado, nem há um “iletramento”, pois se trata de um processo contínuo, ou de um *continuum* (para me valer de expressão utilizada por vários autores).

Convém ficar claro, a esta altura, que no senso comum, diferentemente da literatura especializada, a pessoa **letrada** é a culta, versada em letras, erudita, literata. Na acepção comum, portanto, pode-se admitir que alguns de nossos informantes sejam letrados. Cientificamente falando, todos são letrados, sendo 90% “falantes cultos”.

¹² CMC (*Computer Mediated Communication* em inglês): termo genérico para designar qualquer forma de comunicação por meio de computadores interconectados em redes, em suas diversas formas: www, e-mail, fóruns de discussão, videoconferências, livros de visitas em sites, newsgroups, salas de chat, IRC, ICQ, ambientes MUD e MOO.

É nesse processo contínuo de letramento que os sujeitos pesquisados demonstram preocupação com sua redação, buscando sempre novos meios de “domínio do texto”.

Britto (2003, p. 43) esclarece: “Aprender a escrita supõe o letramento do sujeito – letramento entendido como a condição de quem age com diferentes discursos, saberes e comportamentos articulados em função da cultura escrita”, os quais ele se permite listar objetivamente: poder ler de tudo, de jornais a livros e documentos, inclusive avaliando as leituras de acordo com objetivos e situação; aplicar recursos da escrita como resumos, gráficos, quadros, fichas, esquemas, roteiros e escrever avisos, bilhetes, cartas, registros, relatórios, documentos, etc. Para o autor, portanto, “participar da sociedade de escrita implica muito mais do que dispor de um conhecimento sobre uma variedade lingüística” (Britto 2003, p. 43), e é assim que ele advoga a causa do ensino, na escola, da leitura e da escrita em seus diversos matizes, e não da língua-padrão, isso articulado a uma mudança das condições sócio-econômico-culturais, pois “é o acesso à cultura hegemônica e à informação que amplia o conhecimento lingüístico” (Britto 2003, p. 97).

Os recursos de que o grupo pesquisado dispõe com vistas ao aperfeiçoamento da escrita é o que discutiremos a seguir.

3.4 INSTRUMENTOS DE EXPRESSÃO – APOIO À REDAÇÃO

Foi de Bourdieu que tomei emprestado o subtítulo – instrumentos de expressão –, os quais englobam os livros de gramática e dicionários. São recursos tidos como um capital de que a pessoa dispõe dentro do campo lingüístico para se exprimir por escrito. Literalmente:

Para compreender completamente a estrutura desse campo, e em particular a existência, no seio do campo de produção lingüística, de um subcampo de produção restrita, cujas propriedades fundamentais estão ligadas ao fato de que os produtores produzem aí prioritariamente para outros produtores, cumpre distinguir entre o capital necessário à simples produção de um “falar comum” mais ou menos legítimo e o capital de instrumentos de expressão (supondo-se a apropriação dos recursos depositados em estado objetivado nas bibliotecas, livros, em particular nos “clássicos”, gramáticas, dicionários) necessário à produção de um discurso escrito digno de ser “publicado” (quer dizer oficializado) (Bourdieu 1996, p. 45).

Bem usados, isto é, podendo ser citados como modelos de “uso correto” ou de referência, continua Bourdieu, tais instrumentos de produção conferem a quem assim os

utiliza “um poder sobre a língua e, por essa via, sobre os simples usuários da língua bem como sobre seu capital” (Bourdieu 1996, p. 45).

Procuramos, por conseguinte, saber dos nossos informantes de que instrumentos eles lançam mão para solucionar eventuais dificuldades de redação. O foco, aqui, se dirigiu especificamente à redação porque esta, ao apresentar características diferentes da fala, importa no arranjo de detalhes e marcas específicas que exigem estudo e compreensão consciente, um manuseio tão diferenciado da fala que pode resultar em dificuldade até mesmo para um escrevedor habitual.

Assim sendo, antes de passarmos aos resultados do questionário no quesito 6, lançaremos um olhar mais aprofundado à questão da linguagem escrita e como ela se diferencia da fala ou linguagem oral.

“Em uma primeira aproximação, a escrita é uma espécie de simbolismo secundário, que transpõe para a forma gráfica, estável e perene, a forma da fala, instável e imediata”, diz Britto (1997, p. 83), acrescentando: “Ao mesmo tempo em que se afasta da oralidade, a escrita surge como uma tecnologia cujo domínio, do ponto de vista social, é necessário para o desenvolvimento da economia e, do ponto de vista do indivíduo, como condição de inserção social” (p. 91).

Tanto a linguagem oral quanto a escrita têm seus usos determinados socialmente, mas elas diferem em vários aspectos, conforme se verifica em Pelandré (1999 e 2002):

- o processo oral é mais dinâmico e sociável; é mais coloquial na forma e estilo; quanto ao modo de apresentação, que diz respeito à coesão do discurso, faz-se uso de recursos não-lingüísticos (gestos, expressões faciais, referências contextuais) e paralingüísticos (entoação, pausas);
- a escrita é mais lenta, durável, espacial, visual e solitária; é mais formal e elaborada para um interlocutor ausente, o que demanda o uso correto dos recursos paralingüísticos (sinais de pontuação, maiúsculas) e das convenções ortográficas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Nem todas as características da fala se mantêm na transposição para o sistema escrito, como por exemplo os aspectos prosódicos, enquanto outras se acrescentam, como a pontuação e sinais diacríticos. “Na fala uma coisa é dita e entendida a cada vez, ao passo que a escrita pode ser re-relida à vontade”, Stubbs certifica (2002, p. 133). O uso de tantas convenções,

necessárias por pressuporem o afastamento espaço-temporal dos interlocutores, implica uma reorganização do discurso, o que demanda ensino formal, aprendizagem consciente. Escrita tem sintaxe específica – exige planejamento e revisão, insistimos, pois não é mera transposição da oralidade. Não é “o que falo/penso, escrevo”, digamos.

Geraldi (1996, p. 62) reforça essa questão ao pontificar que

entre as duas modalidades há diferenças e semelhanças, uma interferindo sobre a outra. Como se sabe, o processo de construção histórica da escrita permitiu uma reflexão sobre a linguagem em geral e sobre cada língua em particular, e esta reflexão, fixando-se na escrita, acabou por prevalecer como “o capital lingüístico escolarmente rentável”.

Tomando de empréstimo expressão de Bourdieu (1982), Geraldi quer dizer que à língua escrita agrega-se um valor, tanto maior quanto mais complexa a sociedade, que fica mais dependente de acervos gráficos e documentação por escrito.

A língua escrita faz uma diferença radical na complexidade da organização que os seres humanos podem gerir, já que ela muda a relação entre memória e classificação, e permite diversas formas de organizar (referenciar, catalogar, indexar, registrar) e transmitir informação. As instituições burocráticas, desde o pequeno comércio até os Estados modernos, dependem de registros escritos (Stubbs 2002, p. 130).

Stubbs também aponta (p. 131) para uma ambigüidade do termo escrita, que tanto se aplica a um produto quanto a um processo. No primeiro caso, tem-se o que está escrito na parede, no livro, no pergaminho, nos documentos, “os escritos de Shakespeare”, por exemplo; no segundo, trata-se do processo de escrever, que também podemos chamar, em português, de *escritura*. Na acepção 3 do dicionário Aurélio (Ferreira, 1999) consta: “Modo ou arte de se expressar num texto literário: A rica adjetivação da escritura camoniana”. Já o dicionário Houaiss (2001) registra *escritura* como sinônimo de escrita: “(‘maneira, arte, técnica’)”, confirmando assim que o termo “escrita” serve para designar qualquer caso (produto & processo).

Foi nesse sentido de *escritura* que perguntamos textualmente (questão 6 do questionário): “COMO VOCÊ SOLUCIONA EVENTUAIS DIFICULDADES DE REDAÇÃO?”

A maioria absoluta (96,7%) dos 122 informantes recorre aos dicionários e grande parte (73%) aos livros de gramática. Frente a uma dúvida, 48,4% procuram a ajuda de um colega ou de um professor. Além disso, 18,9% disseram resolver o problema também de outra maneira. “Qual?” se perguntava então. As 23 respostas constam do Apêndice C, e sobre a maioria delas faremos comentários oportunamente. E 99 informantes (81,1%) assinalaram a internet como fonte de consulta. Este índice me surpreendeu: eu imaginava que aqui deveria haver 100% de

resposta positiva tendo em vista que todos já se valeram da internet para esse fim pelo menos uma vez na vida, pois os endereços eletrônicos selecionados para esta pesquisa foram retirados de consultas enviadas ao saite Língua Brasil. Pode-se supor que 23 pessoas se esqueceram disso, ou quem sabe interpretaram a pergunta de maneira diferente.

Vejamos no gráfico 13 as alternativas marcadas, por quantidade de pessoas:

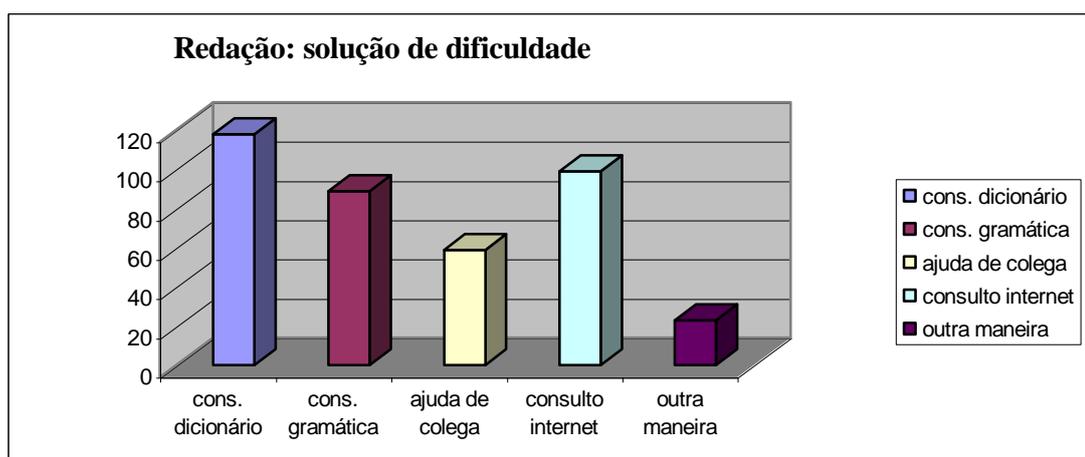


Gráfico 13 – Instrumentos usados para a solução de eventuais dúvidas de redação por número de consulentes.

É visível que a consulta a pessoas representa a metade da quantidade da consulta a dicionários. Os colegas parecem estar tão à mão... E o professor poderia ser tão útil e disponível ao aluno, não é verdade? Entretanto, ao expor o erro, a dúvida ou dificuldade para outra pessoa, a fragilidade transparece. Daí que recorrer a um saite é vantajoso, pois afinal quem vai prestar o atendimento é um profissional, uma pessoa distante, conhecida apenas de nome ou de vista.

Dicionários: é expressivo o número de pessoas que os consulta. Mesmo tendo um dicionário à mão, elas ainda se dirigem a um saite idiomático para resolver problemas. Por quê? Porque o dicionário é útil até certo ponto: é preciso, primeiramente, ter o mínimo de segurança sobre a grafia da palavra que se procura. Do contrário, nada feito:

Na minissérie da Globo, Os Maias, baseada na obra de Eça de Queirós, um dos personagens diz constantemente uma frase: “choudra/xoudra ignóbil”, este

termo é empregado por ele quando ele está se referindo pejorativamente à sociedade lisboeta. A palavra choudra não foi encontrada por mim, em nenhum de meus dicionários, então gostaria de saber seu significado e sua grafia correta.

R. F., coordenadora de eventos, Jundiaí/SP

No caso seguinte, similar, a noção errônea de que o pronome “a gente” forma um só vocábulo [pois “nós” não configura uma palavra só?] faz com que o verbete “agente” não satisfaça a consulente:

Quero mais informações sobre como e onde colocar corretamente a palavra “agente”. K. S., pedagoga, Fortaleza/CE

Em segundo lugar, os dicionários não conseguem acompanhar a evolução da língua – quando uma edição é lançada, o léxico já tem novos vocábulos incorporados e alguns (de natureza passageira, como as gírias) já estarão desusados. Apesar disso, as pessoas costumam relacionar a existência de uma palavra à sua dicionarização:

Trabalho na área de Cirurgia vascular onde analisamos vasos sangüíneos e existe um termo do inglês que designa-se com “Patency” e que foi traduzido ao Português como “Patência”, não consigo achar este termo no dicionário de nossa língua e esta palavra designa vasos que possuem fluxo ou seja que são pèrvios ao sangue. F. L. S., médico, São Paulo/SP

A pessoa que conclui a faculdade de turismo é turismólogo(a); esta palavra não está no dicionário, ela existe? M. F. D., empresária, Panorama/SP

Em terceiro lugar, as definições e conceitos nem sempre são de fácil entendimento: ou pecam por imprecisão ou são muito rebuscados para a compreensão do leitor, que deseja explicações e exemplos próximos de sua realidade.

Gostaria de saber qual a diferença entre “ato” e “fato” pois já consultei no dicionário Aurélio e confesso que tive dúvidas quanto a sua utilização... S. P. F. A., industriária, São Paulo/SP

Gostaria de saber o que estuda a prosódia. A., professora, Brasília/DF

Uma professora perguntando sobre prosódia? Esta provavelmente não teve condições, com seus vencimentos, de comprar um dicionário...

Gramáticas: também é significativo o número de pessoas que consultam livros de gramática. Apesar deles, têm dúvidas e fazem consultas via internet. Como diz Possenti (1996, p. 23), “os dicionários e as gramáticas são bons lugares para conhecer aspectos da língua, mas não são os únicos e podem até não ser os melhores”. Certamente, por fortes razões: há excessivos contrastes entre regra e uso, ou seja, as regras são estáticas, muitas vezes artificiais, e portanto não cobrem o uso cotidiano, não dão conta das relações mais complexas do discurso, não dão as frequências de uso no contexto social e pragmático. A consulta seguinte ilustra o caso: a pessoa diz que está acostumada a ouvir certa construção que o gramático afirma não ser de uso corrente. E agora, José?

Tenho ouvido e lido em jornais e rádios a fórmula ‘ter ganhado’, quando tenho em mãos o Manual de Português do Vestibular de Celso Cunha, que considera tal uso desatualizado para ganhar, gastar e pagar (o uso do particípio regular). Faz isto parte do mau uso atual da língua? A. F. P. Jr., psicólogo, Niterói/RJ

Há igualmente uma inconsistência das regras – basta ver que em diversos pontos cada gramático se manifesta de modo diferente (um diz que pode, o outro “não pode!”), o que gera insegurança e dúvidas.

Deixemos que nossos informantes apresentem suas razões para usar ou não usar os dicionários, manuais e livros de gramática, as quais constam do último bloco de respostas do questionário [Por que você escreveu ou escreve a um site de português como o Língua Brasil? – OUTRO MOTIVO]:

A língua portuguesa é muito complexa, e as fontes de consulta existentes (dicionários, gramáticas e manuais de redação) não fornecem resposta a muitas das dúvidas gramaticais/semânticas que surgem no dia-a-dia.
Cristiane

Geralmente para solucionar questões que dependem mais de bom senso que de regras gramaticais. *Giane*

Tinha uma dúvida muito específica, que não tinha localizado na gramática e já tinha consultado alguns colegas. O site me respondeu que as duas formas gramaticais que estava em dúvida eram corretas. *Juliana*

Só consultei uma vez este site por não ter encontrado em gramáticas ou nos sites de busca a palavra que queria saber se existia. Normalmente não tenho o hábito de fazer estas consultas. *Lys*

Em alguns sites, como é o caso do Língua Brasil, são discutidas questões práticas e omissas nos livros de português, com atendimento qualificado dispensado por professor(a) competente. *Marcelo*

Sinto necessidade de confirmar minhas próprias conclusões com outros profissionais da mesma área, já que nem todas as respostas sobre questões da língua portuguesa são encontradas nos livros, visto que a língua vem sofrendo constantes modificações. *Valéria*

Quando diante de determinada situação de dificuldade, não me contento com as soluções encontradas nos livros a que tenho acesso. *Oswaldo*

Tenho curiosidade de saber o que pensa um profissional com relação a determinado assunto muitas vezes não encontrado em gramática. Assim me atualizo e vejo se minha opinião bate com a da pessoa consultada. *Maria Perpétua*

Também por revisar trabalhos de diversas áreas cujos termos não constam nos dicionários. *Lúcia*

De um modo ou de outro, é o conhecimento metalingüístico que permite ao sujeito a consulta a dicionários, gramáticas e mesmo aos sites idiomáticos. Sem uma linguagem comum, ficaria mais difícil a feitura de perguntas e o entendimento das respostas por parte do consulente. É importante conhecer a nomenclatura gramatical: ela serve como instrumento auxiliar (Britto 1997, p. 144). Onde mais, a não ser na escola, esse conhecimento vai ser adquirido? É por isso que muitos professores e mesmo lingüistas defendem o ensino da gramática tradicional na escola ao lado de outras competências. Um ensino complementar ao desenvolvimento das habilidades de expressão e comunicação e realizado gradativamente, uma vez que isso auxilia no burilamento da linguagem, na criação de efeitos estilísticos, no melhor proveito de alternativas construcionais e lexicais, como diria Miriam Lemle (*apud* Britto 1997, p. 137-8). Ao argumentar em favor dessa proposta, ela concede que o conhecimento da gramática pode “favorecer um desempenho mais sofisticado e rico”, muito embora reconheça que ele por si só “não é suficiente nem necessário para as capacidades de comunicação e expressão” (p. 137); isso não quer dizer que quem tenha mais consciência das regras gramaticais esteja mais preparado para se expressar. De qualquer forma, o “conhecimento consciente de regras pode ajudar a identificar e corrigir falhas de desempenho”. Para a autora, burilar conscientemente a expressão do nosso pensamento, dar melhor tratamento formal ao texto e sobre ele efetuar opções refletidas, em suma, jogar com a linguagem, seriam “habilidades que requerem, para a otimização de seu desenvolvimento, o domínio do instrumento conceitual que permite a conscientização da capacidade lingüística: a metalinguagem e a gramática” (*apud* Britto 1997, p. 137).

Britto, mesmo contestando os argumentos de Lemle, que vão de encontro à sua concepção de um ensino transdisciplinar, deixa claro que ela em momento algum defende o ensino da norma culta, concluindo que se trata, sim, de “oferecer ao aluno condições de refletir sobre sua própria língua e usar com propriedade a escrita” (1997, p. 138).

Dentro de uma perspectiva pluralista e flexível, que inclui o ensino da norma culta, as gramáticas e os dicionários têm seu lugar, conquanto não resolvam todas as dificuldades nem tirem todas as dúvidas surgidas na elaboração de um texto. Sendo assim, deixamos espaço livre aos participantes da pesquisa para que nos informem com que outras maneiras eles

contam para solucionar impasses na hora da redação. Alguns encaram o assunto com bom humor:

Consulto muito minha mulher que sabe mais gramática do que eu. *Everton*

Além de toda essa ajuda, ainda conto com uma mãe, professora de português aposentada (e das boas).
Mozart

Presume-se que nem todos têm mulher e mãe professora para ajudá-los a sair de um impasse, o qual às vezes tem de ser resolvido rapidamente. Nesse caso, alguns encontram alternativas de solução dentro de seu próprio âmbito de conhecimento:

Procuro "contornar" dúvidas optando por formas que evitem termos sobre os quais eu tenha dúvidas... *Almir*

Substituindo o termo que gerou a dúvida por outro, conhecido. *Carlos*

Procuro outra maneira de escrever o texto em que me defronto com a dificuldade. *Djair*

Modifico o texto para um formato que eu conheça bem.
Ronaldo

Mudando a palavra ou o contexto da frase que eu tenho dúvidas. *Sylvio*

Quando não há tempo para uma consulta (como as outras opções acima permitem), faço uma leitura em voz alta e sigo minha intuição. Geralmente, acerto. *Rubia*

Para tirar dúvidas de redação existe sempre mais um recurso, pelo visto:

Consulto ainda dicionários especializados (de regências, verbos, símbolos, internet, medicina etc.).
Giane

Faço comparações com textos já escritos em formações semelhantes da língua. *Grace*

Consulto arquivos eletrônicos organizados em pastas específicas do meu computador; manuais de redação; apostilas de todo tipo; colunas de língua portuguesa publicadas nos jornais; minhas anotações pessoais sobre os variados tópicos de gramática e estilística.
Marcelo

Procuro tirar minhas dúvidas com alguém da área, de preferência com renome e experiência. *Maria Perpétua*

Procuro ler um pouco além do que leio (textos diversos) para fixar mais vocabulário, para auxiliar na estruturação do texto (concatenamento entre as idéias), para me atualizar. *Sandra*

Busco exemplos em livros clássicos ou de autores confiáveis. *Fernando*

As consultas expostas ao longo dos dois últimos capítulos nos proporcionaram uma visão mais objetiva do material de trabalho com que nos ocupamos no site Língua Brasil, permitindo-nos completar o perfil dos sujeitos pesquisados, que em resumo se mostraram bem formados e detentores de um rico potencial de leitura, plenamente instrumentalizados para lidar com a língua escrita, homens e mulheres de 21 a 76 anos com elevado grau de letramento mas sempre interessados em aperfeiçoar-se, em ampliar seu cabedal de conhecimentos, em adquirir informações práticas e úteis sobre a língua portuguesa. O porquê de tal interesse é o assunto dos próximos capítulos.

4 MOTIVAÇÃO PONTO A PONTO: VISTA GERAL

“O corpus lingüístico tudo penetra e preenche, e de tão dominante e onipotente, virtualmente subsume a experiência humana.”

Ricardo Müller, 2002

O que instiga a curiosidade das pessoas em relação a uma aprendizagem continuada de sua língua materna? O que leva tanta gente a querer saber mais? O educador Paulo Freire diz que o ser humano é epistemologicamente um ser curioso (Pelandré 2002, p.55), mas isso explica apenas parte da questão, que é a motivação intrínseca das pessoas, sua vontade subjetiva de aprender sempre. A outra explicação seria a busca por reconhecimento e prestígio, e *ipso facto* a evitação do preconceito.

Nesse intuito é que as pessoas querem conhecer as técnicas de leitura e redação e dominar os códigos, a metalinguagem, visando ser reconhecidas como bons redatores, bons usuários da língua. Há um ingrediente a mais, insistimos, nesse afã de aperfeiçoar os conhecimentos lingüísticos: é o interesse, é o estar motivado. “Que é interesse? Interesse é, primeiro, qualquer coisa de *ativo* ou *propulsivo* – nós *tomamos* interesse, isto é, *tomamos* impulso, empenhamo-nos ativamente nisto ou aquilo” (Dewey 1978, p. 71, grifo no original). Diz mais o autor: “Interesse verdadeiro é o resultado que acompanha a identificação do ‘eu’ com um objeto ou idéia, indispensável à completa expressão de uma atividade que o próprio ‘eu’ iniciou” (p.70).

Motivação é, pois, o “conjunto de processos que dão ao comportamento uma intensidade, uma direção determinada e uma forma de desenvolvimento próprias da atividade individual” (Houaiss 2001). É aquilo que prende a atenção, desperta o entusiasmo, provoca a curiosidade.

Perini (2002, p. 9) considera que somos todos interessados e motivados a aprender mais sobre o nosso instrumento de comunicação verbal:

O interesse pela linguagem não é privilégio dos profissionais – é algo que todos nós sentimos em maior ou menor grau. Desde o lingüista que se dedica ao esclarecimento dos grandes mistérios da linguagem humana até o leigo que se pergunta qual será a forma “correta” de uma palavra, somos todos em certa medida pesquisadores da

linguagem – se entendermos como “pesquisador” aquele que faz perguntas sobre a linguagem, não apenas aquele que tenta respondê-las.

Não é de hoje o interesse pela linguagem verbal, sobretudo pelos processos de leitura e escrita, que eram aprendidos e cultivados em casa mesmo antes de se instalar o ensino formal nas escolas. Nas famílias européias da modernidade, a partir do século 16, a alfabetização se dava no lar: com os pais, ou com o preceptor em se tratando da aristocracia. Laquer, um historiador da cultura popular, ao se indagar como e por que a cultura letrada veio a existir, ou seja, “por que razões os homens e mulheres comuns aprendiam a ler e, em um grau menor, a escrever” (*apud* Cook-Gumperz 1991, p. 35), explica que

as pessoas não se alfabetizavam por esta ou aquela razão particular, mas porque se sentiam mais e mais tocadas em todas as áreas de suas vidas pelo poder da comunicação que apenas a palavra escrita torna possível. Havia, portanto, uma motivação para aprender a ler e escrever; estas habilidades permitiam que homens e mulheres funcionassem mais efetivamente em uma variedade de contextos sociais. Isto explica por que, na ausência de escolas externamente patrocinadas, ambientes apoiados internamente eram responsáveis pela criação e transmissão da alfabetização popular (*apud* Cook-Gumperz 1991, p. 36).

Bem antes da escolarização em massa já existia uma cultura letrada ativa, a evidenciar uma valorização do domínio da linguagem (e posteriormente ao séc. 18, das competências escolares) como parte do desenvolvimento pessoal e individual e também como sucesso econômico, na medida em que facilitaria uma inserção no mercado de trabalho (Cook-Gumperz 1991). Os indivíduos desejavam aprofundar suas habilidades discursivas “como um auto-aperfeiçoamento vinculado ao progresso pessoal, social e, mais do que isto, econômico” (p. 43), o que agora chamaríamos de “capital lingüístico”, uma dimensão do capital cultural, conforme veremos adiante. Conhecer bem a língua era e continua sendo importante. Todavia, “o conhecimento de língua durante muito tempo se resumiu, no discurso social, a ‘falar e escrever corretamente’. Mesmo com o desenvolvimento da Lingüística, mantém-se esse traço da ideologia sobre a língua nacional”, assegura Orlandi (2002, p. 206).

Procuramos, assim, saber dos participantes da pesquisa a sua motivação na busca de um saite idiomático com vistas a esse “falar e escrever corretamente”, que em momento algum durante o questionário expusemos como “domínio da norma culta” ou “aquisição¹³ da língua legítima”. Simplesmente falamos em “dificuldades de redação” para em seguida perguntar:

¹³ O termo “aquisição” é usado ao longo deste trabalho e sobretudo em relação à língua legítima ou norma-padrão no sentido de obtenção, de “passar a ter, conseguir, adquirir”, por meio de ensino formal ou aprendizagem consciente, e não como “processo espontâneo e incidental” (cf. Carvalho 2002, p. 267).

“POR QUE VOCÊ ESCREVEU OU ESCREVE A UM SITE DE PORTUGUÊS COMO O LÍNGUA BRASIL?” Apresentamos 14 proposições que eles podiam assinalar à vontade, ficando um espaço livre no final para acréscimo de comentário ou para uma proposição que não estivesse contemplada anteriormente. Nenhuma alternativa teve cem por cento de cliques, como era de se imaginar, mas houve duas com percentual elevado de escolha: 71,3% e 68,9%, o que significa mais de dois terços dos informantes. Vejamos, no gráfico 14, a frequência das respostas ponto a ponto:

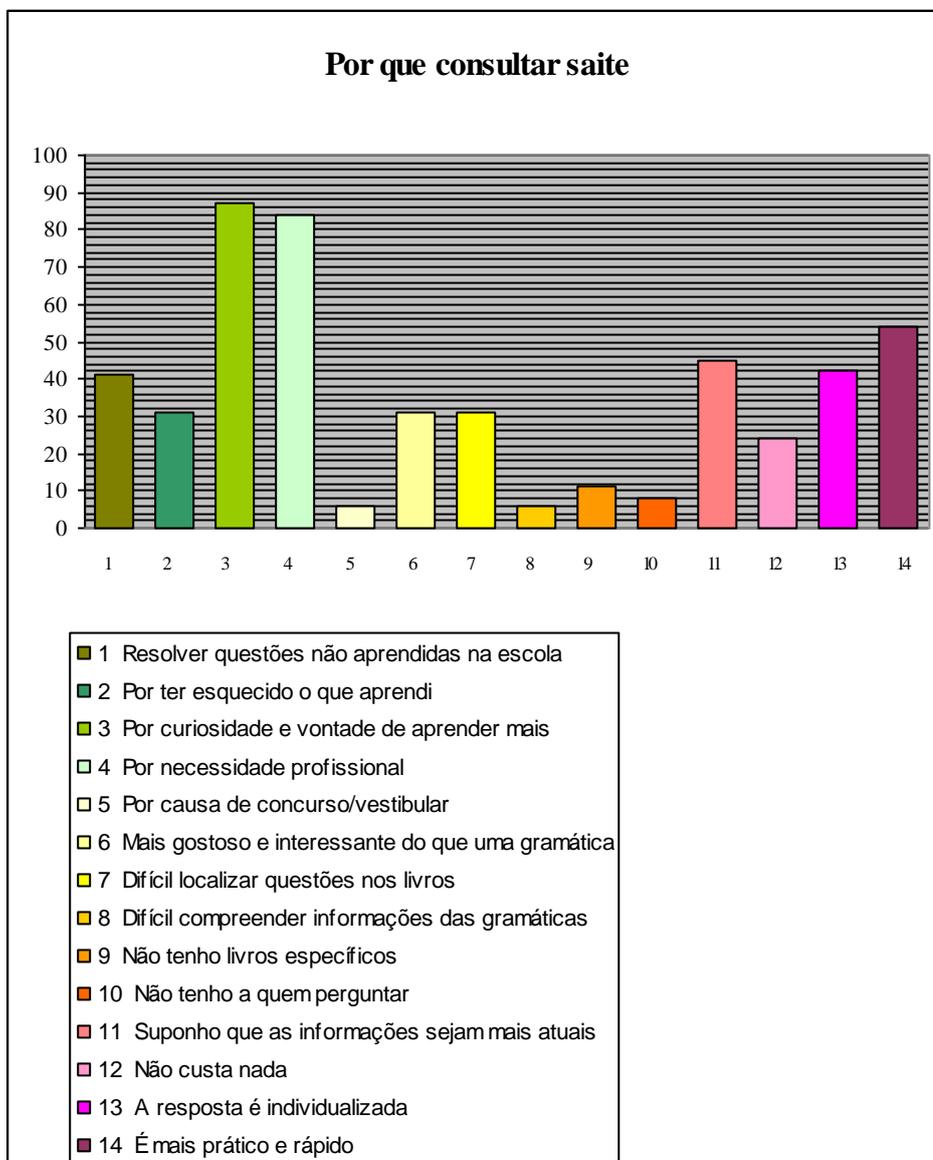


Gráfico 14 - Razões para escrever a um saite idiomático, por número de pessoas.

Foi inexpressivo o número de informantes que assinalou as questões 5, 8, 9 e 10, ou seja, seu interesse não está voltado ao seu preparo em português visando se submeter a algum concurso; e praticamente todos dispõem de dicionários e gramáticas, não tendo dificuldade de entender seu conteúdo, em princípio; e tampouco é por falta de outra pessoa – colega ou professor – a quem recorrer que eles escrevem a um saite. Esses três últimos resultados corroboram os dados que vimos em “instrumentos de expressão”. Um pouquinho mais difícil – lhes parece – é localizar os pontos de dúvidas nos livros específicos, o que igualmente se confirma nas manifestações dos participantes sobre a utilidade parcial de gramáticas e dicionários.

De igual modo, não é por ser veiculado pela internet que o conteúdo gramatical se torna mais interessante ou mais gostoso de aprender. Ter a consulta resolvida pela internet pode não custar nada (ou custaria tanto quanto verificar a resposta num livro, ou custaria até menos do que isso se se considerasse o preço que foi pago pelo livro), mas não é esse o motivo da consulta pela *web*.

Ter uma resposta individualizada é sempre bom. Para um terço dos informantes é digno de nota. Normalmente as colunas de português de jornais e sites se atêm às regras genéricas, quando não generalizam as críticas (aos jornalistas, por exemplo, ou aos jogadores de futebol, aos políticos) com base em casos particulares de “erros”. Assim, o consulente valoriza a resposta não que lhe é feita pessoalmente, mas que lhe é dada individualizadamente, focada no problema que ele explicitou.

Posso ter a resposta para dúvidas específicas e voltadas para minha área. José

Ainda assim, não é esse o fator principal de consultas via internet.

A suposição de que sujeitos saídos da escola há muito tempo teriam esquecido as lições aprendidas e o pressuposto de que as aulas de Língua Portuguesa não tiveram efeito por não terem sido bem ministradas foram por terra, como mostram os índices 1 e 2.

Exatamente dois terços dos informantes deram a entender que aprenderam, sim, português no período escolar. Não foi por falta de ensino adequado que eles agora têm dúvidas e dificuldades, mas sim porque sempre surgem questões novas, mudanças na língua que exigem um aprendizado renovado e constante.

A reciclagem é imprescindível. *Gimena*

Uma parcela dos sujeitos pesquisados mostra estar a par da dinâmica da língua e valoriza esse aspecto ao associá-lo às consultas pela internet. Foram 45 informantes a assinalar que supõem sejam mais atualizadas as informações que eles vão receber do seu “professor” eletrônico, o qual certamente disporá de instrumentos mais atuais e precisos do que eles próprios teriam. Isto é, por força da profissão, o profissional de língua portuguesa deve ter condições de repassar um conteúdo não só confiável mas “up-to-date”.

Apenas complementando, a resposta é individualizada e de excelente qualidade, passa confiança e credibilidade. Às vezes, as gramáticas são excessivamente rígidas, deixam de acompanhar a **evolução** da língua. *Cláudio*

Quando tenho uma dúvida, procuro pesquisar em uma grande quantidade de fontes, tais como gramáticas, colegas da área de gramática e também o site, assim comparo as respostas e vejo qual é a mais **atualizada** ou também a que se adequa às minhas necessidades. *Marina*

A forma como as dúvidas são esclarecidas denotam lógica, **modernidade** e clareza no trato com a língua, como penso ser necessário. *Rubia*

Destacaram-se no quadro de respostas três questões: uma relativa ao meio em que se realizam as consultas de português – os informantes se reportam à internet quando assinalam “porque é mais prático e rápido”. As outras duas – “por curiosidade e vontade de aprender mais” e “por necessidade profissional” – são de natureza pessoal, estando ligadas à renovação e ampliação de um capital lingüístico que é disputado em qualquer sociedade centrada na escrita. Essas três questões são o alvo da discussão a seguir.

5 CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA & IMPERATIVO DA PROFISSÃO

*“A língua [...] é com certeza o suporte por
excelência do sonho de poder absoluto.”*

Pierre Bourdieu

Gostaria de começar apresentando um *e-mail* que sintetiza toda a discussão deste capítulo. No dia 4 de abril de 2002, depois de receber o *Não Tropece na Língua* nº 110 (talvez o primeiro que lhe chegava às mãos), Glorinha escreveu ao Instituto Euclides da Cunha:

*Adorei, desde que não tenha que pagar,... Se for gratuito, quero quais quer
informação, pois fui aluna de supletivos e tele-salas e hoje estou no segundo ano
de letras mas está difícil pois tenho 47 anos e tudo que aprendi foi pincelado pôr
cima sei pouquíssimo mas quero aprender me ajude sim tenho dificuldades em
análise sintática. Ah! e sou servente em uma escola pública. Mas um dia vou
vencer se deus quiser e ele quer.*

Desejo de aprender mais... Vontade de ascender profissionalmente... Necessidade de conhecer a norma culta (análise sintática! a esta altura, é de fato uma barra...).

Em nossa pesquisa, a mesma curiosidade epistemológica que teve a Glorinha – condição apontada 87 vezes no motivo para escrever a um saite – transpareceu em todos os níveis de formação, isto é, mesmo o único informante do Ensino Fundamental está aqui presente, junto com 5 do Médio, 50 do Superior e 31 da Pós:

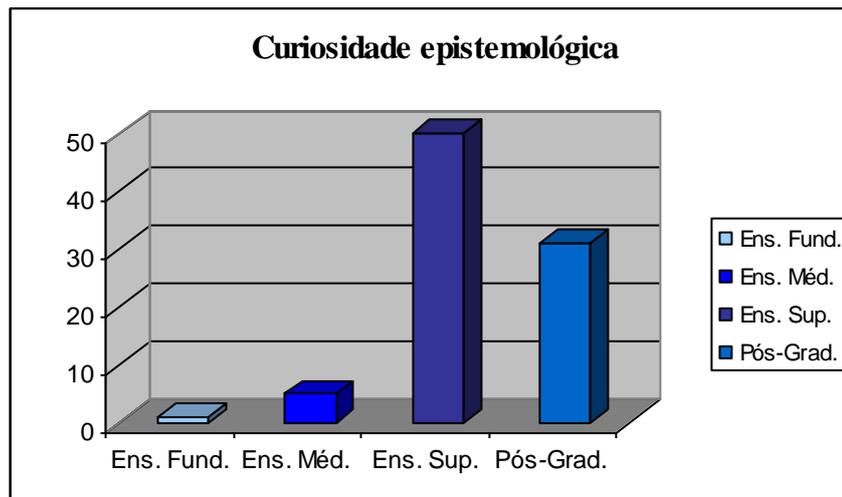


Gráfico 15 - Número de informantes que indicaram “curiosidade e vontade de aprender mais”, por formação.

Já no gráfico 16, que mostra as 84 indicações à resposta “necessidade profissional”, nota-se que o Ensino Fundamental apresenta nível zero; cai também o número de sujeitos do Ensino Médio de 5 para 4, mantendo-se praticamente inalterado (50 + 30) o número de cliques nos dois últimos graus de formação:

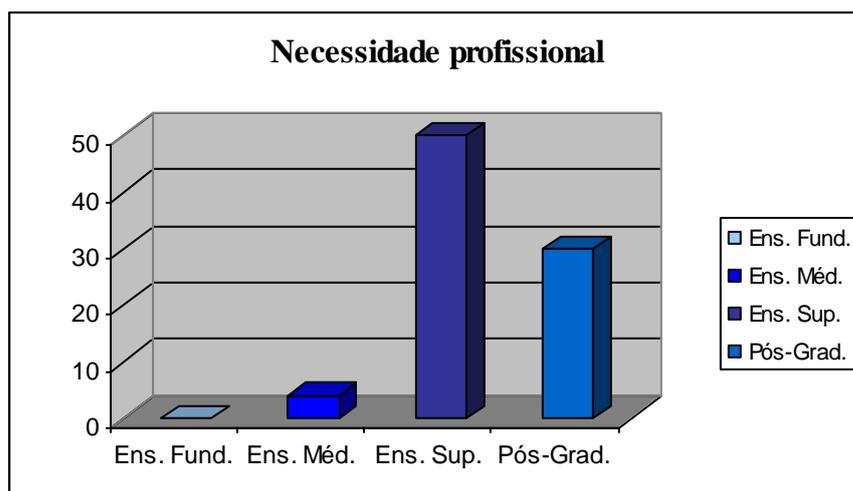


Gráfico 16 - Número de informantes que indicaram “necessidade profissional”, por formação.

A mesma proeminência nessas duas categorias de resposta nos induz a crer que a maioria dos informantes quer aprender mais e dominar os recursos lingüísticos da norma-padrão por uma questão subjetiva de interesse pessoal e para uso prático na sua profissão porque conhecer bem e saber usar essa modalidade de língua é um destaque “em maiúsculas”, é um objeto de desejo por seu valor social, é um capital lucrativo no mercado de troca dos bens simbólicos. Para o entendimento cabal das duas questões, que estão muito imbricadas, é necessário desentrelaçá-las para nos determos com alguma intensidade na teoria de Bourdieu sobre as trocas lingüísticas e a língua legítima, passando antes o nosso olhar pela questão específica da “necessidade profissional”, ou seja, o que implica saber português para ser bem-sucedido na profissão.

5.1 PROFISSÃO ENTRE PARÊNTESES

Como vimos no início deste capítulo, o fato de se submeter a um concurso ou vestibular – duas instâncias em que o conhecimento lingüístico é avaliado com certo rigor – não teve peso relevante no grupo pesquisado: apenas seis pessoas (4,9% do total) assinalaram a alternativa que dizia: “Estou me preparando para vestibular/concurso e preciso deste conhecimento”, sendo uma do ensino médio, 4 do ensino superior e uma da pós. Inferiu-se daí que a maioria absoluta dos 122 informantes já estaria inserida no mercado de trabalho, o que foi corroborado pelo alto índice (68,9%) de marcação na alternativa D da pergunta 7 do questionário: 84 pessoas disseram que costumam acessar um saite idiomático como o Língua Brasil “**por necessidade profissional**”.

Que profissão elas exercem hoje? Foram apontadas 39 profissões diferentes (a lista completa se encontra no apêndice B, à pág. 110), dentre as quais se destaca o funcionalismo público, revisão de texto, advocacia/magistratura, magistério e secretariado, com empresários, médicos, redatores, contadores, publicitários e jornalistas se seguindo aos 57 que assinalaram as profissões supracitadas, como se verifica no gráfico 17. Em tempo: pela similitude, juntamos os dois magistrados (juízes) aos 12 advogados e os cinco redatores aos 11 revisores.

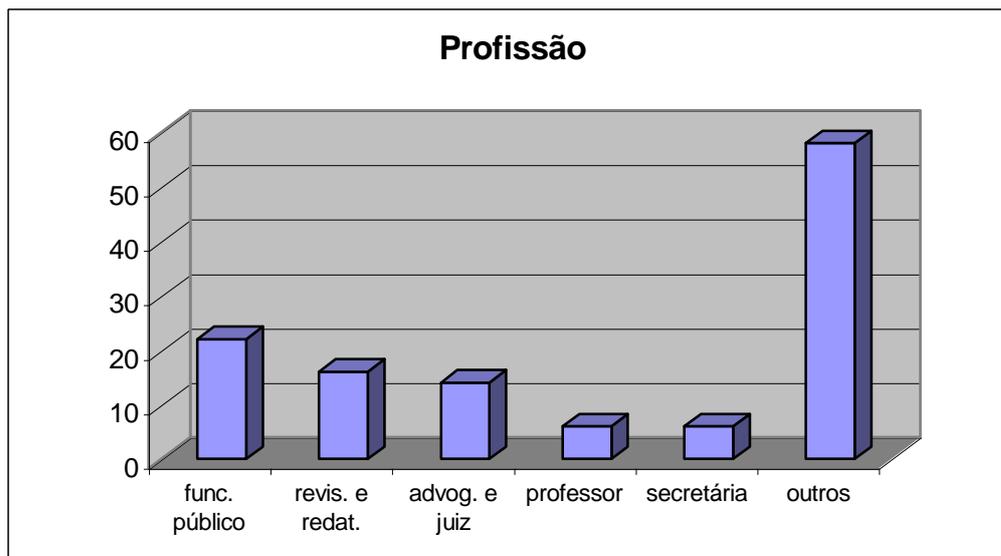


Gráfico 17 – Número de informantes por categoria profissional.

É inegável que algumas profissões exigem, mais do que outras, o trato com a língua, tanto a culta quanto a padrão.

Conhecer a língua, dominar o bom uso da língua é condição para a profissionalização não só em letras, mas para os profissionais liberais em geral. As Faculdades de Direito, por exemplo, são um dos lugares de exercício da língua culta, ou da cultura da boa língua de muito destaque. Mestres da oratória. Bons falantes. Exemplares. Inteligência (cultura) e domínio da oratória estão ligados (Orlandi 2002, p. 205).

Se a formação é o fator determinante para o ingresso numa carreira, o uso proficiente da língua escrita, das convenções ou do jargão de certas profissões é que se torna decisivo para quem quer ser bem-sucedido. Stubbs (2002, p. 131) reforça a assertiva:

Uma competência na língua escrita é claramente uma chave para o sucesso na educação e no sistema social. Como apontei rapidamente mais acima, é a escrita (mais do que a leitura) que confere poder às pessoas. É a capacidade de escrever em inglês-padrão formal que permite às pessoas iniciar uma ação (por exemplo, dar queixa contra uma injustiça) ou reagir à burocracia.

A falta eventual de conhecimentos lingüísticos específicos e a pouca familiaridade com as técnicas de redação vão ser sentidas na prática, no dia-a-dia daquelas profissões cuja ferramenta de trabalho é a palavra, como a advocacia e o magistério. É indiscutível que

a língua escrita faz uma diferença radical na complexidade da organização que os seres humanos podem gerir, já que ela muda a relação entre a memória e classificação, e permite diversas formas de organizar (referenciar, catalogar, indexar, registrar) e

transmitir informação. As instituições burocráticas, desde o pequeno comércio até os Estados modernos, dependem de registros escritos (Stubbs 2002, p.130).

O exercício de certas profissões impõe saber certos usos da modalidade escrita, em especial os relacionados a aspectos formais. Na “vida real”, são os erros de performance o grande alvo de preocupação. São aqueles detalhes que não foram enfatizados na escola ou que passaram despercebidos e agora se fazem necessários. O profissional sente que no seu dia-a-dia é importante conhecer especificidades como as seguintes (vale também para quem está prestes a entrar no concorrido mercado de trabalho):

Bom dia!

Recebo sempre as mensagens de vocês e gostaria de saber se podem me ajudar em relação a uma dúvida sobre como finalizar um relatório. Usarei Ats, Att ou Atenciosamente.

Muito obrigada,

MARILZA

Professora, Inciso I se lê “primeiro” ou “um”? M.S.F. Florianópolis/SC

Gostaria de saber se é obrigatório ou não (é erro) o uso da vírgula depois de “a quo” na seguinte oração: Entre os fundamentos expedidos pelo decisório proferido pelo Sr. Presidente do Tribunal ‘a quo’ está a alusão à incidência da Súmula nº 4 desta Casa.

A. E. K., funcionária pública federal, Brasília/DF

Prezada Professora,

Estou escrevendo minha monografia de conclusão do curso de Direito (UFSC) e tenho a seguinte dúvida:

Ao escrever a palavra “artigo”, por exemplo: O artigo 5 da Constituição... devo escrever com maiúscula, minúscula, sempre por extenso, abreviado (Art, artigo, art....) Nenhum professor de direito sabe!

Gostaria de saber se você poderia ajudar.

Muito obrigado, I. M. J.

Ter o domínio da norma culta na esfera profissional implica a expectativa de ascensão na carreira ou manutenção do *status*, reconhecimento, enfim empregabilidade. O saber a língua agrega valor, é um *plus*, um *atout* num mundo competitivo, em que dezenas de pessoas podem estar disputando ou visando o mesmo cargo. Há quem discorde.

Inicialmente, Bagno: “A tentativa de aquisição da norma-padrão como um ‘bem de consumo’ encontra ampla acolhida em determinadas camadas sociais que vêem no domínio desses estereótipos lingüísticos um pretense instrumento de ‘ascensão social’ e de ‘inserção no mercado’” (2003a, p.105). O argumento que ele apresenta em *Preconceito Lingüístico* (2003b, p. 69) é assaz curioso: “Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles domina a norma culta”.

Britto (1997, p. 209) também discorda ao afirmar que “a questão do prestígio de uma modalidade lingüística resulta da condição social de seus falantes e se confunde com a norma culta, cujo domínio, aliás, não garante ascensão social e profissional”. Pode não garantir, mas ajuda. Nem a alfabetização assegura emprego, mobilidade social ou melhoria econômica, segundo Graff (1994), embora tenha impacto positivo na vida social; mas o alcance de certo nível escolar já auxilia na obtenção de emprego. Muito mais o conhecimento da norma culta, que, queiramos ou não, está fortemente associado à empregabilidade. Ele é no mínimo um aliado do empregado e da empresa, como se constatará a seguir.

Para ilustrar como as pessoas em geral vêem o assunto, apresento parte de um texto que encontrei na *net*, escrito por Thienne Marcondes e intitulado “A importância de dominar o idioma português para o mercado de trabalho”. O texto completo consta como Anexo 1 (escrevi ao *e-mail* indicado para saber da origem ou fonte de publicação, mas retornou como “undeliverable mail”).

“Para algumas profissões, o domínio da língua é ainda mais exigido. Um vendedor, por exemplo, precisa falar muito bem para vender seu produto, e caso não tenha um bom vocabulário ou não consiga formar frases coesas, pode fazer com que o cliente não se interesse pelo seu produto ou serviço. E aí, adeus venda!

[...]

Na comunicação verbal, podem ocorrer **erros** como, por exemplo:

"Para mim fazer"

"Seje"

"Fazem três dias"

"Juntamente com" (!)

E estes ‘equivocos’ podem prejudicar, e muito, o profissional emissor da mensagem, caso o seu receptor tenha um maior **domínio do idioma**. ‘*O profissional que domina o seu idioma passa segurança, sabe o que está dizendo e ‘fala com facilidade’*’, complementa.

Falar corretamente é uma vantagem tanto para o profissional quanto para a empresa, já que ela é representada pelos colaboradores. ‘*Um documento sem erros de português e de fácil entendimento, enviado de uma empresa a outra, transmite uma **imagem séria da organização***’ [...].” [itálico no original; negritos e ponto-de-exclamação meus]

Opiniões como essa fazem parte do senso comum e portanto circulam na mídia (eletrônica ou não) em abundância.

A mídia, por sinal, tem propalado que o mau uso da língua afeta as inúmeras situações sociais mas não tem considerado que as situações sociais é que na verdade determinam os usos que se fazem da língua. Os falantes se constituem como tal, usuários de uma determinada variedade lingüística, nas interações verbais de que participam (Bakhtin 2002 [1929]). Se uma criança nasce num meio letrado, a gramática da língua que ela irá internalizar certamente será aquela que mais se aproxima dos padrões de prestígio social. Tanto é assim que, no dizer de Geraldini (1996, p. 28),

o estudo e o ensino de uma língua não podem, neste sentido, deixar de considerar – como se fossem não pertinentes – as diferentes instâncias sociais, pois os processos interlocutivos se dão no interior das múltiplas e complexas instituições de uma dada formação social. A língua, enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente, vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos.

São esses usos e esses espaços sociais que veremos sob a perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu.

5.2 CAPITAL LINGÜÍSTICO & LÍNGUA LEGÍTIMA

Pierre Bourdieu (1930-2002): amigo do povo, homem de qualidade e boa vontade, às vezes excessivo, atrevido, crítico incomparável, enérgico, cheio de paixão, dono de imensa cultura e autor de uma obra vasta, original, rigorosa, brilhante – eis um resumo dos predicados atribuídos por amigos e jornalistas franceses a Bourdieu por ocasião de sua morte em 23 de

janeiro de 2002, no hospital Saint-Antoine de Paris. Tinha 71 anos. Deixou mulher e três filhos.

Como escreveu Françoise Giroux (2002), a mídia ao exaltá-lo mostrou que não é rancorosa, já que Bourdieu tanto a fustigou, contra ela “soltou os cachorros”. (Mas foram exatamente seus ataques ao sistema midiático que seduziram a esquerda brasileira, disse Claude Askolovitch: “No Brasil, suas diatribes pareciam exprimir o simples bom senso.”) De onde vinham esse furor e essa pulsão crítica? A resposta parece residir na “humilhação” (a fatalidade de sua origem) e no “mal-estar social” que Bourdieu toda a vida sentiu e que vieram à tona no período entre 1941 e 1947 em que viveu como interno no Liceu de Pau, onde era beneficiário de uma bolsa de estudos. Nas suas próprias palavras, “a experiência do internato sem dúvida teve um papel determinante na formação das minhas disposições”. Era um “mundo violento e rude”, “escola terrível de realismo social”, confessou, onde teve de suportar “uma espécie de racismo de classe baseado na aparência física ou no nome próprio”, consubstanciado no seu caso nas ofensas de um rival ao pronunciar “meu nome ao modo dos camponeses” e na gozação do nome da sua pequena cidade natal (Denguin) na Região do Béarn, “símbolo de todo o atraso campônio”. Valle (2003) complementa o retrato:

Ainda que tenha conseguido galgar os mais altos degraus da hierarquia escolar e científica, Bourdieu nunca se mostrou à vontade no interior da intelectualidade francesa e confessou com frequência ter tido muitas dificuldades para se desembaraçar de seu “sentimento de ilegitimidade”. Seu pensamento e a maneira de se expressar passavam permanentemente por um esforço de autocontrole, uma luta contra si mesmo e contra seu meio de procedência, explicitando uma enorme distância entre o mundo de origem e o mundo intelectual, que valoriza o dom da fala, o espírito ágil e as tiradas fáceis.

Os detalhes que me permiti mencionar acima têm sua razão de ser nesta dissertação em virtude do peso que tiveram nas reflexões bourdieusianas sobre o sotaque e o modo de falar – “Souvent les gens sont victimes des mécanismes sociaux qu’ils combattent et qui agissent encore en eux très profondément”¹⁴ –, fulcro do aporte teórico que nos interessa como fundamento de parte desta pesquisa.

“As palavras exercem um poder tipicamente mágico: elas fazem crer, elas fazem agir”, disse Bourdieu em entrevista a Éribon (1982). E advertiu: “Mas, como no caso da magia, é preciso se perguntar onde reside o princípio dessa ação; ou mais exatamente quais são as condições sociais que possibilitam a eficácia mágica das palavras”.

¹⁴ “Muitas vezes as pessoas são vítimas de mecanismos sociais que elas combatem e que ainda agem nelas profundamente” (trad. minha). Em entrevista à Radio Libertaire Chronique Hebdo em 1º/3/2001. V. http://melior.univ-montp3.fr/ra_forum/fr/bourdieu_p/interview.ml.rev.html. p. 3.

Poderíamos conjecturar que a partir da pergunta que tal simbolismo lhe evocou, Bourdieu construiu sua teoria sobre as trocas lingüísticas, que se trata em suma das relações entre a língua/discurso e as condições sociais de sua produção e circulação (distribuição e consumo), o que envolve o mercado para o qual o discurso foi produzido e a posição social de quem o produziu, e cuja compreensão requer pelo menos uma breve passagem pelos principais conceitos utilizados por seu autor, uma vez que estão bastante interligados e articulam-se de modo coerente no contexto de suas obras. Tendo por base resumo de Valle (2003) e Trigo (2002), vejamos:

1. *Habitus*: conjunto ou matriz de disposições inculcadas pelas práticas familiares e sociais, que agem como automatismos; designa o comportamento regular sem ser conscientemente coordenado e regido por alguma regra. O indivíduo desenvolve uma pluralidade de *habitus* de acordo com suas experiências cotidianas. O *habitus* assegura a interiorização da exterioridade, ajustando a ação do agente à sua posição social. As disposições assim produzidas são estruturadas, refletindo inevitavelmente as condições sociais no interior das quais elas foram adquiridas, e são duráveis: elas estão enraizadas no corpo de tal maneira que perduram ao longo da existência dos indivíduos e operam de maneira quase que inconsciente, tornando-se dificilmente acessíveis a uma reflexão e a uma transformação consciente. Bourdieu (2001, p. 61) explica ainda mais: “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”.

2. *Hexis corporal*: designa os mecanismos pelos quais a identidade social é inscrita no corpo, na linguagem e nas maneiras de ser. O corpo é o lugar de uma história incorporada. Os dois conceitos (*hexis* é o equivalente grego de *habitus* – cf. Bourdieu 2001, p. 62) ajudam a compreender os princípios ou esquemas generativos que sustentam as práticas, as percepções e os julgamentos de valor.

3. *Campo*: espaço social de conflito, marcado pela concorrência e por lutas visando à apropriação de diferentes bens, os agentes dominantes procurando reproduzir suas condições de dominação; corresponde às esferas das atividades profissionais (e/ou públicas), que interagem entre si formando o que se qualifica como uma rede de campos.

4. *Capital*: existem diferentes espécies: capital *econômico* (riqueza material, dinheiro, bens, valores imobiliários); capital *social* (soma de recursos, reais ou virtuais, que estabelece uma rede durável de relações ou pertencimento a um grupo estável, onde o indivíduo pode mobilizar suas estratégias e multiplicar seu capital inicial); capital *cultural* (constituído pelos saberes, competências e outras aquisições culturais, este capital revela as desigualdades de

performances segundo a classe social de origem), capital *simbólico* (representado pela acumulação de prestígio, fama e honrarias; de certa forma, o capital simbólico nada mais é do que o capital econômico e cultural no momento em que é reconhecido pelos outros); capital *lingüístico* (a variedade lingüística do grupo dominante se impõe como marca de prestígio, desqualificando a maneira de falar e de se expressar dos dominados).

5. *Poder simbólico*: designa as numerosas formas de exercício de um poder invisível presente na vida social. Pressupõe como condição de seu sucesso que os indivíduos a ele submetidos acreditem na legitimidade do poder e dos que o exercem.

6. *Violência simbólica*: formas invisíveis de coação que se apóiam, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos fabricados no processo de socialização, induzindo o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo conforme os critérios e padrões do discurso dominante; se opõe à violência declarada e está baseada nos efeitos da autoridade, geradora de disciplina.

7. *Distinção*: investimento permanente necessário à manutenção do *status quo* ou à melhoria da posição ocupada no campo; designa a superioridade que coloca um indivíduo ou uma categoria social acima das outras.

8. *Legitimidade*: para executar certas ações é necessário obter autorização e estar investido de uma autoridade legítima: somente o indivíduo autorizado a falar e ao qual os outros reconhecem esse direito é susceptível de ser aceito em certas circunstâncias.

9. *Socialização*: processo de inculcação que se desenvolve pela produção de *habitus* distintos, por meio de diferentes instituições educativas; trata-se da obtenção, ao longo do período de formação, das categorias e valores que fundamentam, justificam e explicam as práticas futuras do ator.

10. *Reprodução*: finalidade última dos mecanismos de exercício do poder, de legitimação, de socialização.

No dizer de Thompson (1991), as trocas lingüísticas são susceptíveis de exprimir, de múltiplas maneiras, as relações de poder; as variações de sotaque, de entonação e de vocabulário refletem as diferentes posições na hierarquia social; os indivíduos falam com diferentes graus de autoridade; o peso das palavras depende de quem as enuncia e do modo como o faz; a convicção, o efeito que têm certas palavras em algumas circunstâncias não se repetiria em outras. “Em suma, sabemos que a linguagem é parte integrante da vida social, com todas suas artimanhas e iniquidades, e que uma grande parte da nossa [vida social]

consiste na troca rotineira de expressões lingüísticas no fluxo cotidiano da interação social” (p. 7, tradução minha).

Assim, toda interação lingüística, por mais pessoal e insignificante que possa parecer, comporta os traços da estrutura social que ela exprime e com cuja reprodução contribui. Daí a oposição de Bourdieu às análises semióticas e semiológicas inspiradas em Sausurre, que não invocam as condições sócio-históricas de sua produção e recepção. Em entrevista a Didier Éribon¹⁵ (1982) realizada por ocasião do lançamento de “O que falar quer dizer”, Bourdieu começa a expor suas idéias destacando que o discurso, qualquer que seja (o usado em ocasiões festivas e oficiais, o acadêmico ou um papo com amigos), é o produto de um *habitus* lingüístico – ou seja, uma competência inseparavelmente técnica e social – e de um mercado, sistema de “regras” de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção lingüística.

Já em 1977 (no congresso da AFEF) Bourdieu enunciava que toda situação lingüística funciona como um mercado no qual o falante coloca seus produtos, os quais dependem do preço que eles próprios vão receber. Aprendemos a falar ao mesmo tempo aprendendo a avaliar por antecipação qual o preço que nossa fala receberá, ou seja, já temos uma idéia das recompensas ou das sanções relacionadas ao tipo de linguagem que empregamos. Portanto, a linguagem usada numa determinada situação depende não só do locutor no sentido chomskyano do termo, mas do mercado lingüístico, a que Bourdieu dá um sentido amplo nele incluindo desde a relação entre duas donas-de-casa que conversam na rua, às entrevistas para recrutamento de pessoal, por exemplo, aos relacionamentos no espaço escolar, aos mexericos, aos rituais de batismo e casamento, só para citar alguns.

A troca lingüística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital lingüístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico (Bourdieu 1996, p. 53).

Em resumo, “os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com um *mercado*” (Bourdieu 1996, p. 54).

O mercado lingüístico é “dominado pela língua oficial, obrigatória em ocasiões e espaços oficiais” (Bourdieu 1996, p. 32), igualmente nomeada língua legítima, que para isso se torna um produto normatizado, a começar pela padronização da ortografia, aliás único aspecto instituído por lei no Brasil. Os demais são aspectos normatizados nas gramáticas, nos

¹⁵ Transcrição encontrada em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/entrevue/ceque82.html>

livros escolares, nos dicionários, que se impõem por serem reconhecidos como legítimos – “e não apenas pelos dominantes”, alerta Bourdieu (1996, p. 40). Os gramáticos constroem a língua legítima ao selecionarem os “produtos” que lhes parecem “dignos de serem consagrados e incorporados à competência legítima por meio da inculcação escolar” (p. 46).

Sobre a palavra “legítima”, Bourdieu diz ter adotado um termo técnico da sociologia. Em suma, “é legítima uma instituição, ou uma ação, ou um uso que é dominante e desconhecido [ignorado] como tal, quer dizer, tacitamente reconhecido” (AFEF 1977, trad. minha). Em sua teoria, o adjetivo não é tomado na acepção de “puro, genuíno, vernáculo, autêntico”, mas sim no sentido de “amparado por lei”, que tem força de lei. O que dá força de lei à língua legítima, no caso, é ela ser *reconhecida*, quer dizer, “ignorada como arbitrária” (Bourdieu 2001, p. 14), o que significa que o poder simbólico se exerce também pela *crença* - crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. O mesmo se dá com os ritos de instituição: “A crença de todos preexistente ao ritual é a condição de eficácia do ritual” (Bourdieu 1996, p. 105).

O reconhecimento da legitimidade da língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem com um ato intencional de aceitação de uma “norma”. Através de um lento e prolongado processo de aquisição, tal reconhecimento se inscreve em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado lingüístico e que se encontram, portanto, ajustadas, fora de qualquer cálculo cínico ou de qualquer coerção conscientemente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação dos preços característicos de um determinado mercado garantem objetivamente aos detentores de um certo capital lingüístico (Bourdieu 1996, p. 37-38).

A língua legítima, para Bourdieu, é pois a que se elabora nos meios cultivados, eruditos, letrados, promovida então ao *status* de língua oficial, sendo os outros usos, ou as demais variedades, relegados a uma desvalorização social. Daí Bagno (2003a, p. 67) passar a denominá-las de *variedades estigmatizadas*. De um lado, acumulação de poder material e simbólico; de outro, uma classe desmobilizada e sujeita aos instrumentos de imposição e dominação cultural, portanto lingüística. Assim, “por maior que seja a parcela de funcionamento da língua infensa à variação, existe, tanto no plano da pronúncia como no do léxico e mesmo da gramática, todo um conjunto de diferenças significativamente associado a diferenças sociais” (Bourdieu 1996, p. 41). Podemos citar, como exemplo, alguns casos que identificam o indivíduo que “não teve boa escola”: “nós *se* afastamo, nós *se* ferimos” (o uso do *se* em vez de **nos**, esteja o verbo pluralizado ou não com o ‘s’); o mau uso do plural em

geral: “dois café, dez real”; pronúncias como “poblema, rúbrica”, ou más construções como “ele tinha chego” e “a gente vamos”.

E aí vai a escola tentar inculcar no aluno as formas corretas, pretendendo inclusive domesticar sua fala (o que é difícil, pois a linguagem oral desenvolvida na infância fica muito arraigada; trabalhei com pessoa culta que falava “ca” em vez de “com a” [“*não falei ainda ca diretora*”]), e não foi suficiente ela tomar consciência do problema para mudar sua performance). Entretanto, não basta o discurso estar gramaticalmente correto – é preciso ser socialmente aceitável, isto é, ouvido e acreditado. “A aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade”, reforça Bourdieu (1996, p. 42). Neste caso ele está aplicando o termo sociologicamente, e não conforme a Linguística: “A definição de aceitabilidade não se encontra na situação, mas na relação entre um mercado e um *habitus*” (p. 69), que comporta tanto as condições de aquisição como de utilização da linguagem.

“As propriedades que caracterizam a excelência lingüística cabem em duas palavras, distinção e correção” (1996, p. 47). São dois, portanto, os fatores que segundo Bourdieu geram a aceitabilidade do discurso. No caso dos consulentes de um site idiomático, é o fator correção gramatical, a conformidade com os padrões da norma culta, que eles almejam primordialmente alcançar: sobrevivendo-lhes a dúvida sobre o uso gramaticalmente correto [“*é a 20 km ou à 20 km?*”, “*o formato é 18:30 h ou 18h30?*”, “*a letra ‘a’ que antecede horários, como ‘as 20h00’ deve ter acentuação?*”], escrevem ao site. Mas também têm a preocupação com a melhor forma a ser utilizada nas interações sociais, em que o desvio pode acarretar sanções ou críticas ou preconceito. Seria a antecipação das sanções – que diz Bourdieu não tem nada a ver com um cálculo consciente mas é o resultado do *habitus* lingüístico (1996, p. 64) – o fator determinante de busca das fórmulas consagradas, dos padrões canônicos, dos usos socialmente aceitáveis. Um caso ilustrativo:

Gostaria de saber sobre o uso da palavra “obrigado”. Nunca sei quando se fala obrigado ou obrigada?! Por exemplo agora como devo agradecer-los!? Um abraço! Eliana, profissão “administrativo”, Cosmópolis/SP

“Os discursos constituem sempre *eufemismos* inspirados pela preocupação de ‘dizer bem’, de ‘falar direito’, de produzir produtos ajustados às exigências de um determinado mercado” (Bourdieu 1996, p. 66). A possibilidade de estar exposto a uma avaliação social justifica a “censura antecipada” e a busca de orientação sobre o que deve ou não deve ser dito:

Como o marido deve referir-se à sua esposa em público, por exemplo, num discurso? L.T. I., professora, Bandeirantes/PR

Nota-se aí uma subordinação do consumidor à pressão do uso hegemônico, cuja legitimidade é tanto maior quanto mais amplo é o reconhecimento que os consumidores lhe concedem, reconhecimento aliás que é relativamente independente de seu próprio conhecimento da língua (basta ver os desvios da norma gramatical perpetrados pelos consulentes nas perguntas que tenho reproduzido neste trabalho). Qualquer pessoa de qualquer campo tem condições de avaliar se alguém escreve bem ou não, se é bem falante ou não. O próprio fato de não entender os documentos que o advogado lhe apresenta, por exemplo, ou achar que fulano fala difícil já assinala uma posição de superioridade desses dois sujeitos diante de si, que daí se reconhece pouco hábil no manejo do idioma em suas variadas formas.

As variações da *forma* do discurso, segundo Bourdieu (1996, p. 67), ou seja, o grau em que ele é controlado, vigiado e depurado, posto “em forma (formal)”, dependem de vários fatores: da tensão objetiva do mercado, que pressupõe o oficialismo da situação e, no caso de uma interação, da distância social entre emissor e receptor; da sensibilidade do locutor e da sua capacidade de fazer frente a essa tensão usando as expressões adequadas a cada circunstância. São as sanções, os desmentidos, os reforços positivos ou negativos (“não se pronuncia assim / o certo é com som aberto / que feio dizer isso!”) que vão constituindo em nós a percepção social dos usos lingüísticos e da relação entre os diferentes usos e os diferentes mercados. Saber usar diferenciada e apropriadamente os pronomes pessoais e de tratamento – tu, você, o senhor/a senhora, Vossa Senhoria, Vossa Excelência, nós/a gente – é um exemplo disso. Em francês a oposição se dá entre “vous” e “tu”; é preciso reconhecer o momento de tutear: “*Si on se tutoyait?*”, exemplifica Bourdieu (1982, p. 82).

Não só a política lingüística com seus mecanismos coibidores e unificadores da língua, mas também as intervenções expressas dos grupos de pressão exercem coerção sobre os falantes, aponta Bourdieu (1996, p. 37). Os dominados submetem às coerções os aspectos estigmatizados de sua **pronúncia** [*É pêgo ou pégo?*], **léxico** [*Eu estava “intertido” ou “entertido” na conversa...?*] e **sintaxe** [*Trezentas grammas ou Trezentos grammas de carne?*] “num esforço desesperado para alcançar a correção” (1996, p. 39) e assim, a distinção.

O reconhecimento da língua legítima, insiste Bourdieu (1996, p. 59-60), depende do peso dos diferentes agentes, que por sua vez se assenta no peso do seu capital econômico e

simbólico – a imposição simbólica só funcionará se “estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso”.

Os locutores precisam estar providos da competência legítima de modo a não serem excluídos do universo social onde ela é exigida. Estando atrelada ao patrimônio social e econômico e à qualificação cultural do locutor, essa competência (isto é, o lucro de distinção) é tanto maior quanto mais rara, Bourdieu (1996) observa. Escrever bem é caso raro (isso é fácil de constatar) e por isso distingue quem assim o faz. O lucro de distinção, diz ele, resulta do fato de ser a oferta de determinado nível de qualificação lingüística, ou seja, de qualificação cultural, inferior ao que se verificaria se todos tivessem se beneficiado das condições de aquisição da competência legítima, “das oportunidades de incorporar os recursos lingüísticos objetivados” (1996, p. 44). Ora, dizer que esse lucro se acha distribuído em função das oportunidades de acesso a tais condições de aquisição importa em relacioná-lo à posição ocupada pelo sujeito na estrutura social. Os ricos têm mais acesso a todas as condições objetivadas de adquirir a língua legítima: jornais, revistas, bibliotecas, bons cursos, computador, viagens, contato com instituições culturais. A distribuição desigual do capital lingüístico é, pois, uma decorrência da desigualdade de condições sócio-educacionais.

Esse capital lingüístico, sendo uma dimensão do capital cultural, se mede tanto pelos títulos escolares quanto pela trajetória social, ou seja, pelo capital cultural herdado. “Pelo fato de que o domínio da língua legítima pode ser adquirido pela familiarização, ou seja, por uma exposição mais ou menos prolongada à língua legítima ou pela inculcação expressa de regras explícitas” (Bourdieu 1996, p. 49), temos a família e o sistema escolar como as principais instâncias em que se produz a competência legítima.

A competência legítima é a capacidade estatutariamente reconhecida a uma pessoa autorizada, uma *autoridade*, de empregar, em ocasiões oficiais (*formal*), a língua legítima, quer dizer, oficial (*formal*), língua autorizada que tem autoridade, fala autorizada e digna de crédito, ou numa palavra, *performativa*, que tem a pretensão (com as maiores probabilidades de sucesso) de ser de fato imitada (Bourdieu 1996, p. 57).

Quanto mais oficial é a situação, portanto, maior é o peso do uso da língua legítima. À medida que decresce o grau de oficialidade, menos desfavorável se torna o preço atribuído aos “produtores dos *habitus* lingüísticos dominados” (Bourdieu 1996, p. 58), cujo produto de qualquer forma sempre encontra espaço na sua vida privada, entre seu grupo de amigos e familiares, circunstâncias em que se está à vontade e não há por que se vigiar.

Já nas posições mais elevadas da hierarquia social amplia-se o grau de vigilância, de censura alheia e autocensura, de formulação – no sentido de dar (boa) forma ao discurso – e de eufemização – “trabalho de dissimulação e transfiguração”, como o chama Bourdieu (2001, p. 15). Nessa classe observam-se tais cuidados não só na maneira de falar, mas de vestir, comer, se comportar. É conveniente essa formulação de práticas que privilegiam a forma, a maneira, o estilo em detrimento da função comunicacional – tem sua lógica de dominação simbólica, alega Bourdieu (1996, p.74).

Não se expressar de acordo com a etiqueta lingüística, então, por ser produto depreciado no mercado ou espaço social, enseja uma imagem negativa do cidadão, leva a uma série de preconceitos, que discutiremos a seguir.

5.3 UMA QUESTÃO DE PRECONCEITO

A curiosidade dos consulentes e do grupo pesquisado sobre questões de língua portuguesa é fortalecida pela consciência ou mesmo pela intuição de que a falta de um cabedal lingüístico pronto para uso nas diversas situações de interação social pode ser motivo de chacota, crítica, estigma. Em sociedade estamos sendo avaliados e avaliando o outro o tempo todo. É para fugir do estigma que paira sobre quem não sabe “falar direito” ou “escreve errado” que vamos em busca de mais conhecimentos sobre a língua, formando assim um capital lingüístico que pode nos deixar a salvo do preconceito. O que é o preconceito afinal? Deixemos que Orlandi (2002, p. 197) o exponha:

Do ponto de vista do discurso, o preconceito é uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais, e fortemente mantida por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar. Os sentidos não podem sempre ser os mesmos, por definição. Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto, há um imaginário social que, na história, vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, homogeneizando-os de acordo com as relações de sentidos e, logo, as relações sociais. O preconceito é de natureza histórico-social, e se rege por relações de poder, simbolizadas. Ele se realiza individualmente, mas não se constitui no indivíduo em si e sim nas relações sociais, pela maneira como se significam e são significadas. Não é um processo consciente, e o sujeito não tem acesso ao modo como os preconceitos se constituem nele. Vêm pela sua filiação a redes de sentidos que ele mesmo nem sabe como se formaram nele.

“O preconceito é, portanto, o resultado do modo como se exerce o poder e não uma casualidade ou uma característica intrínseca da pessoa”, complementa Britto (2003, p. 38). São instâncias desse poder, e *ipso facto* da repressão lingüística: a escola/universidade, a Academia Brasileira de Letras, o Congresso, instituições como Itamaraty, OAB e Ministério Público com seus concursos, os meios de comunicação hegemônicos, o poder econômico, os dicionários, os compêndios escolares e as gramáticas. Bagno (2003a, p. 43) focaliza o último citado: “É o preconceito de que existe uma única maneira ‘certa’ de falar a língua, e que seria aquele conjunto de regras e preceitos que aparece estampado nos livros chamados *gramáticas*” (grifo no original).

Bagno (2003b) tratou extensivamente do assunto, tendo mostrado que o preconceito lingüístico fica patente “numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui” (p.13), como: Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português / As pessoas sem instrução falam tudo errado. Continua ele: “Outras afirmações são até bem-intencionadas, mas mesmo assim compõem uma espécie de ‘preconceito positivo’, que também se afasta da realidade” (p. 13): A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente / O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão / O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

Há preconceitos que se originam do desconhecimento das pessoas sobre as variedades lingüísticas, entre as quais se inclui a variedade culta, que é a utilizada nos meios de comunicação, no âmbito oficial, nas esferas de pesquisa e trabalhos acadêmicos, como sobejamente falado. Há outros que estão “ligado[s], em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*” (Bagno 2003b, p. 9). Quem diz “não sei português” na verdade está querendo dizer “não conheço gramática”, ou seja, as regras gramaticais da língua culta. E isso leva à introjeção do erro lingüístico: “eu falo errado, eu não sei escrever direito”.

Então: não cessarão os preconceitos em relação à maneira como as pessoas se expressam verbalmente enquanto não houver a compreensão de que há variedades lingüísticas – e elas existem em face de uma sociedade estratificada, com cidadãos desigualmente aquinhoados: “A unidade e a diversidade de uma língua vêm do modo como a sociedade se organiza e reparte seus saberes e valores, particularmente os bens materiais” (Britto, 2003, p. 76).

Como argumentamos no capítulo 2 e Geraldí (1985) corrobora, as variedades são formas coexistentes, uma não se sobrepondo à outra em termos de valor intrínseco: “Todas as

variedades são boas e corretas” (p. 34). Segundo ele, há diferenças; não erros, portanto. E conclui:

Não existe erro lingüístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, ao invés de outra, mas no uso de uma variedade ao invés de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela forma de fala. [...] O ‘erro’, portanto, se dá sempre em relação à avaliação do valor social das expressões, não em relação às expressões mesmas (1985, p. 36).

Há todavia, como vimos em Bourdieu, um valor extrínseco, imputado ao discurso de acordo com o locutor, com a legitimidade que lhe é conferida em razão do capital econômico-social e cultural que detém, o qual lhe permite enfrentar com mais tranquilidade as circunstâncias formais ou oficiais que exigem uma linguagem cultivada, mais polida e monitorada. Bourdieu (1996) destacou que as classes superiores estão dotadas de um *habitus* lingüístico que as orienta a usar o discurso adequado à conjuntura. O *habitus* lhes fornece a competência prática, qual seja, o domínio prático da linguagem e da gramática aliado ao domínio prático das situações (Ortiz 1983, p.158). “A interiorização, pelos atores, dos valores, normas e princípios sociais assegura, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo” (Ortiz 1983, p.15).

Signorini (2002, p.121) se manifesta sobre o assunto com outras palavras: “As metapragmáticas institucionalizadas, isto é, os metadiscursos hegemônicos sobre o certo e o errado no uso da língua são conhecidos e interpretados diferentemente em função das redes sociais em que transita o falante”. O prestígio social do falante, como salientou Bourdieu, se transfere ao seu discurso, tanto assim que “quando uma forma lingüística nova se incorpora à atividade lingüística dos falantes prestigiados, ela deixa de ser considerada como ‘erro’” (Bagno 2003a, p. 148). Isso demonstra o caráter social e flutuante da noção de erro.

Nesta visão da língua como um conjunto de regras das quais algumas são variáveis, a noção de erro lingüístico fica reservada a fenômenos marginais ou prejudiciais à inteligibilidade da comunicação. A partir do momento em que um uso ou, melhor, uma regra ultrapassa o plano individual e conhece uma freqüência de emprego para além de um nível determinável, trata-se já de uma regra a ser inscrita no repertório lingüístico da comunidade. O erro, portanto, não é absoluto mas, sim, relativo ao meio ou ao grupo social de referência. Segundo nossa definição, o erro é essencialmente um uso que, num dado momento, vem se opor a um outro uso até então dominante (Aléong 2001, p. 155).

Bagno (2003a, p. 21) considera que “é alguém das camadas privilegiadas da população que vê *erro* na língua dos cidadãos das outras camadas, as menos favorecidas”. Como

conseqüência, “passam a existir certos tipos de erros mais errados do que os outros” (Britto 1997, p. 77). No Brasil isso resulta em que a maior parte da população tenha seu linguajar desclassificado e desqualificado sob qualquer hipótese. “As instituições sociais, como um todo, desconsideram os níveis de leitura e escrita das populações de baixo poder aquisitivo e de nível inferior de letramento”, aduz Pelandré (2002, p. 219). Com pouca escolarização formal e portanto pouco acesso à escrita – sendo certo que “as pessoas das classes cultas de qualquer lugar dominam melhor a norma culta do que as pessoas das classes não-cultas de qualquer lugar (Bagno 2003b, p. 49) –, essas populações tendem a conservar o uso das variedades ditas estigmatizadas. “A sociedade pós-moderna, da era da informação, concentra o poder, cada vez mais, em quem domina os níveis mais elevados do saber e subjuga os que pouco ou nada conseguem gerenciar por insuficiência no uso da leitura e da escrita” (Pelandré 2002, p. 219). Cria-se um círculo vicioso. Ainda que o indivíduo se esforce para “subir na vida” estudando e buscando as formas de prestígio, ele pode sofrer o efeito dessa ótica que “marca” e segrega. Bagno explica:

O estigma, em termos sociológicos, é um julgamento extremamente negativo lançado pelos grupos sociais dominantes sobre os grupos subalternos e oprimidos e, por extensão, sobre tudo o que caracteriza seu modo de ser, sua cultura e, obviamente, sua língua... (2003a, p. 67).

É fato. Acontece ainda agora, e da parte de pessoas tidas por cultas e bem-educadas. Uma boa ilustração de que “o suposto erro lingüístico parece desencadear uma série de avaliações negativas lançadas sobre o indivíduo, numa cadeia de causas e conseqüências que, por ser essencialmente ideológica, só pode ser falsa: alguém ‘fala’ errado porque ‘pensa’ errado, porque ‘age’ errado, porque ‘é’ errado...” (Bagno 2003a, p. 149) é a consulta que recebi no dia 24 de outubro de 2001:

Cara Professora:

Sou estudante do primeiro semestre de letras, e estou tendo dificuldades com uma matéria referente à redação e construção de textos. Inclusive o nosso professor nos chamou de burros literalmente na sala de aula. O que posso fazer para aprender melhor a fazer boas redações e construir bons textos.

No aguardo de sua resposta, desde já os meus agradecimentos.

C.G., bancário, Itaquaquecetuba/SP

Essa atitude autoritária e preconceituosa do professor me faz lembrar a menção de Aléong (2001, p.150) à “dessolidarização”, palavra que criou para significar a sanção, junto com a desvalorização, que sofre a pessoa desrespeitosa das normas sociais – lingüísticas aí incluídas – por parte do grupo, da sociedade.

Não admira, pois, que todos procurem conhecer e dominar a norma culta. Para o imenso contingente de alunos oriundos das camadas sociais desfavorecidas, esse conhecimento se prende à necessidade de que eles “possam dispor dos mesmos instrumentos de luta dos alunos provindos das camadas privilegiadas” (Bagno 2003a, p. 187). No caso dos participantes desta pesquisa, pela necessidade de alcançar ou manter um *status* social e profissional privilegiado que requer o uso da norma culta, essa que seria, no entendimento de Lucchesi (2002, p. 87),

constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma lingüística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa.

O grande problema de ser tão elitista essa língua culta ou norma-padrão, de uso restrito a tão pequena parcela de brasileiros, tem raízes na história da educação no Brasil, de acordo com Bagno: “Mesmo as nossas oligarquias demoraram a ter um acesso fácil e amplo à cultura letrada mais elitizada” (2002b, p. 189). A despeito de ter uso minoritário nestas plagas,

a norma-padrão, como já disse, é um elemento importante da nossa cultura e não pode ser desprezada simplesmente porque constitui um conjunto de formas lingüísticas em grande parte obsoletas. Essas formas estão restritas à língua escrita mais monitorada, é verdade, mas também é verdade que são justamente os gêneros textuais escritos mais monitorados os que gozam de maior prestígio social (Bagno 2003a, p. 187-8).

Corroborando a teoria do sociólogo, que apresentamos no item anterior, o lingüista dá a mão à palmatória: “Embora sejamos obrigados a reconhecer, numa retrospectiva histórica, que a norma-padrão tem uma origem, sim, ‘elitista e coercitiva’, também sabemos que esta norma-padrão é objeto de desejo e tem um valor simbólico muito grande na sociedade. E os lingüistas são os primeiríssimos a reconhecer isso” (Bagno 2003a, p. 184). Que assim seja.

6 INTERNET : PONTO A FAVOR

“O modo de viver em rede, a estrutura da teia apregoada pela Internet e seus serviços, e suportada por diversas outras ferramentas tecnológicas, marcam a vida atual e descrevem o caminho por onde, certamente, se irá tráfegar no futuro próximo.”

Jamil & Neves, 2000

Os últimos cem anos podem ser legitimamente chamados de **o século das comunicações** – sem adjetivos, sem o epíteto pessimista que lhe pespegou Boaventura de Sousa Santos: “O século XX ficará na história (ou nas histórias) como um século infeliz” (1996, p. 69). Do avião ao computador, do cinema às redes telemáticas, as grandes invenções desenvolvidas nesse período tiveram como alvo ou corolário a diminuição das distâncias entre as pessoas, levando à diluição das fronteiras de tempo e espaço.

Essa trajetória do ser humano da língua, linguagem, signo, palavra, à escrita interativa se deu qual vôo de pássaro: seu início pode ser estabelecido em cerca de 50.000 mil anos atrás, quando o *homo sapiens* desenvolveu seu aparelho fonador, que lhe permitiu falar. Aos vinte mil anos A. C., o homem deixava nas cavernas (Lascaux, Altamira) desenhos que tinham possivelmente o intuito de comunicar e significar seu modo de viver. Dezesete milênios mais tarde, com os sumérios, surge a escrita propriamente dita – seus pictogramas representavam tanto idéias quanto objetos (Jean, 2002). A passagem aos ideogramas e em seguida aos fonogramas foi um pequeno passo. Hoje, três mil anos depois da invenção do alfabeto, estamos nós – em meio às tecnologias de informação e comunicação e num mundo globalizado, com milhares de línguas diferentes – valendo-nos intensamente da comunicação iconográfica e imagética. De todo modo, a palavra escrita continua firme e revigorada pela tecnologia.

Foram os filósofos da Escola de Frankfurt que se debruçaram, nos anos 40, sobre a influência e as conseqüências dos novos meios de produção e difusão de cultura – o rádio e o cinema, principalmente – nessa sociedade, desenvolvendo uma linha de pensamento de inspiração marxista que se tornou conhecida por “Teoria Crítica”, na medida em que identificavam a indústria cultural como instrumento de avaliação, de falso prazer, de

mistificação das massas, que assim deixam de meditar sobre si e sobre o meio social circundante. “A indústria cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a *performance* tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da Idéia e com essa foi liquidada”, afirmam Adorno e Horkheimer (1996, p. 118), aduzindo adiante que “a violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas” (p. 119). Mais apocalípticos, impossível – diria Umberto Eco.

Semiólogo italiano reconhecido e sucesso editorial por várias décadas, a ponto de Néstor Canclini (2000, p. 59) apontá-lo como síntese do culto e do massivo, Umberto Eco (1987) nos introduz no mundo dos apocalípticos e integrados, adversários e adeptos do fenômeno televisivo. Ou seja, ele divide os analistas e telespectadores em dois tipos quanto aos hábitos receptivos impostos pela televisão: aqueles que a vêem como positiva, criação artística capaz de instituir novo gosto estético e novas modalidades de apreciação da cultura, com distanciamento e participação crítica, e aqueles que estigmatizam o meio pelo fato de fascinar e hipnotizar os indivíduos, obnubilando todo juízo crítico. Diria ele o mesmo da massa formada por milhões de usuários da internet que se coloca por horas e horas diante do computador?

Para um exame acerca das vantagens ou desvantagens do computador, do poder que através dele a internet exerce, não nos podemos fechar no código ou texto, desprezando o contexto, ou seja, o papel do sujeito – ator social, audiência, receptor – e das mediações que ele constrói frente aos meios de comunicação. “Um sistema de redes em rápida expansão conhecido coletivamente por Internet liga milhões de pessoas em novos espaços que estão a alterar a forma como pensamos, a natureza da nossa sexualidade, a organização das nossas comunidades e até mesmo a nossa identidade”, sublinha Turkle (1997, p. 11) ao introduzir sua abordagem de como os computadores estão a provocar uma reavaliação do nosso modo de ser e existir. Ela reforça seu ponto de vista quando aponta que os computadores “encarnam a teoria pós-moderna e fazem-na entrar em nosso dia-a-dia” (p. 25), no sentido de que eles evocam uma relação descentrada, fragmentada, fluida, não-linear, desterritorializada (no tempo e no espaço), cujas profundezas nem sempre podem ser sondadas e compreendidas.

Nas sociedades “regidas pelo imperativo tecnológico”, comenta Sancho (1998, p. 30), as quais são orientadas para a produção e o consumo massificado e também para a utilização de meios de comunicação de massa, os comportamentos se adaptam às exigências funcionais e pragmáticas da tecnologia. Desenvolvendo-se às custas do meio natural, com a “substituição gradativa do ambiente natural (povoado de seres vivos) pelo ambiente técnico (onde o homem está cercado de objetos técnicos)”, conforme se expressa Belloni (2001b, p. 54), esta

sociedade que dá primazia à tecnologia vai não só produzir mudanças no modo de pensar, sentir e se comportar mas desenvolverá uma “mentalidade técnica”, cuja idéia-chave é a valorização da eficiência, a obtenção de bons resultados, o sucesso (Sancho 1998, p. 36). Essa mentalidade ou concepção de vida se reflete entre outras coisas na busca crescente de conhecimentos de língua nos sites idiomáticos, como tivemos oportunidade de discutir.

“A Internet – esse intercruzamento entre tecnologia e comunicação – é talvez a ferramenta mais moderna da vida contemporânea” (Porto 1999, p. 47), tendo começado a chamar a atenção do mercado comercial na década de 1990 por conta dos serviços chamados WWW (de *worldwide web*), que ao permitirem contatos diversificados entre pessoas e organizações de naturezas variadas passaram a se expandir astronomicamente, tanto em termos de usuários quanto de domínio, isto é, esfera de ação: ciência, educação, cultura, esporte, sexo. Navegar na *web* possibilita visualizar páginas de informação distribuídas por universidades, bibliotecas, livrarias, museus, laboratórios, consultórios médicos, empresas, indivíduos. Frutos (1998, p. 313) confirma:

A Internet não é uma moda passageira que desaparecerá com o tempo. A sua aplicação em praticamente todas as áreas de atividade humana (desde a medicina à biotecnologia, passando pelo lazer e educação), o seu crescente número de usuários e a atração que provoca como novo talismã do século XX, ao qual são atribuídos enormes e desconhecidos poderes, produziram uma progressão geométrica no número de usuários.

Loiselle (2002, p. 107) acentua essa idéia: “Facilitando o acesso à informação para um público amplo, assim como os contatos interpessoais, o ciberespaço e, particularmente, a rede internet, oferece um ambiente com um potencial interessante para a aprendizagem por diversas formas”, ou seja, “a cultura das telecomunicações está entrando também no ensino fundamental e médio, na educação de adultos e na educação informal” (Frutos 1998, p. 314). É sob o ângulo da educação informal e continuada de adultos que vemos o trabalho dos sites idiomáticos e nomeadamente do *Língua Brasil*.

6.1 A INTERNET NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Penso nos consulentes dos muitos sites idiomáticos existentes quando leio o comentário de Frutos (1998, p. 323) de que “a Internet e especialmente a Web estão se tornando o principal instrumento na revolução tecnológica da educação à distância. A Web,

com a sua facilidade de apresentar conteúdos e estimular a interação, criou um novo espaço de desenvolvimento do ensino com computadores, chamado de ensino baseado na Web”.

Penso especificamente nos participantes desta pesquisa quando ouço falar em educação à distância – EAD: “Literalmente, o conceito de EAD remeteria a qualquer modalidade de transmissão e/ou construção do conhecimento sem a presença simultânea dos agentes envolvidos” (Alves & Nova 2003, p. 2). Continuam as autoras: “Nesse sentido, compreendemos a educação a distância¹⁶ como uma das modalidades de ensino-aprendizagem possibilitada pela mediação dos suportes tecnológicos digitais e de rede, seja esta inserida em sistemas de ensino presenciais, mistos ou completamente realizada por meio da *distância física*” (p. 3). Para Roca (1998, p.198), a formação à distância define-se como um sistema “sem condicionamentos de lugar e com poucos condicionamentos de tempo e ocupação do estudante”. E de acordo com Bouchard (2002, p. 72), a educação à distância apresenta as seguintes características:

- o distanciamento geográfico;
- a retrocomunicação (‘troca nos dois sentidos’);
- o recurso a uma ou várias mídias;
- a disseminação em massa (ou sua possibilidade);
- o controle institucional;
- o isolamento relativo do aprendiz”.

Penso neles ainda mais quando vejo a ligação entre EAD ou formação à distância e autoformação ou auto-aprendizagem, pois os frequentadores do saite demonstraram que seu foco é a **aprendizagem autônoma**, e não a aprendizagem reparadora, suplementar, que visa suprir lacunas ou deficiências originárias do Ensino Médio ou Fundamental.

Aprendizagem autônoma significa o sujeito se responsabilizar pelo próprio percurso de formação; é um procedimento voluntário e solitário, de quem vai “desenvolver por si mesmo suas estratégias de aprendizagem” (Marchand 2002, p. 147). Autoformação implica autonomia e autodidatismo, que os *experts* dizem se tratar de questões diferentes: o autodidata seleciona os conteúdos e não conta com proposta pedagógica e didática para os estudos, ou seja, não se relaciona com um especialista; já o estudante autônomo pode seguir uma proposta de ensino mas tem a escolha de espaço e tempo para estudar. Nas escolas de auto-aprendizagem presenciais, exemplifica Roca (1998, p. 198), “os alunos a frequentam quando

¹⁶ Como é facultativo o uso de “à distância” e “a distância”, dei preferência ao emprego do *a craseado* nessa locução adverbial, respeitando contudo a grafia encontrada em outros autores.

querem e ali permanecem quanto tempo desejam; escolhem material, meio tecnológico e ritmo”. Na formação à distância, ele frisa, há “uma tendência de permitir cada vez mais a formação personalizada e a autoformação, especialmente graças ao apoio e ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação” (p. 200).

Entre as vantagens proporcionadas pelos dispositivos midiáticos se acha certo bem-estar pessoal: “O desconforto típico do estudo – ouvir professores ao longo de quatro horas por dia – é substituído pela comodidade de aprender diante do computador, televisão, salas de vídeo, podendo acessar livros, jornais e imagens como um clicar do *mouse*, em tempo real”, segundo Ramal (2003, p. 44). Diz ela ainda que “até o problema do tempo é superado: não é preciso parar de estudar logo aquele conteúdo que estava agradando só porque ‘bateu o sinal’: a navegação continua sempre que se desejar. Quando um assunto não interessa, é possível mudar a direção, em um percurso que é sempre pessoal” (p. 45). O grande trunfo da EAD – todos parecem concordar – é a possibilidade de respeito ao ritmo de cada um.

Roca (1998, p. 190) observa que “experiências deste tipo podem ser encontradas em diversos lugares do mundo e nos diferentes níveis de ensino, desde o ensino fundamental até o universitário, na formação contínua, no ensino profissionalizante e no ensino não formal, colocadas em prática por organizações públicas e privadas”. Tais práticas são referidas como aprendizagem aberta e à distância, cuja clientela é adulta e em geral trabalha e que se caracteriza essencialmente pela flexibilidade, abertura dos sistemas e maior autonomia do estudante, como anota Belloni (2001a, p. 29). A autora também enfatiza que o uso de meios técnicos serve para aumentar a eficácia desses sistemas (p. 42).

Com efeito, as ferramentas tecnológicas compreendidas nos espaços da internet têm ensejado novas maneiras de autoformação, por isso também denominadas de “práticas ciber-autoformadoras”. E nesse particular “o uso do computador tem um importante papel de motivação”, confirma Roca (1998, p.192), “embora gere reações muito diferentes em função das características pessoais dos usuários das escolas de auto-aprendizagem. A atitude dos estudantes costuma ser diferente conforme a sua idade, o seu nível de formação e a sua profissão, entre outros fatores”.

No caso dos nossos informantes, quase todos profissionais na ativa, podemos certificar que sua determinação de aprender mais sobre a norma culta tem algo de autodidatismo (embora eles tenham um especialista que lhes repassa as “lições” e responde às suas dúvidas) e muito de autonomia, uma vez que eles estudam quando e onde querem e buscam informações e conhecimentos que respondam às suas expectativas e necessidades, aliás geradas em grande parte por sua profissão. Belloni (2001a, p. 43) chama a atenção para o fato

de que “as características essenciais das sociedades contemporâneas – complexidade, mudança acelerada e globalização – colocam demandas crescentes com relação à educação necessária para o indivíduo enfrentar sua vida em sociedade”.

E essa necessidade de novas aprendizagens e de reciclagem não pára nunca. Nas sociedades do saber, a formação inicial torna-se rapidamente insuficiente; há uma expansão de conhecimentos, com novos saberes se superpondo e gerando transformações sociais e econômicas, o que impõe uma demanda pela educação ao longo da vida, ou *lifelong education*, expressão inglesa que é bastante disseminada (Belloni 2001a).

O fato de encontrarmos entre os informantes 90% de homens e mulheres que já ultrapassaram o período formal de escolaridade e estão numa faixa de idade que chega aos 74 anos (alguns já aposentados), é demonstrativo do processo contínuo que é a aprendizagem: sempre teremos que recordar regras, testar hipóteses, solidificar conhecimentos diante de uma necessidade real de uso, isto é, frente à dimensão social e pragmática da língua. Constitui um direito do indivíduo, mesmo adulto, de prosseguir aprendendo. Cuida-se, neste caso, de favorecer às pessoas de qualquer idade uma formação continuada ou educação permanente. Para Belloni (2001a, p. 6), “trata-se de um campo novo que se abre e requer a contribuição de todos os atores sociais e especialmente uma forte sinergia entre o campo educacional e o campo econômico no sentido de promover a criação de estruturas de formação continuada mais ligadas aos ambientes de trabalho”. Argumenta ainda a autora que

a **educação ao longo da vida**, isto é, a formação profissional atualizada, diversificada e acessível a todos será não apenas um direito de todos e, portanto, dever do estado, mas constituirá provavelmente o melhor se não o único meio de evitar a desqualificação da força de trabalho e a exclusão social de grandes parcelas da população, consistindo num importante fator de desequilíbrio social (Belloni 2001a, p. 101, grifo no original).

Ao continuar discorrendo sobre o tema, Belloni destaca o papel das tecnologias da informação e comunicação – TICs nos estudos à distância:

É preciso ter claro que as TICs não substituem os livros didáticos, nem assumem suas funções, embora transformem profundamente seu uso, que será muito mais de referência e síntese do que de consulta e estudo. As TICs oferecem, para além do impresso, ocasiões originais de aprendizagem, trazendo desafios, provocando curiosidade, criando situações de aprendizagem totalmente novas de convivibilidade e interações mais intensas do que a aula magistral baseada na autoridade do professor (Belloni 2001a, p. 73).

Lembra ela ainda que as novas tecnologias da informação e comunicação “não são necessariamente mais relevantes ou mais eficazes do que as mídias tradicionais em qualquer situação de aprendizagem” (Belloni 2001a, p.75), advertindo porém que, “embora estas técnicas não tenham ainda demonstrado toda sua eficácia pedagógica, elas estão cada vez mais presentes na vida cotidiana e fazem parte do universo dos jovens, **sendo esta a razão principal da necessidade de sua integração à educação**” (Belloni 2001a, p.75, grifo no original). Seja a educação formal ou informal, como é o nosso caso. O trabalho que tem sido feito por e com os consulentes do *Língua Brasil* poderia então, numa síntese de tudo, ser considerado como “autoformação continuada à distância”.

6.2 USABILIDADE: INFORMAÇÕES PRÁTICAS E RÁPIDAS

Ah, esse instrumento chamado internet! Aos poucos essa rede vai se tornando indispensável nos locais de trabalho, nos lares, nos quatro cantos do mundo...

A internet pode ser usada de maneiras muito diversas. Por ser basicamente uma ferramenta de comunicação, uma de suas aplicações mais generalizadas é o correio eletrônico (*e-mail*), que nossos consulentes utilizam para enviar suas consultas e para receber as colunas semanais, pois “o correio eletrônico tem a grande vantagem de que à mensagem propriamente dita podem ser anexados arquivos de qualquer tipo” (Frutos 1998, p. 316). Uma segunda utilização da internet é aquela que possibilita explorar a informação distribuída na rede, o que permite a aprendizagem de modos variados. “O simples fato de ter acesso à informação de forma fortuita já é uma maneira de aprender e este é um dos usos mais comuns da rede” (Frutos 1998, p. 315).

Alguns dos participantes da nossa pesquisa demonstram seu apreço pela internet:

Raramente procuro livros de gramática. Primeiro lições na internet. Suas, do Prof. Pasquale, ou alguma outra interessante. *Juan*

Os mecanismos de busca da Internet (mesmo os mais genéricos como o Google, mas também os mecanismos de busca individuais de um site) são geralmente mais eficientes para encontrar um tópico do que um livro impresso. *Rubens*

Por ser uma forma adicional de consulta e também de inter-relacionamento com pessoal especializado. *Fernando*

Além de tudo, a internet é um meio de comunicação democrático. *Marcelo*

A internet mostrou-se um meio prático e rápido para a solução de dúvidas de português para 54 participantes da pesquisa. Vejamos no gráfico 18 como esse número se distribui entre os quatro níveis de formação estabelecidos no questionário:

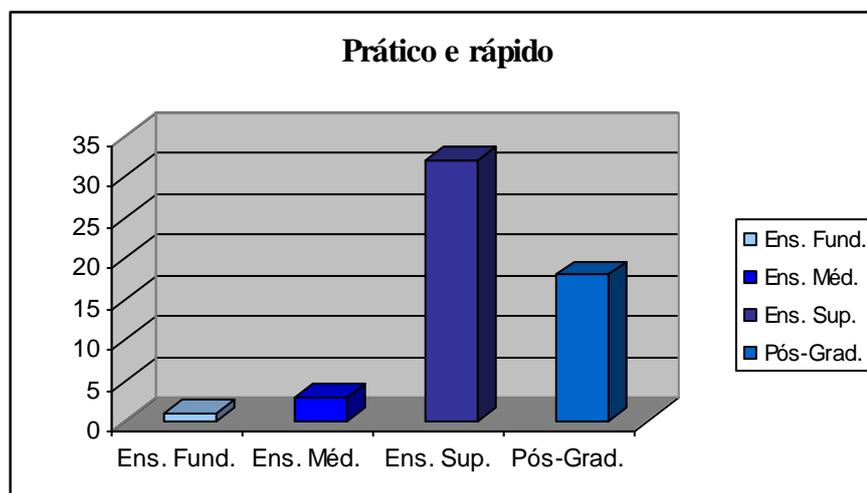


Gráfico 18 - Número de informantes que indicaram “é mais prático e rápido”, por formação.

No questionário não conceituamos o termo “prático”, julgando que ninguém o tomaria como o antônimo de “teórico” mas o entenderia como “de aplicação ou de uso cômodo e fácil” (Houaiss 2001) ou “funcional, que visa a fins utilitários” (Dic. Aurélio 1999). Enfim, um sistema capaz de cumprir com eficiência a sua finalidade, o que consiste – quando se fala em informática – em **usabilidade**.

Já existem dezenas de artigos e livros abordando usabilidade e navegação na internet, a maioria de editoras e autores estrangeiros. Assim, tomei a definição de Chris McGregor, autor de *Developing User-friendly Macromedia Flash Content*:

Usabilidade significa concentrar esforços para a facilidade do uso. Significa transformar a tarefa de alcançar uma meta simples, direta e o mais objetiva possível. Ela significa criar um sistema transparente que seja fácil de entender e operar instantaneamente. Usabilidade é pensar no usuário no início, no fim e sempre¹⁷.

Diz ele ainda que um produto é criado para ser usado por alguém, e para garantir que o seja, o produto deve ser projetado de forma simples e fácil: “A mesma coisa deveria acontecer na internet, cada site tentando ser o mais útil possível dentro da sua especificidade”. Nesse sentido, o conteúdo é o principal, é o que as pessoas buscam, e por isso “deve ser a meninados-olhos de qualquer site”. O modo como esse conteúdo é informado também tem merecido alguns comentários dos especialistas, embora não haja unanimidade em nenhum caso: textos curtos atendem ao conforto do usuário; textos longos e profundos visam ao interesse (fator que não pode ser minimizado) e não são problemáticos, porque na *web* o espaço é ilimitado. Pode-se fazer uso da hipertextualidade, já que a internet é uma mídia não-linear, mas não há como fugir totalmente da linearidade, pois muitas vezes desejamos que o leitor siga uma seqüência de idéias. Há quem se disponha a dar dicas sobre a elaboração de trabalhos escritos para a *web*, tipo usar sentenças e parágrafos curtos, evitar as conjunções, cortar cada palavra extra ou adjetivo desnecessário. Sugerem, em suma, um texto conciso e linguagem objetiva para se obter um “modelo escaneável”, isto é, em que seja fácil passar os olhos. Mas a internet não é só feita de notícias escaneáveis: certos conteúdos (como de um saite idiomático) pretendem ser lidos com atenção e cuidado. “Boa redação continua gerando boa leitura”, diz um estudo de Carole Rich¹⁸. “O estilo deve ser ditado pelo conteúdo”, ela ensina. Conclusão: em termos de conteúdo na *web*, deve prevalecer o **bom senso**. Quanto à embalagem, fica por conta dos *webdesigners* e da infinidade de recursos disponíveis. De outra parte, há problemas nessa nova tecnologia: a legibilidade é pobre, o tempo de descarga pode ser lento: é mais difícil prender a atenção *online* do que em material impresso. Por conseguinte, a maioria dos usuários irá escanear o texto e depois imprimi-lo se quiser lê-lo completamente.

A internet também despontou na resposta espontânea quando perguntamos aos informantes de que outras maneiras ele dispunha para solucionar impasses na hora da redação:

Fazendo leitura, pesquisando em livros, por computador.

Maria do Carmo

¹⁷ Essa e outras informações sobre a usabilidade na web se encontram em centenas de páginas na internet indicadas pelo Google, incluindo <http://www.useit.com/jakob/webusability/>.

¹⁸ Artigo intitulado “Newswriting for the web” e escrito para a escola de jornalismo The Poynter Institute for Media Studies, disponível em <http://members.aol.com/crich13/poynter1.html>.

Peço ajuda a professores que solucionam dúvidas pela internet, como você. *Maria Laís*

A praticidade para muitos informantes está no fato de eles trabalharem com um computador à mão. A quase onipresença da informática no trabalho é incontestável. Do caixa do supermercado ao escritório de advocacia, passando pelas secretarias de escola e portarias de edifícios de classe alta, o computador liga tudo a todos.

No texto de Thienne Marcondes que está disponível no Anexo I, encontramos dados comprobatórios da afirmação acima:

A pesquisa *A contratação, a demissão e a carreira do executivo brasileiro - edição 2002*, realizada pelo *Grupo Catho* com 9.174 executivos brasileiros, mostra que apenas 0,19% dos respondentes declararam não utilizar a Internet. O uso da Internet é feito tanto do trabalho (18,28%) como de casa (8,77%); 42,95% acessam de ambos os lugares. O uso do e-mail está diretamente associado à Internet, e este se tornou um dos meios de comunicação mais utilizados dentro das empresas. Pelo correio eletrônico, são trocadas informações que variam desde piadas até informações de grande importância.

Além da praticidade, outro aspecto valorizado no uso da internet é a velocidade, que incluímos na mesma questão no questionário. Indubitavelmente, a internet responde ao imediatismo da vida moderna, malgrado algumas desvantagens inerentes ao meio:

Entre as vantagens do suporte digital, mencionemos a **rapidez** e a **instantaneidade** da comunicação: a conveniência, a comodidade, a flexibilidade do meio, o acesso ampliado aos recursos e às pessoas, a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e a rentabilidade. Entre os inconvenientes, mencionemos o acesso restrito e a taxa reduzida de utilização [...] e o lado impessoal do meio, as dificuldades técnicas e a perda de nuances não-verbais (Marchand 2002, p. 147, grifo meu).

No caso da pesquisa, o termo *rapidez* pode ter sido tomado em dois sentidos: primeiramente, é mais rápido para o consulente digitar uma pergunta ao saite do que compulsar livros e gramáticas, tendo em vista que o computador para ele é de mais fácil alcance. Em segundo lugar está a velocidade da transmissão pela rede. Não está aqui em jogo o tempo que o professor ou instrutor leva para fornecer a resposta. A partir da hora em que a resposta foi elaborada, a transmissão dela é muitíssimo mais veloz pelo correio eletrônico do que se fosse enviada por correio convencional, como no tempo em que se consultava o gramático e lingüista Celso Luft, autor de uma coluna semanal no *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Os informantes opinam:

É uma forma prática de contactar pessoas que se dedicam ao estudo da língua. Poder estar até trocando informações. *Maria do Carmo*

É mais prático e rápido considerando que a resposta abrangerá todo o problema. *Ronaldo*

Essa rapidez das comunicações não é só desejada mas já é dada como certa (“*taken for granted*”, se diria melhor em inglês); faz parte da nossa época, do “mal-estar da cultura contemporânea”, como se exprime Giugliano (1999, p. 54) ao focalizar a questão da velocidade na internet:

Em virtude de ânsia de desenvolvimento constante, o mundo contemporâneo preza por uma velocidade maior em quase todos os aspectos da vida. Muitas vezes, a velocidade é quase sinônimo de desenvolvimento – ao se atestar qualidade aos serviços, por exemplo, a rapidez é um dos principais fatores analisados, seja nos serviços bancários, de fornecimento de alimentos ou de produção industrial. [...] A velocidade traz consigo enormes vantagens e comodidades, além de satisfazer uma parte de nosso desejo interno de desenvolvimento. Todavia, contribui também para um caráter efêmero e superficial presente em tantos aspectos da vida moderna.

Na rapidez, na praticidade, no interesse genuíno de alcançar uma comunicação mais eficiente repousa o sucesso da internet no que tange à língua brasileira. Os computadores e componentes eletrônicos podem se tornar obsoletos em pouco tempo, mas o interesse e a motivação em aprender mais estarão sempre em pé e realimentados pelas oportunidades assentadas na própria tecnologia.

É de lamentar, no entanto, que essas oportunidades ainda sejam restritas às classes abastadas, que dispõem de um bom capital cultural e econômico, que têm quaisquer máquinas a seu dispor. Não só os participantes da pesquisa mas todos os consulentes dos sites idiomáticos representam aquela minoritária parcela da população brasileira conectada à internet. Ezequiel da Silva (2003, p.14) alude ao problema ao proclamar que

num país tão desigual como o Brasil, aqueles oceanos informacionais da Internet vão sofrendo restrições cada vez maiores em termos de presença e de utilização na vida concreta das pessoas. Metaforicamente falando, conforme a classe social do indivíduo e a região onde ele habita, aqueles vastos e velozes oceanos transformam-se em mares e vão se estreitando até se transformarem em rios, lagoas, ribeirões, riachos, fios d'água, meras poças d'água... ou, então, o que vale para determinadas regiões brasileiras, como leitos secos onde não existe “água” informacional nenhuma, nem impressa e muito menos virtual.

Que haja cada vez menos ciberexcluídos é o que se deseja. Ter a possibilidade de comprar ou usar um computador e se conectar à internet significa que foi dado um grande passo em direção à inclusão social, pois a internet é uma forma de acesso ao saber letrado – é sempre um ponto a favor.

PONTO FINAL

Como numa dissertação de mestrado nem sempre se esperam conclusões e comprovação de hipóteses, saí de um ponto de partida sem a expectativa de um ponto de chegada. Mas cheguei. Aportei a um ponto-chave, que gostaria de ressaltar: a pesquisa indicou que as pessoas querem se expressar pela norma culta ou língua-padrão; elas disputam o tipo de capital que é mais valorizado socialmente, e por isso estão continuamente buscando os meios – como aulas, livros, dicionários, consultas pela internet – de conhecer melhor a língua de prestígio, pois dominá-la significa aumentar o seu lucro de distinção, ou seja, o seu próprio prestígio dentro de uma realidade social sujeita a juízos de valor.

Bourdieu (1996) vê a língua como produto de troca num mercado em que já está definida a linguagem que é preciosa – e portanto desejável – e a que é desvalorizada, em conformidade com as diferentes esferas de circulação social dos indivíduos. Assim, sabe-se antecipadamente que certos modos de falar e escrever são depreciados, podendo ser alvo de preconceito, ao passo que outros são considerados distintos, corretos, delegando a quem os domina um capital-chave que abre portas, facilita a obtenção de emprego, atrai respeito e admiração. É uma língua legítima porque legitimada por esse reconhecimento que lhe devotam os seus falantes.

De um professor universitário, um jornalista ou um juiz, por exemplo, espera-se um desempenho verbal condizente com a projeção social que lhe confere a sua profissão, e isso significa falar bem e escrever um texto não só claro e agradável mas correto, ou seja, formalizado de acordo com a norma culta e com as convenções ortográficas estipuladas nos dicionários e livros de gramática normativa. Faça-se a ressalva de que, em face do dinamismo da língua, as regras inscritas nesses instrumentos acabam prescrevendo com o passar dos anos – o apego de certos manuais a determinadas proibições e usos (como a insistência em que não se inicia frase com pronome átono) pode soar, portanto, como implicância ou abominável intransigência.

Trata-se, então, de transmitir aos interessados ou aos alunos as normas de comportamento lingüístico que possam qualificar sua atuação e intervenção nos espaços sociais em que eles transitam ou almejam transitar, isto é, dar-lhes a conhecer o código do uso

“certo”, aquele investido de legitimidade. Essas pessoas, como a pesquisa permitiu concluir, querem não só compreender os mecanismos da língua e refletir sobre as variedades que devem usar, como têm o direito de aprender o significado de *choldra ignóbil* e a diferença entre *ato* e *fato*, entre *todo mundo* e *todo o mundo*; têm o direito de saber que *adentrar* é uma variante de *entrar*; que usar *primeiramente* é válido, assim como o são as construções com o verbo *ter* no sentido de *haver*: “Tem mulheres que dirigem ônibus”; que se pode escolher entre *10% da população mundial são* e *é...*; que está certo dizer *os Maias, os Silvas* do mesmo modo que *os Queiroz, os Becker*; que a fórmula ideal no Brasil é *anos 80*; que se escreve *força-tarefa* (e outros substantivos compostos) com hífen; que se deve ler *inciso um* e *artigo primeiro*, grafados *inciso I* e *art. 1º*.

São esses alguns exemplos do português brasileiro em que os informantes e os consulentes do saite Língua Brasil manifestaram interesse – questões da língua-padrão de uso cotidiano, totalmente privadas de sua “aura de esoterismo” como saber conjugar o verbo *apropinquar-se* (cf. Bagno 2003b, p. 38).

Chamada no senso comum de norma culta, essa língua-padrão é apenas uma das variedades lingüísticas que circulam na sociedade – é a variedade de prestígio. Saber usá-la na modalidade escrita exige um esforço de monitoração que por sua vez requer ensino formal, aprendizagem consciente, que não se esgota na escola. Adultos com formação escolar completa mas desejosos de alcançar maiores níveis de letramento continuam buscando tais conhecimentos por si mesmos, e nesse empenho a internet tem proporcionado um veio consistente, um suporte inquestionável para a auto-aprendizagem ou autoformação à distância.

Não dominar a língua padronizada e legítima, por sua vez, não deve ser motivo de preconceito ou estigma. O ensino da língua deve mais do que contemplar as variedades coexistentes, que na verdade apenas refletem a estrutura da sociedade: deve respeitar aquela que o aluno traz para a escola mas possibilitando-lhe o conhecimento da variedade da classe hegemônica, cuja importância não pode ser minimizada uma vez que os livros, as revistas, os jornais, os artigos científicos, os manuais de instrução, todos os registros oficiais e protocolares são balizados pelas normas da língua-padrão. A escola brasileira, portanto, como instância em que podem ser adquiridos os instrumentos de expressão verbal formais, não pode descuidar desses aspectos, apesar de muitas vezes sequer dar conta de alfabetizar. O que pretendo afirmar é que chega de excludência! Basta de políticas públicas ineficientes.

Espero ter dado meu recado. Quem sabe tenha este trabalho a alegoria de caminhos que levam o ônibus de ponto em ponto ao seu terminal, onde ele se detém uns instantes antes de recomeçar novo trajeto, com outras pessoas, talvez outro cobrador, o relógio marcando outras horas. Aliás, está na hora da partida. Rendo-me à Nomenclatura Gramatical Brasileira, que neste caso exige hífen, e termino minha dissertação com um **ponto-final**.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- AFEF, Congrès de l'. Limoges, France, 30 octobre 1977, parue dans *Le français aujourd'hui*, 41, mars 1987. p. 4-20 et Supplément au n. 41, p. 51-57.
- ALAVA, Séraphin (Org.) *Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?* Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ALÉONG, Stanley. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.) *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ALVES, Lynn; NOVA, Cristiane (Orgs.) *Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003.
- ASCOLOVITCH, Claude. Un antidote à la barbarie marchande. *Le Nouvel Observateur*. Paris, France. 31 janvier-6 février 2002. p. 45.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2001a.
- _____. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001b.
- _____. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística. In: BAGNO, STUBBS & GAGNÉ. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002a. p. 13-84.
- _____. (Org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002b.
- _____. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003a.
- _____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2003b.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBERO, J. M. *De los medios a las mediaciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.
- BELINE, Ronald. A variação lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2003. p.121-140.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.
- _____. *O que é mídia-educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001b.
- BOUCHARD, Paul. Autonomia e distância transacional na formação a distância. In: ALAVA, S. (Org.). *Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?* Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire; l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA. Disponível em <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa> . Acesso em 20.2.2004.

BRITTO, Luiz P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras – ABL, 1997.

_____. *Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

BUCKINGHAN, D. *Children Talking Television: The Making of Television Literacy*. London: The Falmer Press, 1993.

BUZATO, Marcelo El K. In: CABRAL, Loni G. et al. (Orgs.). *Lingüística e ensino: novas tecnologias*. Blumenau: Nova Letra, 2001.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2000.

CARVALHO, Orlene L. S. Variação lingüística e ensino – uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.267-289.

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.141-163.

COOK-GUMPERS, Jenny. *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

COUTINHO, Ismael de L. *Gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DEWEY, John. *Vida e educação*. São Paulo : Melhoramentos, 1978.

ECO, Humberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ÉRIBON, Didier. Entrevista com Pierre Bourdieu, in *Libération*, 19.10.1982. p. 28.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.37-61.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Dicionário eletrônico Aurélio século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FRUTOS, Mario B. Comunicação global e aprendizagem: usos da internet nos meios educacionais. In: SANCHO, J. M. (Org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GAGNÉ, Gilles. A norma e o ensino da língua materna. In: BAGNO, STUBBS & GAGNÉ. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002. p.163-243.

GARCEZ, Pedro M. e ZILLES, Ana M. S. Estrangeirismos: empréstimo ou ameaça? In: SILVA & MOURA. *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 39-51.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras – ABL, 1996.

GIUGLIANO, Rogério S. Dos chats ao mundo contemporâneo. In: PORTO, S. D. (Org.). *Sexo, afeto e era tecnológica - um estudo de chats na internet*. Brasília: Ed. UnB, 1999. p. 41-57.

GIROUX, Françoise. L'ami du peuple. *Le Nouvel Observateur*. Paris, France. 31janvier-6fevrier 2002. p. 35.

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JEAN, G. *A escrita – memória dos homens*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LOISELLE, Jean. A exploração da multimídia e da rede internet para favorecer a autonomia dos estudantes universitários na aprendizagem. In: ALAVA, S. (Org.). *Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?* Porto Alegre: Artmed, 2002.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.63-92.

MATTELART, A. *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras, 1997.

MARCHAND, Louise. Características e problemáticas específicas: a formação universitária pela videoconferência. In: ALAVA, S. (Org.). *Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?* Porto Alegre: Artmed, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. Compreendendo o processamento da leitura – algumas considerações. *Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v. 17, n. 31, p. 21-29, jan./jun. 1999.

_____. *Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois*. São Paulo: Cortez, 2002.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 2002.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à lingüística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.11-24.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *Sexo, afeto e era tecnológica - um estudo de chats na internet*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras – ABL, 1996.

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

RIBEIRO, Vera M.; VÓVIO, Claudia L.; MOURA, Mayra P. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas/SP, v. 23, n. 81, p. 49-70, dez. 2002.

RAMAL, Andrea Cecília. Educação a distância: entre mitos e desafios. In: ALVES & NOVA. (Orgs.) *Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade*. São Paulo: Futura, 2003.

ROCA, Octavi. A autoformação e a formação à distância: as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem. In: SANCHO, J. M. (Org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.11-25.

SANCHO, Juana M. A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. In: SANCHO, J. M. (Org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SIGNORINI, Inês. Por uma teoria da desregulamentação lingüística. In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 93-125.

SILVA, Ezequiel T. da. (Coord.) et al. *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Rosa V. M. e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Variação, mudança e norma (Movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, M. (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p.291-316.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Português na escola. In: BAGNO, M. (Org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002a. p. 155-177.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, Campinas/SP, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002b. p.143-160.

STUBBS, Michael. A língua na educação. In: BAGNO, STUBBS & GAGNÉ. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002. p. 85-162.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, John B. Préface à l'édition anglaise. In BOURDIEU P. *Language and symbolic power*. Paris: Seuil, 2001, p. 7-51.

TRIGO, Luciano. A república de Pierre Bourdieu (entrevista). In *Revista República*. A Revista do site Primeira República, ano 6, n. 64, fevereiro 2002. p. 48-52.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TURKLE, Sherry. *A vida no ecrã: a identidade na era da internet*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

VALLE, Ione R. "A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável." Ensaio apresentado na Midterm Conference Europe 2003 - Critical Education & Utopia. Emergent Perspectives for 21st Century. Lisboa, 18-20 de setembro de 2003.

YAGUELLO, Marina. "Não mexe com a minha língua". In: BAGNO, M. (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

APÊNDICE A – Modelo de Questionário

Pesquisa acadêmica sobre português e internet

E-Mail:

Nome:

Cidade/Estado onde reside:

Idade:

Sexo: *Obs: após digitar texto, tecle 'enter' para acessar o próximo campo.*

Formação:

Situação: Completo Incompleto Em andamento

Ano de término:

Curso:

Área do curso

Profissão atual:

Com que frequência você lê?

jornais

revistas

livros de literatura

livros técnicos

material de trabalho como
manuais, relatórios, pareceres,
ofícios, etc.

textos virtuais (no computador)

Como você soluciona eventuais dificuldades de redação?

- consulto dicionário
- consulto livro de gramática
- procuro a ajuda de colega ou professor
- faço consulta pela internet
- resolvo o problema de outra maneira*

*Qual maneira

Por que você escreveu ou escreve a um site de português como o Língua Brasil?

- para resolver questões de português não aprendidas na escola
- por ter esquecido o que aprendi na escola
- por curiosidade e vontade de aprender mais
- por necessidade profissional
- é mais gostoso e interessante do que consultar uma gramática
- é difícil de localizar nos livros as questões que desejo conhecer
- é difícil de compreender as informações contidas nas gramáticas
- não tenho livros específicos em casa/no trabalho
- não tenho a quem perguntar
- suponho que as informações sejam mais atuais
- porque não custa nada
- a resposta é individualizada
- é mais prático e rápido
- outro motivo*

*Qual motivo

Por favor siga este procedimento para nos enviar a pesquisa:

- 1) Salve o questionário no seu diretório de trabalho usando o menu "arquivo", opção "salvar como". Não mude o nome do arquivo.
- 2) Crie uma mensagem para pesquisalbr@matrix.com.br
- 3) Anexe o arquivo recém-salvo à mensagem.
- 4) Envie a mensagem.

Agradeço sua participação nesta pesquisa.

APÊNDICE B – Resultado do Questionário

Foram enviados 343 questionários
68 não chegaram ao destino

275 PESSOAS RECEBERAM O QUESTIONÁRIO. DESSAS 275 PESSOAS:

122 responderam ao questionário – 44,4%
153 não responderam – 55,6%

1) SEXO:

53	mulheres	43,4%
69	homens	56,6%

2) FORMAÇÃO:

Das 122 pessoas que responderam ao questionário:

1	Ensino Fundamental	0,8%
6	Ensino Médio	4,9%
74	Ensino Superior	60,6%
41	Pós-Graduação	33,6%

3) ÁREA DO CURSO:

Das 115 pessoas que disseram ter Curso Superior ou Pós-Graduação:

36	Exatas	31,3%
8	Biológicas	7,0%
69	Humanas	60%
2	Sem área	1,7%

3.1) CIÊNCIAS HUMANAS:

Das 69 pessoas que disseram estar na área das Ciências Humanas:

25	Direito	36,2%
19	Letras	27,5%
15	Jornalismo	21,7%
5	Pedagogia	7,3%
5	Outros	7,3%

4) PROFISSÃO:

22	Funcionários públicos
11	Revisores de texto
12	Advogados
6	Professores
6	Secretárias
5	Empresários
5	Médicos
5	Redatores
4	Contadores
4	Publicitários
4	Jornalistas
3	Militares
3	Tradutores
3	Analistas econômicos
2	Magistrados
2	Analistas de sistemas
2	Bancários
2	Engenheiros
1	Administrador
1	Agente de turismo
1	Arquiteto
1	Balconista
1	Coordenador de projetos
1	Consultor
1	Estudante
1	Fotógrafo
1	Técnico de informática
1	Assistente administrativo
1	Ator
1	Exportador
1	Analista legislativo
1	Assessor jurídico
1	Economista
1	Assistente social
1	Assessora de imprensa
1	Repórter
1	Editor
1	Estagiária
1	Auditor

5) COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ LÊ?

5.1) JORNAL

73	diariamente	59,8%
23	semanalmente	18,8%
24	de vez em quando	19,7%
2	nunca	1,6%

JORNAL / FORMAÇÃOdiariamente:

1	Ensino Fundamental	1,4%
3	Ensino Médio	4,1%
42	Ensino Superior	57,5%
27	Pós-Graduação	37,0%

semanalmente:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
15	Ensino Superior	65,2%
8	<i>Pós-Graduação</i>	<i>34,8%</i>

de vez em quando:

0	Ensino Fundamental	0%
3	Ensino Médio	12,5%
15	Ensino Superior	62,5%
6	Pós-Graduação	25%

nunca:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
2	Ensino Superior	100%
0	Pós-Graduação	0%

5.2) REVISTAS

38	diariamente	31,1%
55	semanalmente	45,1%
29	de vez em quando	23,8%
0	nunca	0%

REVISTAS / FORMAÇÃOdiariamente:

1	Ensino Fundamental	2,6%
4	Ensino Médio	10,5%
20	Ensino Superior	52,6%

13	Pós-Graduação	34,2%
----	---------------	-------

SEMANALMENTE:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
37	Ensino Superior	67,3%
18	Pós-Graduação	32,7%

de vez em quando:

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	6,9%
17	Ensino Superior	58,6%
10	Pós-Graduação	34,5%

5.3) LIVROS DE LITERATURA:

26	diariamente	21,3%
21	semanalmente	17,2%
68	de vez em quando	55,8%
7	nunca	5,7%

LIVROS DE LITERATURA / FORMAÇÃOdiariamente:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
19	Ensino Superior	73%
7	Pós-Graduação	27%

semanalmente:

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	9,5%
10	Ensino Superior	47,6%
9	Pós-Graduação	42,9%

de vez em quando:

1	Ensino Fundamental	1,5%
4	Ensino Médio	5,9%
39	Ensino Superior	57,3%
24	Pós-Graduação	35,3%

nunca:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
6	Ensino Superior	85,7%
1	Pós-Graduação	14,3%

5.4) LIVROS TÉCNICOS:

50	diariamente	41,0%
21	semanalmente	17,2%
41	de vez em quando	33,6%
10	nunca	8,2%

LIVROS TÉCNICOS / FORMAÇÃOdiariamente:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
28	Ensino Superior	56,0%
22	Pós-Graduação	44,0%

semanalmente:

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	4,8%
12	Ensino Superior	57,1%
8	Pós-Graduação	38,1%

de vez em quando:

1	Ensino Fundamental	2,5%
3	Ensino Médio	7,3%
26	Ensino Superior	63,4%
11	Pós-Graduação	26,8%

nunca:

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	20%
8	Ensino Superior	80%
0	Pós-Graduação	0%

5.5) MATERIAL DE TRABALHO:

91	diariamente	74,6%
8	semanalmente	6,6%
21	de vez em quando	17,2%
2	nunca	1,6%

MATERIAL DE TRABALHO / FORMAÇÃOdiariamente:

1	Ensino Fundamental	1,1%
4	Ensino Médio	4,4%
52	Ensino Superior	57,1%
34	Pós-Graduação	37,4%

semanalmente:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
5	Ensino Superior	62,5%
3	Pós-Graduação	37,5%

de vez em quando:

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	9,5%
15	Ensino Superior	71,4%
4	Pós-Graduação	19,1%

nunca:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
2	Ensino Superior	100%
0	Pós-Graduação	0%

5.6) TEXTOS VIRTUAIS:

102	diariamente	83,6%
10	semanalmente	8,2%
9	de vez em quando	7,4%
1	nunca	0,8%

TEXTOS VIRTUAIS / FORMAÇÃOdiariamente:

1	Ensino Fundamental	1,0%
5	Ensino Médio	4,9%
56	Ensino Superior	54,9%
40	Pós-Graduação	39,2%

semanalmente:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
9	Ensino Superior	90%
1	Pós-Graduação	10%

de vez em quando:

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	11,1%
8	Ensino Superior	88,9%
0	Pós-Graduação	0%

nunca:

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
1	Ensino Superior	100%

0 Pós-Graduação 0%

6) COMO VOCÊ SOLUCIONA EVENTUAIS DIFICULDADES DE REDAÇÃO?

6.1) CONSULTO DICIONÁRIO:

118 sim 96,7%

4 não 3,3%

CONSULTO DICIONÁRIO / FORMAÇÃO

1	Ensino Fundamental	0,8%
6	Ensino Médio	5,1%
71	Ensino Superior	60,2%
40	Pós-Graduação	33,9%

6.2) CONSULTO LIVRO DE GRAMÁTICA:

89 sim 73,0%

33 não 27%

CONSULTO LIVRO DE GRAMÁTICA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
4	Ensino Médio	4,5%
55	Ensino Superior	61,8%
30	Pós-Graduação	33,7%

6.3) PROCURO A AJUDA DE COLEGA OU PROFESSOR:

59 sim 48,4%

63 não 51,6%

PROCURO A AJUDA DE COLEGA OU PROFESSOR / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	3,4%
35	Ensino Superior	59,3%
22	Pós-Graduação	37,3%

6.4) FAÇO CONSULTA PELA INTERNET:

99 sim 81,1%

23 não 18,9%

FAÇO CONSULTA PELA INTERNET / FORMAÇÃO

1	Ensino Fundamental	1,0%
5	Ensino Médio	5,1%
61	Ensino Superior	61,6%
32	Pós-Graduação	32,3%

6.5) RESOLVO O PROBLEMA DE OUTRA MANEIRA:

23	sim	18,9%
99	não	81,1%

RESOLVO O PROBLEMA DE OUTRA MANEIRA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
16	Ensino Superior	69,6%
7	Pós-Graduação	30,4%

7) POR QUE VOCÊ ESCREVEU OU ESCREVE A UM SITE DE PORTUGUÊS COMO O LÍNGUA BRASIL?

7.1) PARA RESOLVER QUESTÕES DE PORTUGUÊS NÃO APRENDIDAS NA ESCOLA:

41	sim	33,6%
81	não	66,4%

PARA RESOLVER QUESTÕES DE PORTUGUÊS NÃO APRENDIDAS NA ESCOLA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
4	Ensino Médio	9,8%
23	Ensino Superior	56,1%
14	Pós-Graduação	34,1%

7.2) POR TER ESQUECIDO O QUE APRENDI NA ESCOLA:

31	sim	25,4%
91	não	74,6%

POR TER ESQUECIDO O QUE APRENDI NA ESCOLA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
2	Ensino Médio	6,4%
19	Ensino Superior	61,3%
10	Pós-Graduação	32,3%

7.3) POR CURIOSIDADE E VONTADE DE APRENDER MAIS:

87	sim	71,3%
35	não	28,7%

POR CURIOSIDADE E VONTADE DE APRENDER MAIS / FORMAÇÃO

1	Ensino Fundamental	1,2%
5	Ensino Médio	5,7%
50	Ensino Superior	57,5%
31	Pós-Graduação	35,6%

7.4) POR NECESSIDADE PROFISSIONAL:

84	sim	68,9%
38	não	31,1%

POR NECESSIDADE PROFISSIONAL / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
4	Ensino Médio	4,8%
50	Ensino Superior	59,5%
30	Pós-Graduação	35,7%

7.5) ESTOU ME PREPARANDO PARA VESTIBULAR/CONCURSO E PRECISO DESTE CONHECIMENTO:

6	sim	4,9%
116	não	95,1%

Estou me preparando para vestibular/concurso / Formação

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	16,7%
4	Ensino Superior	66,6%
1	Pós-Graduação	16,7%

7.6) É MAIS GOSTOSO E INTERESSANTE DO QUE CONSULTAR UMA GRAMÁTICA:

31	sim	25,4%
91	não	74,6%

É MAIS GOSTOSO E INTERESSANTE DO QUE CONSULTAR UMA GRAMÁTICA / FORMAÇÃO

1	Ensino Fundamental	3,2%
1	Ensino Médio	3,2%
14	Ensino Superior	45,2%
15	Pós-Graduação	48,4%

7.7) É DIFÍCIL DE LOCALIZAR NOS LIVROS AS QUESTÕES QUE DESEJO CONHECER:

31	sim	25,4%
91	não	74,6%

É DIFÍCIL DE LOCALIZAR NOS LIVROS / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	3,2%
20	Ensino Superior	64,5%
10	Pós-Graduação	32,3%

7.8) É DIFÍCIL DE COMPREENDER AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS GRAMÁTICAS:

6	sim	4,9%
116	não	95,1%

É DIFÍCIL DE COMPREENDER AS INFORMAÇÕES / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
4	Ensino Superior	66,7%
2	Pós-Graduação	33,3%

7.9) NÃO TENHO LIVROS ESPECÍFICOS EM CASA/TRABALHO:

11	sim	9,0%
111	não	91,0%

NÃO TENHO LIVROS ESPECÍFICOS / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	9,1%
7	Ensino Superior	63,6%
3	Pós-Graduação	27,3%

7.10) NÃO TENHO A QUEM PERGUNTAR:

8	sim	6,6%
114	não	93,4%

NÃO TENHO A QUEM PERGUNTAR / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
1	Ensino Médio	12,5%
7	Ensino Superior	87,5%
0	Pós-Graduação	0%

7.11) SUPONHO QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM MAIS ATUAIS:

45	sim	36,9%
77	não	63,1%

SUPONHO QUE AS INFORMAÇÕES SEJAM MAIS ATUAIS / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
3	Ensino Médio	6,7%
26	Ensino Superior	57,8%
16	Pós-Graduação	35,5%

7.12) PORQUE NÃO CUSTA NADA:

24	sim	19,7%
98	não	80,3%

PORQUE NÃO CUSTA NADA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
13	Ensino Superior	54,2%

11	Pós-Graduação	45,8%
----	---------------	-------

7.13) A RESPOSTA É INDIVIDUALIZADA:

42	sim	34,4%
80	não	65,6%

A RESPOSTA É INDIVIDUALIZADA / FORMAÇÃO

0	Ensino Fundamental	0%
0	Ensino Médio	0%
24	Ensino Superior	57,1%
18	Pós-Graduação	42,9%

7.14) É MAIS PRÁTICO E RÁPIDO:

54	sim	44,3%
68	não	55,7%

É MAIS PRÁTICO E RÁPIDO / FORMAÇÃO

1	Ensino Fundamental	1,9%
3	Ensino Médio	5,6%
32	Ensino Superior	59,2%
18	Pós-Graduação	33,3%

7.15) OUTRO MOTIVO:

28	sim	23,0%
94	não	77%

APÊNDICE C – Respostas Espontâneas

Nome	Email	Pq_ QualMotivo
Caroline de Souza Alberton	caroline.8505@tce.sc.gov.br	Porque conheço a dedicação e empenho da Profa. Maria Tereza Piacentini, podendo confiar no que está escrito.
Cristiane	crisdsp@yahoo.com.br	A língua portuguesa é muito complexa, e as fontes de consulta existentes (dicionários, gramáticas e manuais de redação) não fornecem resposta a muitas das dúvidas gramaticais/semânticas que surgem no dia-a-dia.
Claudio Wasserman	cwasserman@sti.com.br	Apenas complementando, a resposta é individualizada e de excelente qualidade, passa confiança e credibilidade. Às vezes, as gramáticas são excessivamente rígidas, deixam de acompanhar a evolução da língua. O Língua Brasil procura, na medida do possível, m
Everton Marques dos Santos	daddyfla@aip.com.br	Pela atenção com que sempre fui atendido pela Prof. Maria Thereza Piacentini
Dimitri Félix de Oliveira	dimibao@hotmail.com	Referência do editor do sitio
Djair Pedrosa de Albuquerque	djairpedrosa@uol.com.br	nunca escrevo
Mozart Fialho Júnior	fialhojr@zaz.com.br	Eu mantinha uma HP das turmas de publicidade da faculdade, e usei alguns tópicos na mesma.
Gerold Glatz	gerold.glatz@schuler.com.br	Suponho que um site de lingua portuguesa seja administrada por pessoas letradas, que realmente avaliam o que irão escrever. A questão que eu coloquei para este site eu já havia encaminhado para outros professores. Porém continuo relutante em aceitar as ex
Giane Chagas	gianech@uol.com.br	Geralmente para solucionar questões que dependem mais de bom senso que de regras gramaticais.
Gimena Garcia	gimena.garcia@eternit.com.br	A reciclagem é imprescindível.
Jayme Serva	jayme_serva@hotmail.com	Acho que a língua portuguesa pode sobreviver se for compartilhada, debatida, exibida e, ao fim, bem usada.
Jefferson Barbosa	jeffersonbarbosa@uol.com.br	Porque, também, passei a acompanhar o trabalho da Professora responsável e vi que se trata de um trabalho sério no qual eu posso confiar e me alicerçar para o esclarecimentos de ventuais dúvidas.
José Mendonça de Araújo Filho	josemend@senado.gov.br	Posso ter a resposta para dúvidas específicas e voltadas para minha área.
Jove Bernardes	jovebernardes@uol.com.br	Além de todos os motivos citados, tenho uma admiração especial pela professora Maria Tereza, de quem tenho os dois livros
Jaime Ramos	jr1620@tj.sc.gov.br	Além de mim, minhas filhas em idade para

Nome	Email	Pq_ QualMotivo
		enfrentar o vestibular também se servem da coluna "Não Tropece na Língua", da Professora Maria Tereza Piacentini, nos seus estudos da língua portuguesa.
Juliana de Campos Florentino	juliana.florentino@promon.com.br	Confio muito nas respostas da profa. Maria Tereza, acho que elas tem grande embasamento teórico e prático. Ela nos passa um vasto conhecimento do assunto e certeza das respostas.
Juliana	juliana@carvalhoortolani.com.br	tinha uma dúvida muito específica, que não tinha localizado na gramática e já tinha consultado alguns colegas. O site me respondeu que as duas formas gramaticais que estava em dúvida eram corretas
Luis Cláudio Rezende	lcrezend@uol.com.br	Confio em você e no seu bom senso.
Lys Suyêne Barco Hernandez Seraphim	lyssuyene@terra.com.br	Só consultei uma vez este site por não ter encontrado em gramáticas ou nos sites de busca a palavra que queria saber se existia. Normalmente não tenho o hábito de fazer esta consultas.
Marcelo Alvim	marceloalvim@yahoo.com.br	Em alguns sites, como é o caso do Língua Brasil, são discutidas questões práticas e omissas nos livros de português, com atendimento qualificado dispensado por professor(a) competente. Além de tudo, a internet é um meio de comunicação democrático, por mei
Marco Antonio Fabeni	marcofabeni@hotmail.com	Gosto de participar do fórum, respondendo, porque isso me faz pesquisar o assunto nas gramáticas, e devido à minha área, revisor de textos, isso tem me ajudado muito a reter com mais profundidade o conhecimento - às vezes superficial - que já tinha.
Maria do Carmo Sucena	maria.sucena@tst.gov.br	É uma forma prática de contactar pessoas que se dedicam ao estudo da lingua. Poder estar até trocando informações
Marina Ferreira Domingos	marina@softplan.com.br	Quando tenho uma dúvida, procuro pesquisar em uma grande quantidade de fontes, tais como gramáticas, colegas da área de gramática e também o site, assim comparo as respostas e vejo qual é a mais atualizada ou também a que adequa as minhas necessidades.
Valéria	mendesvaleria@aol.com	Sinto necessidade de confirmar minhas próprias conclusões com outros profissionais da mesma área, já que nem todas as respostas sobre questões da língua portuguesa são encontradas nos livros, visto que a língua vem sofrendo constantes modificações devido
Nadir	narruda@bol.com.br	A autora, com sua experiência na área de revisão e consultoria lingüística, bem como pelo seu reconhecido domínio das questões da linguagem, inspira-me confiança de que estou sendo atendida adequadamente.
Oswaldo Onofre	osvaldo@unicap.br	QUANDO DIANTE DE DETERMINADA SITUAÇÃO DE DIFICULDADE, NÃO ME CONTENTO COM AS SOLUÇÕES ENCONTRADAS NOS LIVROS A QUE TENHO ACESSO.

Nome	Email	Pq_ QualMotivo
Maria Perpétua B. Pereira	perpetu@cpaa.embrapa.br	Tenho curiosidade de saber o que pensa um profissional com relação a determinado assunto muitas vezes não encontrado em gramática. Assim me atualizo e vejo se minha opinião bate com o da pessoa consultada.
Lúcia Helena Paula do Canto	revisando@uol.com.br	Também por revisar trabalhos de diversas áreas cujos termos não constam nos dicionários.
Ronaldo Nogueira	ronaldo@rcnnet.com.br	É mais prático e rápido considerando que a resposta abrangerá todo o problema.
Rubens Altimari	rubens@altimari.com.br	Os mecanismos de busca da Internet (mesmo os mais genéricos como o Google, mas também os mecanismos de busca individuais de um site) são geralmente mais eficientes para encontrar um tópico, do que um livro impresso. Fazer uma busca por "haja vista", digam
Rubia Mitiko Fukuda	rubia@mpcnet.com.br	Sem a pretensão de adular Vossa Senhoria, considero muito boas e úteis as informações contidas no "Língua Brasil". A forma como as dúvidas são esclarecidas denotam lógica, modernidade e clareza no trato com a língua, como penso ser necessário.
Sandra Regina Martins	sandra@stela.ufsc.br	Conheço um pouco mais de perto os responsáveis pela elaboração do site e sei da veracidade e do empenho com que conduzem tal trabalho. É, portanto, para mim um recurso de consulta prático, além de ser de fonte segura.
Fernando	urutau@terra.com.br	Por ser uma forma adicional de consulta e também de inter-relacionamento com pessoal especializado.
Irineu Vobeto	vobeto@vobeto.com.br	...é confiável...

Nome	Email	Sol_ QualManeira
Almir Nahas	almirnahas@larc.com.br	Procuro "contornar" dúvidas optando por formas que evitem termos sobre os quais eu tenha dúvidas...
André Prieto Machado	aprieto@supergasbras.com.br	Mais especificamente, quando consulto a internet, vou ao site Língua Brasil.
Carlos Alberto Nóbrega de Oliveira	carlos@trf2.gov.br	Substituindo o termo que gerou a dúvida por outro, conhecido.
Cristiane	crisdsp@yahoo.com.br	Consulto também manuais de redação.
Everton Marques dos Santos	daddyfla@aip.com.br	Consulto muito minha mulher q sabe mais gramática do que eu.
Djair Pedrosa de Albuquerque	djairpedrosa@uol.com.br	Procuro outra maneira de escrever o texto em que me defronto com a dificuldade.
Everaldo Jose Schio	ejschio@terra.com.br	ACESSANDO O SITE LÍNGUA BRASIL
Mozart Fialho Júnior	fialhojr@zaz.com.br	Além de toda essa ajuda, ainda conto com uma mãe, professora de português aposentada (e das

Nome	Email	Sol_ QualManeira
		boas).
Gerold Glatz	gerold.glatz@schuler.com.br	Correção assistida pelo "World"
Giane Chagas	gianech@uol.com.br	Consulto ainda dicionários especializados (de regências, verbos, símbolos, internet, medicina etc.).
Grace Celis Figueiredo Deana	grace@dsa.org.br	Faço comparações com textos já escritos em formações semelhantes da língua.
Jaime Ramos	jr1620@tj.sc.gov.br	Lei a coluna "Não Tropece na Língua", da Professora Maria Tereza Piacentini
Juan Augusto Faria de Oliveira	juanaugusto@ig.com.br	Raramente procuro livros de gramática. Primeiro lições na internet. Suas, do Prof. Pasquale, ou alguma outra interessante.
Julio Celestino	juliocelestino@uol.com.br	FAÇO USO DO CONHECIMENTO ADQUIRIDO.
Marcelo Alvim	marceloalvim@yahoo.com.br	Consulto arquivos eletrônicos organizados em pastas específicas do meu computador; manuais de redação; apostilas de todo tipo; colunas de língua portuguesa publicadas nos jornais; minhas anotações pessoais sobre os variados tópicos de gramática e estilíst
Maria do Carmo Sucena	maria.sucena@tst.gov.br	Fazendo leitura, pesquisando em livros, por computador
Maria Laís Pestana	mariaodetebesana@uol.com.br	Peço ajuda a professores que solucionam dúvidas pela internet, como você.
Paulo Alexandre da Frota	pafnyt@tecnolink.com.br	Através do Língua Brasil, fonte confiável de expansão de conhecimento de nossa língua.
Maria Perpétua B. Pereira	perpetu@cpaa.embrapa.br	Procuro tirar minhas dúvidas com alguém da área, de preferência com renome e experiência, como a professora Maria Tereza.
Regina Barros	regina@autoban.com.br	Recorro ao sítio Língua Brasil
Ronaldo Nogueira	ronaldo@rcnnet.com.br	Modifico o texto para um formato que eu conheça bem.
Rubia Mitiko Fukuda	rubia@mpcnet.com.br	Quando não há tempo para uma consulta (como as outras opções acima permitem), faço uma leitura em voz alta e sigo minha intuição. Geralmente, acerto.
Sandra Regina Martins	sandra@stela.ufsc.br	Procuro ler um pouco além do que leio (textos diversos) para fixar mais vocabulário, para auxiliar na estruturação do texto (concatenamento entre as idéias), para me atualizar, o que pode contribuir para explanar sobre um assunto em voga e possivelmente p
Sylvio Fernão Caldeira Bertoli	sfb@macsteel.com.br	Mudando a palavra ou o contexto da frase que eu tenho dúvidas.
Tomaz de Aquino Cordova e Sá Filho	tomaz.adv@iscc.com.br	Através da minha querida amiga Prof. Maria Tereza Piacentini (já a considero AMIGA, pois acompanho a coluna Não Tropeçe... Desde o nº 01) que resolve minhas dúvidas, via sítio, na internet.
Fernando	urutau@terra.com.br	Busco exemplos em livros clássicos ou de autores confiáveis
Irineu Vobeto	vobeto@vobeto.com.br	..até já lhe consultei algumas vezes...

APÊNDICE D – Consultas Seleccionadas

Antonio Soares
Santos/SP
estudante
Qual o plural de “café”?

Neusa Maria de Souza Trindade
Campo Grande/MS
professora
Quando tenho que obrigatoriamente utilizar “de” ou “que”. Ex: Tenho de estudar ou Tenho que estudar.

Otilia Helena
Cubatão
secretária bilíngüe
Lembro-me de ter aprendido que as horas devem ser grafadas no formato “18:30 h”, por exemplo. Mas vejo muito o formato “18h30”. Qual é a forma correta?

Mônica Aparecida Cirino
Carapicuíba
auxiliar administrativo
A letra “a” que antecede horários, como “as 20h00” deve ter acentuação?

Gerse Antônio do Santos
Barbacena/MG
advogado
A rede globo de televisão está veiculando a seguinte informação: vende-se bicicletas, e não vendem-se. Porém, escrevemos: compram-se lojas, alugam-se lojas. Por que?

Joaquim Pereira de Oliveira
Brasília/DF
analista de sistemas
Um exemplo que vi na parte do “por quê” me chamou a atenção: “O prefeito convocou uma reunião mas não compareceu ninguém, só Deus sabe porquê.” Para mim, o correto seria: “O prefeito convocou uma reunião mas ninguém compareceu, só Deus sabe por quê.”

Flávia Pinheiro
São Paulo/SP
estudante
Gostaria de saber qual o correto ao cumprimentar uma pessoa: “tudo bom” ou “tudo bem”.

Paulo Simplicio
São Luis/MA
operador de sistema
Gostaria de saber se o texto abaixo está correto, não tem vírgulas demais?
PREZADO CLIENTE,
SE O ALARME TOCAR, RETORNE AO CAIXA, POR GENTILEZA, PARA RETIRAR A ETIQUETA DE SEGURANÇA.

Claudinei Machado da Silva

Cascavel/PR

funcionário público

Gostaria de saber qual a expressão é a correta: Tinha que ter (pego) ou tinha que ter (pegado)?

Izabel Wilkinson

Niterói/RJ

professora

É correto usar “anos oitentas”, “anos noventas” etc.?

Vlademir Carvalho

São Paulo/SP

assessor financeiro

Gostaria de saber o seguinte: o certo é entrar ou adentrar. Quando fiz faculdade de jornalismo, um dos professores dizia que jamais poderíamos usar “adentrar”, só que leio constantemente nas melhores publicações, jornalistas colocando em suas matérias o verbo adentrar no lugar de entrar. E agora?

Jose Carlos Gómez

Nova Odessa/SP

projetista

Gostaria de saber se em nossa língua portuguesa, também podemos usar além da palavra “grama” como unidade de medidas de peso, a palavra “gramo”.

Gustavo

São Paulo/SP

advogado

Gostaria que se comentasse qual a expressão correta quando se diz: “vende-se casas” ou “vendem-se casas”. Qual a pessoa do verbo vender?

Cleyferson Dorileo

Cuiabá/MT

instrutor de direção

Qual é o certo? Eu estava “intertido” ou “entertido” na conversa... (no sentido de “concentrado”).

Jameson Dore

João Pessoa/PB

bancário

Por indicação de uma amiga, resolvi visitar este “site”. Para minha surpresa deparei-me, logo na página inicial, com o texto: O Instituto Euclides da Cunha não tem qualquer fim lucrativo.

Defende o professor, lexicógrafo, dicionarista e gramático Luiz Antonio Sacconi, o seguinte:

Não tenho qualquer chance.

Virou mania nacional o uso do pronome qualquer por nenhum. Qualquer existe para as frases declarativas afirmativas; nenhum é que se usa nas frases declarativas negativas:

Não tenho nenhuma chance.

Qualquer não equivale a nenhum. Parece, todavia, que as pessoas têm receio de usar nenhum, nenhuma, nenhuns, nenhuma. Então escrevem: A Cia não teve qualquer participação na morte de Marighella.

E agora?

Guilherme Preston Krug
Rio de Janeiro/RJ
advogado

Já li que “primeiramente” não existe e também que além de correto é norma culta. Pergunto: Usar primeiramente é correto? Qual a sua classe gramatical? Porque ninguém usa secundamente?

Paulo Vargas
Campo Grande/MS
estudante universitário

Gostaria de saber a pronúncia correta do verbo pegar, por exemplo: “Ele foi pego (é com som de ‘ê’ ou ‘é’?) pela polícia.”

Neemias Félix
Linhares/ES
professor

Se eu escrever para o Instituto Euclides da Cunha, vou ter “maiores informações”, como está na página principal, ou “mais informações”?

Carlos Alberto Azarias
São Paulo/SP
auditor

Tenho dúvidas a respeito do uso da concordância quando me refiro a “gramas”. Qual é a forma correta? Trezentas gramas de carne. ou Trezentos gramas de carne.

Augusto François Pouchain Jr.
Niterói/RJ
psicólogo

Tenho ouvido e lido em jornais e rádios a fórmula ‘ter ganhado’, quando tenho em mãos o Manual de Português do Vestibular de Celso Cunha, que considera tal uso desatualizado para ganhar, gastar e pagar (o uso do particípio regular). Faz isto parte do mau uso atual da língua?

Alice
Brasília/DF
professora

Gostaria de saber o que estuda a prosódia.

Fernando Luís Soma
São Paulo/SP
médico

Trabalho na área de Cirurgia vascular onde analisamos vasos sangüíneos e existe um termo do inglês que designa-se com “Patency” e que foi traduzido ao Português como “Patência”, não consigo achar este termo no dicionário de nossa língua e esta palavra designa vasos que possuem fluxo ou seja que são pÉrvios ao sangue.

Maria de Fátima Dourado
Panorama/SP
empresária

A pessoa que conclui a faculdade de turismo é turismólogo(a) esta palavra não está no dicionário, ela existe?

Cristina Gibson

Fort Lauderdale/USA

TV producer

Quando exatamente se deve usar “aonde” ou “onde” numa frase? Sei que “aonde” é o advérbio de lugar, portanto deve ser usado quando indique algum local, mas e o “onde”?

Gabriel Rozner

São Paulo/SP

revisor de textos e professor

Em o “Manual de Redação e Estilo” de Eduardo Martins, Editora Moderna pág. 85-86, indica para não usar a contração da preposição com o artigo quando fazem parte do sujeito e do pronome com o artigo quando funcionam como sujeito ou o determinam. Em o final do verbete, porém, observa que há gramáticos que aceitam essa contração. Como resolver esse impasse? Eu prefiro o uso da contração.

Claudia

Fortaleza/CE

funcionária pública

Uso correto da expressão “ao nível”.

Flavio Salsa

Recife/PE

administrador de empresas

O certo é: deixa eu ver ou deixa-me ver.

Karla Salvador

Fortaleza/CE

pedagoga

Quero mais informações sobre como e onde colocar corretamente a palavra “agente”.

Nara da Silva Machado

Porto Alegre/RS

eletricitária

Trabalhamos na companhia de eletricidade do RS, e aqui no departamento surgiu a seguinte dúvida: à pergunta “que dia é hoje?”, é correto responder “são 11 de dezembro”?

Sildeno Dantas dos Santos

Aracajú/SE

professor

Tenho dúvidas na colocação das palavras: este, esse, e aquele.

Stella Paula Fanchini de Azevedo

São Paulo/SP

industrial

Gostaria de saber qual a diferença entre “ato” e “fato” pois já consultei no dicionário Aurélio e confesso que tive dúvidas quanto a sua utilização...

Luci Menezes

Ribeirão Preto/SP

administradora

Gostaria de saber se é correta a frase abaixo: “10% da população mundial são considerados pacientes especiais.”

Sérgio Duarte Julião da Silva

São Paulo/SP

tradutor

Como escrever “o senhor” como pronome de tratamento? Vejo em entrevistas transcritas usos como “o que o Sr./sr/Senhor/senhor acha sobre...?” qual é a maneira correta ou, pelo menos, melhor aceita?

Eustasio de Oliveira Ferraz

Presidente Prudente/SP

professor aposentado

- 4) Há uma oração, na igreja, que diz... “infundi em nós...” (fico pensando, não seria ‘infunde’? se não é por que?
- 5) Repetir. Ouço no rádio: “repita isto”. Não seria “repete isto”?
- 6) Uma outra dificuldade que tenho: Tem “que” ser ou tem “de” ser.

Mirtes Regina Caetano Farina

Mairiporã/SP

advogada

Minha dúvida é a seguinte: está certo pluralizar nome de família, como fez Eça de Queirós em “Os Maias”?

Alexandre Carvalho

Curitiba/PR

arquiteto

Quando fiz o segundo grau, meu professor de português costumava dizer que o verbo ter só poderia ser utilizado no sentido de possuir. Portanto, pela norma culta, eu somente posso dizer “Há dois lugares ali” ou “existem dois lugares ali” e, nunca, “Tem dois lugares ali”. Gostaria de saber se isto é realmente correto.

Márcio Schiefler Fontes

Florianópolis/SC

assessor do TJSC

O correto é Língua Portuguesa, com maiúsculas?

Marta

Brasília/DF

secretária

Ao datar uma carta e referir-me a algum fato no mesmo mês da escrita da carta, posso em vez de repetir o nome do mês, apenas dizer tal dia “deste”?

Eduardo

Rio de Janeiro/RJ

Arquiteto

Segundo Millôr Fernandes, num de seus artigos para a Folha de S. Paulo, uma empresa teria cometido erro ao escrever “a la carte”, sem crase. Millôr errou? Por que haveria crase neste caso?

João Hannusch

Ijuí/RS

professor

Sempre que recebo documentos assinados, mais de uma pessoa, fico com dúvida quanto à assinatura, na ordem de importância. Pergunto: o mais importante (que ocupa cargo mais elevado) da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita?

Rosana Fabri

Jundiaí/SP

coordenadora de eventos

Na mini série da Globo, Os Maias, baseada na obra de Eça de Queiros, um dos personagens diz constantemente uma frase:

“choudra/xoudra ignóbil”, este termo é empregado por ele quando ele está se referido pejorativamente à sociedade lisboeta.

A palavra choudra não foi encontrada por mim, em nenhum de meus dicionários, então gostaria de saber seu significado e sua grafia correta.

Ana Paula Almeida dos Santos

Ibirubá /RS

professora

Gostaria de saber sobre a abreviação das horas.

É correto dizer assim? Ex: 16:30h A abreviação é correta?

Elzenir Teixeira Alves

Fortaleza/CE

funcionária pública

Gostaria de saber em que situação eu posso usar o verbo haver (houveram). Por exemplo, na frase: Houveram vários cursos durante o ano passado. Está correto o uso do verbo?

Márcio Schiefler Fontes

Florianópolis/SC

assessor do TJSC

Posso falar, diante de assertiva redundante ou simplória, “por evidente”. Cabe “por aqui? Ou seria “por evidência”?

E a frase “Clamou pela vitória afinal” está errada, não? O certo seria clamar algo “a final”, omitindo-se o artigo e preservando-se tão-somente a preposição?

Julio

Araguari/PR

militar

Quero saber como eu uso a palavra existe ou existem numa frase.

Moacir Sanglard

Rio de Janeiro/RJ

analista de sistemas

Acabei de recomendar a um colega de trabalho que corrigisse um documento que ele havia feito, acrescentando o trema às palavras que mereciam. Entretanto ele me rebateu dizendo que o trema foi abolido da nossa língua. Isto é correto?

Bom dia!

Recebo sempre as mensagens de vocês e gostaria de saber se podem me ajudar em relação a uma dúvida sobre como finalizar um relatório. Usarei Ats, Att ou Atenciosamente.

Muito obrigada,

MARILZA

Márcio Schiefler Fontes

Florianópolis/SC

Professora, Inciso I se lê “primeiro” ou “um” ?

Ariane Emílio Kloth

Brasília/DF

funcionária pública federal

Gostaria de saber se é obrigatório ou não (é erro) o uso da vírgula depois de “a quo” na seguinte oração: Entre os fundamentos expedidos pelo decisório proferido pelo Sr. Presidente do Tribunal ‘a quo’ está a alusão à incidência da Súmula nº 4 desta Casa.

Prezada Professora,

Estou escrevendo minha monografia de conclusão do curso de Direito (UFSC) e tenho a seguinte dúvida:

Ao escrever a palavra “artigo”, por exemplo: O artigo 5 da Constituição... devo escrever com maiúscula, minúscula, sempre por extenso, abreviado (Art, artigo, art....) Nenhum professor de direito sabe!

Gostaria de saber se você poderia ajudar.

Muito obrigado,

Ivo Müller Jr.

Eliana Estevam Lauro

Cosmópolis/SP

Profissão: “administrativo”

Gostaria de saber sobre o uso da palavra “obrigado”. Nunca sei quando se fala obrigado ou obrigada?! Por exemplo agora como devo agradecer-los!? Um abraço!

Laurinda Tomico Iuki

Bandeirantes/PR

professora

Como o marido deve referir-se à sua esposa em público, por exemplo, num discurso?

Carlos Gomes

Itaquaquecetuba/SP

bancário

Cara Professora:

Sou estudante do primeiro semestre de letras, e estou tendo dificuldades com uma matéria referente à redação e construção de textos. Inclusive o nosso professor nos chamou de burros literalmente na sala de aula. O que posso fazer para aprender melhor a fazer boas redações e construir bons textos.

No aguardo de sua resposta, desde já os meus agradecimentos.

